

FURB- UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CLARICE KLANN CONSTANTINO

BIOPOLÍTICA EM EDUCAÇÃO: ÉTICA E NORMA NA SEXUALIDADE
SEGUNDO PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS

BLUMENAU

2015

CLARICE KLANN CONSTANTINO

**BIOPOLÍTICA EM EDUCAÇÃO: ÉTICA E NORMA NA SEXUALIDADE
SEGUNDO PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Regional de Blumenau- FURB como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Prof. Dr. Celso Kraemer – Orientador

BLUMENAU

2015

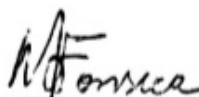
CLARICE KLANN CONSTANTINO

**BIOPOLÍTICA EM EDUCAÇÃO: ÉTICA E NORMA NA SEXUALIDADE
SEGUNDO PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS**

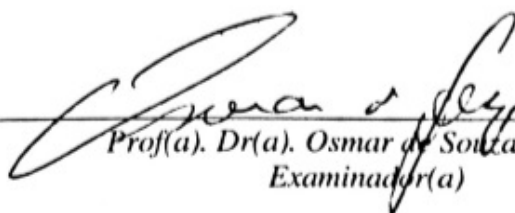
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no PPGE/ME - Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação na Universidade Regional de Blumenau - FURB, pela comissão formada pelos professores:



Prof(a). Dr(a). Celso Kraemer/FURB
Orientador(a)



Prof(a). Dr(a). Márcio Alves da Fonseca/PUC/SP
Examinador(a)



Prof(a). Dr(a). Osmar de Souza/FURB
Examinador(a)

Blumenau, 21 de agosto de 2015.

Dedico àqueles que buscam olhar por outras lentes e que acreditam em si idealizando e realizando sonhos que antes pareciam impossíveis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo respirar da vida.

Ao meu esposo e amigo Juliano por me apoiar em todas as minhas trajetórias e sonhos, estando ao meu lado nos momentos difíceis e alegres.

Aos familiares pelo apoio e incentivo.

Ao meu orientador Dr. Celso Kraemer, pessoa e profissional admirável, obrigada pela grandiosa oportunidade e por todo o ensinamento. Minha mais profunda gratidão.

Aos colegas de Mestrado, em especial do grupo Saberes de Si: Cris, Marta, Ângelo e Luciana, um grupo diverso e ao mesmo tempo único em que encontrei amizade sincera e que me auxiliaram nessa caminhada de construção e desconstrução que é o Mestrado. Aprendi muito com vocês.

Aos professores do Mestrado pela contribuição na minha formação, em especial os professores Rita de Cássia Marchi e Osmar de Souza, pelas valiosas contribuições na minha banca de qualificação.

Ao professor Márcio Alves da Fonseca, por aceitar participar da banca de defesa final. Momento único e tão sonhado!

As meninas da Secretaria do PPGE, pelo carinho e competência que sempre nos auxiliavam em nossas dúvidas.

À saudosa Evelize, chefe e amiga, que repentinamente nos foi tirada do convívio e se tornou um anjo.

Ao coordenador do curso de Direito, professor Rogério, chefe e colega de trabalho, por acreditar e reconhecer meu trabalho cotidianamente, bem como aos colegas professores do curso de Direito pelo conhecimento, parceria e boas risadas nos momentos de descontração.

Aos meus alunos, “cabeças pensantes” que despertam em mim o amor de estar em sala de aula.

Ao CNPQ pelo incentivo à pesquisa fazendo com que pudesse vivenciar a pesquisa no primeiro ano de Mestrado junto ao grupo “*Vozes e Saberes de Si*”

Ao FUMDES igualmente pelo incentivo à pesquisa para que pudesse continuar os estudos e realizar a finalização da dissertação no último ano de Mestrado.

E claro: a Foucault. Mente brilhante! Que deixou um legado incrível e que com seus escritos me levaram a pensar o que achava antes ser impensável.

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Michel Foucault, 2012)

RESUMO

A presente dissertação, desenvolvida junto ao grupo de pesquisa “Saberes de Si”, vinculado à linha de pesquisa “Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais”, do PPGE/Mestrado em Educação, da FURB, tem como tema de pesquisa biopolítica em educação: ética e norma na sexualidade segundo professores e alunos de escolas públicas. A pergunta de pesquisa quer saber de que maneira professores e alunos entendem a sexualidade a partir das noções de norma e ética? O objetivo geral da pesquisa é compreender a ética e a norma sobre sexualidade nos dizeres de professores e alunos. A pesquisa está amparada no pensamento de Michel Foucault sobre sexualidade e em discussões contemporâneas e históricas sobre o tema. A geração dos dados empíricos deu-se por meio de entrevista semi-estruturada com professores e de um questionário em que participaram 105 professores e 987 estudantes da rede pública de ensino, municipal e estadual. A metodologia se baseia na perspectiva genealógica e arqueológica de Michel Foucault. A análise das narrativas de estudantes e professores é feita a partir das categorias de *Homossexuais são os outros*; *Homossexuais são imorais*. O estudo concluiu que o sujeito moderno parece ter tão bem a norma incorporada que não a problematiza em relação ao dispositivo da sexualidade. No entanto, atentar-se ao jogo poder-saber-verdade e ver a norma como mecanismo de poder possibilita um contra-jogo, ou seja, a resistência. A análise indica que, embora a normalização constitua uma parte significativa dos sujeitos pesquisados, há a possibilidade de resistência, como fuga do poder normalizador para um “eu ético” na relação consigo e com o “outro”. É possível o sujeito moderno opor-se ao poder, estabelecendo uma atitude crítica, num exercício da liberdade. Uma crítica permanente de nossa liberdade é um exercício de ética. A dissertação desenvolve-se, em quatro capítulos: um introdutório, com a problemática e os primeiros conceitos; o capítulo histórico que aborda a sexualidade como dispositivo na história; um capítulo sobre a genealogia da norma e do poder em Foucault, a ética e a problematização moral, bem como a norma em documentos oficiais; um último capítulo no qual se apresenta a análise das narrativas de professores e estudantes da rede pública de ensino a respeito da problematização moral (ética) em relação à sexualidade face à biopolítica de normalização.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica. Educação. Sexualidade. Norma. Ética.

ABSTRACT

This work, developed by the research group "Knowledge of Self", linked to the line of research "Education, Culture and Social Dynamics," from PPGE / Master of Education, FURB, has the theme of research biopolitics in education: ethics and standard on sexuality according to teachers and students in public schools. The research question wants to know how teachers and students understand sexuality from standard and ethical notions? The overall objective of the research is to understand the ethics and standard on sexuality in the words of teachers and students. The research is supported at the thought of Michel Foucault about sexuality and the contemporary and historical discussions on the topic. The generation of empirical data occurred by means of semi-structured interviews with teachers and a questionnaire involving 105 teachers and 987 students from public, municipal and state schools. The methodology is based on genealogical and archeological perspective of Michel Foucault. The analysis of the narratives of students and teachers is made from categories that homosexuals are the others; Homosexuals are imorais. The study found that modern man seems to have so well built the standard, the he don't discusses the relation to sexuality. However, pay attention to the game power-fact and know-how can see the standard mechanism provides a counter game, ie resistance. The analysis indicates that while standardization is a significant part of the subjects, there is the possibility of resistance, such as leakage of normalizing power to an "ethical self" in the relationship with you and "other". Can the modern subject oppose the power, establishing a critical attitude, in an exercise of freedom. A permanent critique of our freedom is an exercise in ethics. The dissertation is developed in four chapters: an introductory with the problem and the first concepts; the historical chapter that addresses sexuality as a device in history; a chapter on the genealogy of the standard and power in Foucault, ethics and moral questioning, as well as the standard on official documents; a last chapter which presents the analysis of narratives of teachers and students from public schools about the moral questioning (ethics) regarding sexuality in the face of biopolitics standardization.

KEYWORDS: Biopolitics. Education. Sexuality. Standard. Ethics.

LISTA DE SIGLAS

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GERED's - Gerências Estaduais de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

SEMED's -Secretarias Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	INQUIETAÇÕES ATÉ CHEGAR AO TEMA E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1.2	PROBLEMÁTICA.....	17
1.3	OBJETIVOS	18
1.4	LOCAL, SUJEITOS, DADOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	19
1.5	JUSTIFICATIVA E OUTRAS PESQUISAS EFETUADAS.....	23
1.6	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	26
2	SEXUALIDADE: DISPOSITIVO HISTÓRICO	27
2.1	“O SEXO ÚNICO”, “DOIS-SEXOS” OU UMA PLURALIDADE DE SEXOS?	28
2.2	A COLOCAÇÃO DO SEXO EM DISCURSO.....	33
3	NORMA E ÉTICA NA TRAMA DA SEXUALIDADE	42
3.1	A PRODUÇÃO DA NORMA NA HISTÓRIA: UMA GENEALOGIA DA NORMA E DO PODER.....	42
3.2	ÉTICA E PROBLEMATIZAÇÃO DA MORAL	50
3.3	ÉTICA, LIBERDADE E VERDADE.....	57
3.4	A NORMA NOS PCN’S SOBRE SEXUALIDADE.....	61
4	ANÁLISE SOBRE O OUTRO, O NORMAL / ANORMAL E O IMORAL.....	71
4.1	HOMOSSEXUAIS SÃO OS OUTROS	77
4.2	HOMOSSEXUAIS SÃO IMORAIS	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PESQUISA	99
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	100

1 INTRODUÇÃO¹

1.1. INQUIETAÇÕES ATÉ CHEGAR AO TEMA E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em meio a corredores e quadrados nomeados de salas, cercados por muros e portões, está a conhecida escola, povoada por vozes e corpos que são sujeitos mas também assujeitados. Alguns deles são professores, outros são alunos. São múltiplas vozes que falam, outras calam, ou são silenciadas. Corpos que se projetam ou se fecham, complementam-se ou isolam-se, identificam-se na pertença ou desejam desaparecer em função da diferença. O que os regula? Qual é a norma? Cor da pele, altura, situação financeira, estereótipo sexual? Quais sexualidades se projetam e quais são silenciadas, assujeitadas, caladas?

São inúmeras inquietações, pois a sexualidade permeia todo o ser humano e, por conseguinte, toda a sociedade. Mas qual a relação entre sexualidade e escola? Ora, a sexualidade frequenta a escola e a sexualidade sempre foi uma das preocupações da escola. Em nosso tempo ainda mais, pois os discursos de diversidade sexual ganham notoriedade e ecoam por seus corredores.

No entanto, a sexualidade, em alguns momentos, nos passa despercebida, em outros parece exacerbada demais ou constrange, provoca desconforto, ou ainda enrubesce a face. Mas se a sexualidade é algo natural ao ser humano, porque a grande maioria se sente desconfortável, a vê como tabu ou não sente a necessidade de falar sobre “isso”?

É por meio das lentes foucaultianas e de suas provocações que fui instada a pensar diferente, abdicar de algumas “verdades” que se encontravam enraizadas e “naturalizadas” em mim, não conseguia perceber o porquê, mas incomodavam.

Creio que, falar a respeito da minha trajetória acadêmica se faça necessário para compreender os caminhos que me conduziram até a pesquisa desse tema. Ingressei na faculdade de Direito. Ninguém na minha família nessa área. Ainda assim optei por este curso, pois me inquietavam os preconceitos, as “injustiças”. Me imaginava uma operadora do direito que poderia fazer a diferença, lutando pelos direitos das minorias, dizer o direito, aplicar a justiça. Soa muito inocente, eu reconheço, mas nada mais fiz do que reproduzir discursos que sempre acreditei serem “naturais”. É impressionante como muitas vezes não nos

¹ A pesquisa foi submetida perante o Conselho de Ética e Pesquisa e foi aprovada sob CAAE n. 25705813.0.0000.5370.

damos conta do que acontece ao nosso redor, das tramas, das relações de poder que nos permeiam, que nos envolvem e como somos “inocentes” ao reproduzir discursos, naturalizando-os, como se fossem nossos. No entanto, no labor dos domínios do Judiciário, mais precisamente na área da Infância e Juventude, em meio às audiências, interrogatórios pilhas de processos, uma instituição política me chama a atenção: a escola. O episódio mais marcante foi referente a um ato de apuração infracional em que se relatou o conflito entre dois estudantes, o qual terminou com um adolescente espancado e internado em estado grave no hospital e outro abrigado em uma casa para adolescentes infratores. Na sala de audiências, o interrogatório se instalou. Perguntas: o que motivou? Havia rixa entre as partes? Eram rotineiras as brigas? O comportamento das partes? Onde a diretora estava no momento da briga? E os professores? Vários questionamentos. De um lado havia o advogado que defendia o adolescente tido como agressor e infrator e que buscava inocentá-lo tentando culpar a vítima, como se esta tivesse dado motivos para a agressão física e verbal, legitimando assim a referida agressão. De outro lado o promotor tentando culpar o dito infrator. Em meio ao embate, tem-se como intermediador o juiz, ouvindo atentamente para ao final proferir a decisão. A agressão era a conduta punível no presente caso. Resultado final: alguns dias depois a vítima vai para casa depois de receber alta do hospital, o infrator é punido com prestação de serviços à comunidade por seis meses, a diretora e professores que presenciaram o ocorrido e foram as testemunhas ouvidas seguiram para suas funções rotineiras na escola. Todos voltaram à sua rotina diária e normal. Normal? Isso mesmo. O processo arquivado indicava o caso como resolvido. Mas inquietações rondavam-me: o que de fato leva um menino a atentar contra o outro, desferindo socos, chutes e pontapés, além de xingá-lo de “*bicha*”, “*viado*”, “*meninota*”? O adolescente odiava o outro pelo fato de ser homossexual. No processo, isso não pareceu ser relevante. Da mesma forma, a escola era somente o cenário no qual se desenrolou o acontecimento. Não estava sentado no banco dos réus o discurso dos preconceitos enraizados na nossa sociedade e reproduzidos pelo adolescente dito infrator. O adolescente infrator cumpriu a medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade e o adolescente agredido mudou de escola e cidade por não suportar as inúmeras agressões verbais e físicas que continuava a sofrer, pois segundo diziam, ele era “diferente”, “anormal”.

Assim, o mundo ideal de justiça não mais existia e senti-me provocada, frustrada e inquietada a procurar as respostas às questões que me desafiavam. Ingressei na Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina e cursei dois anos. No primeiro ano tínhamos as matérias preparatórias para o cargo de magistrado e que conferia ao final, o título de especialista em Direito Público. No segundo, anos tínhamos práticas de sentenças penais e

cíveis, o que nos conferia o título de especialista em Prática Jurídica. No entanto, em que pese o conhecimento adquirido, não me parecia o bastante, pois algo ainda me incomodava. Busquei entender e procurei um programa de Mestrado que me provocasse a ver as coisas de outra maneira, com referenciais mais plurais. Encontrei no Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB), com o grupo Saberes de Si, da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais, o conhecimento e aprofundamento de alguns conceitos, algumas respostas e mais questionamentos. Um vai e vem de desconstrução e construção. A opção pela área da Educação deve-se ao fato de que a escola, como instituição política que é, fica muitas vezes alheia às práticas de preconceito que permeiam o ambiente escolar. As leituras de Foucault que me foram apresentadas possibilitaram-me desconstruir várias ideias, pois trabalhar com as inquietações e as provocações dos pensamentos de Michel Foucault é ter a carne exposta e pensamentos inusitados, conflituosos, que não imaginava que a leitura e a pesquisa poderiam realizar: “Com ele aprendi a olhar para o desenho de bordas, de limites, de fronteiras, que marca e demarca cada corpo, cada pensamento, cada prática, cada discurso. [...] que nada pode ser visto como natural, justo, verdadeiro, belo, desde sempre.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, In: PORTOCARRERO e BRANCO, 2000, p.119-120).

No início das discussões no grupo do Mestrado, eu via no início, o poder como algo negativo e opressor, e a sexualidade como algo velado e não dito abertamente.

Autores como Márcio Alves da Fonseca (2002, 2003), Guacira Lopes Louro (2012, 2013), Celso Kraemer (2011), Roberto Machado (2006), Alfredo Veiga-Neto (2005, 2007, 2008), dentre outros que estudam Foucault, permitiram-me ver a sexualidade como um dispositivo estratégico de poder criado desde a Modernidade com o intuito de exercer um poder sobre a vida dos sujeitos regulando-os. Foucault em seu livro *A História da Sexualidade vol. 1- a vontade de saber* problematiza a hipótese de que o sexo na história foi reprimido e que era proibido falar sobre o sexo. Para ele, a ideia do sexo velado, reprimido e calado não se sustenta, pois nunca se falou tanto em sexo. Há pelos menos dois séculos o sexo vem sendo colocado em discurso, uma verdadeira explosão discursiva sobre ele acontece. A sexualidade é uma invenção produzida que se dissemina através de discursos em meio a relações de poder, gerindo e controlando a vida dos sujeitos. Criam-se através das ciências, da Medicina, da Psiquiatria verdades que são inseridas no corpo. O dispositivo da sexualidade se organiza de tal maneira em uma trama de poder e saber que as práticas se farão presentes nas instituições, sendo a escola uma delas. Nas escolas práticas e saberes são colocados em ação para que se tenha o controle. A sexualidade moderna passa a ser compreendida no presente

estudo não como algo natural, mas algo que foi construído discursivamente. A sexualidade moderna foi implantada a partir da articulação poder-saber-prazer, constituindo um dispositivo, o qual é entendido como “[...] um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2006, p. 244).

Passei a compreender e a ver a sexualidade por outras lentes, como dispositivo estratégico nas relações de poder em que objetiva práticas de subjetivação, integrando a biopolítica. Em que um poder e um saber encontram-se mutuamente implicados, pois não se consegue ver relação de poder sem um campo de saber e vice-versa.

Na compreensão que tinha antes do Mestrado compreendia o poder como algo negativo e opressor e que é exercida por uma pessoa ou um determinado grupo de pessoas. No entanto, passei a olhar o poder como aquele que pode ser exercido de muitas maneiras e em variadas direções, deve ser concebido como uma estratégia. Que não está em uma pessoa ou grupo, mas que se exerce através dos sujeitos. O poder deve ser visto somente como algo que induz ao prazer, produz discurso, produz coisas e, segundo uma estratégia precisa, pode sempre alterar sua dominação em condições determinadas (FOUCAULT, 2006). O poder não é algo natural, mas uma prática social e constituída historicamente.

Imaginar a sexualidade como algo inventado pela sociedade moderna e como algo que não é da natureza, mas sim que faz parte das estratégias de poder seria impensável. No entanto, ao percorrer a história verifica-se que apesar de parecer velado o sexo, ele foi constantemente colocado em discurso e que as estratégias podem muitas vezes passar imperceptíveis aos nossos olhos.

Pensar a sexualidade como importância política e de que ela faz parte de um biopoder que age sobre a vida é preciso pensar quais estratégias são necessárias para que o poder se exerça. Discursos são criados e verdades sobre o corpo são propagadas. Se o poder se constitui em uma rede, e por toda a sociedade é preciso discipliná-la e regulá-la. Por essa razão, a sexualidade encontra-se justamente entre o corpo e a população, manipulada pela disciplina e regulamentação (FOUCAULT, 1999).

O elemento que vai circular entre a disciplina e regulamentação será a norma, pois disciplina o corpo e regulamenta a população (FOUCAULT, 1999). Para que a norma seja aplicada e os saberes sejam difundidos práticas e instituições irão operar o dispositivo da sexualidade.

A escola é uma das instituições que opera o dispositivo da sexualidade, pois impõe a disciplina, induz comportamentos e fabrica corpos dóceis, que é justamente o grande

objetivo das tecnologias de vigilância. Corpos dóceis não no sentido de serem moldados à bruta força, mas daqueles que sentem a disciplina como algo essencialmente natural e necessário. É uma instituição de sequestro que captura nossos corpos e submete a diferentes tecnologias de poder por tempos variáveis (VEIGA-NETO, 2005).

A escola é o lugar em que passamos grande parte de nossas vidas, em salas quadriculadas, com um professor que dirige a nós seus saberes fazendo com que os saberes aprendidos sejam multiplicados chegando a todos os sujeitos que freqüentem a escola. Nosso tempo, nossas atividades, gestos, atos e falas são constantemente vigiados. Imprime-se no corpo uma espécie de ortopedia no modo de pensar, de agir e de falar. Ela age sob o comando da norma estabelecendo domínios de saber e de práticas correspondentes a estes domínios. Uma tecnologia positiva de poder age para a formação da subjetividade.

A sexualidade, dentro da escola, caminha por linhas delimitadas, revestidas de preceitos morais e de normas, pois o valor moral é inerente à norma. Pelo olhar escolarizado a normalidade deve ser instaurada e prevalecer sob uma aparência sexista e heteronormativa.

A vida é organizada pelo dispositivo da sexualidade, em que a todo momento são impressas marcas e significados sobre o corpo, criando-se verdades como a norma da heterossexualidade, o binarismo masculino/feminino, homem/mulher, colocando tudo aquilo que não se iguala à norma como anormal, desviante.

Ao delimitar o tema de pesquisa, muito pensei acerca das temáticas de gênero. No entanto, com o decorrer dos estudos em Foucault decidi direcionar para o estudo da sexualidade. Foucault não trabalha com as questões de gênero, mas isso não significa que não possam ser trabalhadas a partir de seus estudos.

Minha leitura é de que através da sexualidade a vida é organizada e o corpo sujeito a determinadas práticas que estão imersas em uma biopolítica, uma política sobre a vida. Logo, o estudo que se tem nesta dissertação é partir da sexualidade como dispositivo estratégico das relações de poder que através de saberes e práticas exerce uma biopolítica. Saberes que fazem com que através da norma estabelece um regime de verdade e faz com que se discipline e se regule toda a vida. A sexualidade, então, desenvolve-se na história, em meio a um jogo de estratégias e manobras, ou seja, jogos de verdade, na imanência de complexas relações de poder (FOUCAULT, 2012).

É importante problematizar também o modo como se pensa o sexo, quais significados e tratamentos são atribuídos a ele, pois não ocorreu em todo tempo e lugar de igual forma. O sexo também tem uma história e, teve sua importância bem diferente dos

tempos antigos. A diferença de gênero também era encontrada, mas não era importante como hoje.

A história mostra, com o auxílio dos estudos de LAQUEUR (2001), que, até o final do século XVIII, não havia a ideia de dois sexos. O que se chama atualmente de sexo e gênero existiam em um modelo de sexo único, pois homens e mulheres tinham o mesmo sexo: o masculino. O que era no passado visto como sexo, hoje nos é considerado como gênero. O sexo representado como órgão reprodutivo não se fazia muita diferenciação, era o mesmo corpo e órgão, o que mudava era que na mulher o órgão era interno e no homem era externo. O órgão da mulher era de forma invertida, ou seja, a mulher era um homem invertido e, por essa razão, era tida como inferior hierarquicamente e imperfeita. O desempenho de papéis como homem e mulher se davam somente no campo das práticas sociais.

É no final do século XVIII que o modelo de sexo único dá lugar ao modelo de dois sexos, incomensuravelmente diferentes, fundamentados na anatomia e na fisiologia, colocando, ainda que na maneira horizontal, a mulher como inferior intelectualmente e destinada “naturalmente” à maternidade e aos afazeres do lar. É interessante mencionar que essa mudança de pensamento não se deve a um maior avanço científico, mas a um interesse político.

A questão, então passa a ser, de que maneira o sexo é normalizado, problematizado e tornado útil nos sistemas de produção social, uma vez que não pode ser redutível à função fisiológica de reprodução. Como discursos revestem-se de uma roupagem biológica, científica etc., mas que possuem o intuito de mascarar os códigos morais.

Passei a compreender tanto o gênero como sexo como estratégias de poder, o sexo para que a norma se exerça sobre o corpo do indivíduo normalizando-o e o gênero como uma estratégia de resistência.

O termo gênero utilizado pelas feministas seria

[...] a maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. [...] A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade (SCOTT, 1995, p.72).

A resistência do movimento feminista tem seu início no século XIX, marcando o horizonte da política e do pensamento. O feminismo busca o direito ao sufrágio, oportunidades de estudo e acesso às profissões. Essas referidas lutas foram a “primeira onda”. É com o movimento feminista, em sua “segunda onda”, no final da década de 1960, que se

questionarão as condições de subordinação e inferioridade da mulher sempre ligadas à biologia. Assim, as teorias feministas e as militantes feministas argumentarão que o gênero não se refere a algo biológico, mas sim a uma construção social, surgindo o conceito de gênero como caráter social das diferenças que se percebem entre homens e mulheres. Não se nega a biologia, mas o que importa é o social. Há a existência de uma pluralidade de mulheres, uma pluralidade de homens, em que as relações são mais complexas do que homem dominante, hierarquicamente superior e mulher dominada, hierarquicamente inferior. Trata-se de identidades plurais que se modificam, não são fixas ou permanentes. (LOURO, 2012)

O fundamento da distinção pela biologia ou ainda a distinção sexual através da norma serve como fundamento da desigualdade social perceptível até os dias de hoje. O dispositivo da sexualidade voltado para a produção de identidades ligadas ao sexo gira em torno da economia da sociedade.

É com a noção de prática discursiva que se faz a desnaturalização das funções sexuadas, da marca biológica instituída e da divisão sexual e binária da sociedade.

1.2 PROBLEMÁTICA

A noção binária de gênero em masculino e feminino, como categoria analítica da divisão sexuada, traz à superfície a visão de que as construções das práticas sexuais e papéis sexuais que se desenvolvem cotidianamente encontram-se naturalizados na matriz genital/biológica. O binômio sexo/gênero possui a finalidade de uma sexualidade voltada para a procriação e, por conseguinte heterossexual, negando-se ou ocultando outras práticas (SWAIN, 2009).

Partindo-se do pressuposto de que a escola é um espaço democrático, a prática democrática deve ser efetivada indo além de meros discursos, ou seja, permitir que novas formas de subjetividade sejam respeitadas e se expressem sem prejuízo à imagem de quem se apresenta de maneira diferente à norma, ou seja, diferente da heteronormatividade. Parece que a negativa ou ocultamento daqueles que não seguem a norma, como por exemplo, dos homossexuais, bissexuais, transexuais ou qualquer outra identidade daqueles que frequentam o espaço escolar, acontece e se faz muitas vezes por querer evitar que aqueles que “seguem a norma” conheçam aqueles que são considerados como “diferentes”, “transgressores” etc. Parece haver um temor de que aqueles que seguem a norma ao conhecerem o outro, o diferente possam vir a se tornar um destes, reconhecerem-se nestes ou até mesmo passar a

desejá-los. O não falar seria uma espécie de garantia da norma e a ignorância seria a mantenedora dos bons costumes e valores.

No entanto, as discriminações e estigmas no espaço escolar indicam percebe-se a necessidade de se falar inclusive sobre a negação dos sujeitos “anormais”. Há uma institucionalização da heterossexualidade como a norma a ser seguida, na qual o anormal e o normal podem ser distinguidos. Quando se define a heterossexualidade como norma define-se a homossexualidade e as demais como “anormais” de sexualidade.

A negação daqueles que não se igualam à norma acaba por deixá-los à própria sorte, desamparados e alvos de preconceitos e intolerâncias que se exacerbam no dia-a-dia escolar, de agressões de cunho moral, religioso, social ou político, que acabam manifestando preconceitos que variam desde uma simples risadinha, um olhar atravessado, até espancamentos. Tais hostilidades levam a sofrimentos pessoais, confissões de culpa, tratamentos psiquiátricos ou até suicídios, “O dispositivo da sexualidade, que cria os corpos e impõe uma heterossexualidade normatizadora, imbrica-se, hoje, a um dispositivo da violência, que incita e cria, regula e determina os poderes sobre a vida e a morte” (SWAIN, In: RAGO e VEIGA-NETO, 2009, p.390).

No ambiente escolar, professores e estudantes são cotidianamente julgados em função de sua sexualidade. O desvio em relação ao estereótipo pode causar estigmas, sobretudo quando os indivíduos assumem publicamente formas divergentes de sexualidade em relação ao padrão heterossexual. Os olhares não se desvinculam dos estereótipos de sexualidade e de gênero que perpassam a sociedade.

Assim, a pergunta de pesquisa quer saber de que maneira professores e alunos entendem a sexualidade a partir das noções de norma e ética?

1.3 OBJETIVOS

A partir da problemática já descrita, a pesquisa tem como objetivo geral é compreender a ética e a norma sobre sexualidade nos dizeres de professores e alunos.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Identificar o suposto da alteridade “do Outro” nas falas sobre homossexualidade.
- Analisar a questão da normalidade subjacente à suposta imoralidade da homossexualidade.

- Discutir os saberes sobre sexualidade predominantes nas respostas de professores e alunos.

1.4 LOCAL, SUJEITOS, DADOS E PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa em ambiente escolar tem como sujeitos professores e estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental e 1ª, 2ª, 3ª séries do ensino médio da rede pública de ensino de quatro cidades do Vale do Itajaí.

Assim, esta dissertação fez uma análise documental discutindo com apoio em autores e com o campo da legislação. Posteriormente, gerou-se os dados e fez-se a análise do material empírico por meio de entrevistas e questionários.

A entrevista é um dos métodos mais utilizados em pesquisas qualitativas. A escolha da entrevista foi a semi-estruturada, pois possui o intuito de produzir informações e, por essa razão, envolve jogos de poder, negociações e disputas entre entrevistador e entrevistado.

A entrevista semi-estruturada permite que o entrevistado sintam-se livre para falar sobre a temática apresentada, pois as respostas não estão condicionadas a um padrão fechado com alternativas previamente selecionadas. Para Manzini (1991, p. 154), a entrevista “[...] está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

A entrevista é de caráter exploratório, não tendo, portanto, “como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema” (QUIVY, 1992, p. 77).

A entrevista foi realizada com base em um roteiro de perguntas que não foi um método extrator de verdades, mas sim mostrou que as histórias possuem significados múltiplos. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas, registrando-se risos, silêncios etc. Embora os sujeitos da pesquisa sejam estudantes e professores, somente professores demonstraram interesse em participar da entrevista, pois durante a aplicação dos questionários perguntou-se quem queria participar da entrevista. O baixo interesse de participação na pesquisa por professores e estudantes demonstra o silêncio sobre sexualidade que assola a

escola e também trata-se de um dado a ser problematizado. Assim, a entrevista contou apenas com a participação somente de três professores, com idade entre 30 e 36 anos, os quais atuam na área de dança/educação física, informática e educação infantil. As entrevistas foram realizadas para uma análise mais profunda do discurso uma vez que as falas dos professores e alunos se dão no interior dos discursos.

Além das entrevistas, um questionário foi aplicado nas escolas com professores e alunos. Os dados gerados através dos questionários fazem parte de uma pesquisa maior, financiada pelo CNPQ, intitulada ‘VOZES E SABERES DE SI: Discutindo sexualidades e homoafetividades na educação e na escola’, coordenada pelo professor Dr. Celso Kraemer, na qual também participei como bolsista do CNPQ. Durante a elaboração do referido questionário, parte dele foi pensado para a utilização na presente dissertação. Nesta pesquisa maior, elaborou-se um questionário com 21 perguntas segundo âmbitos mais amplos da pesquisa do CNPQ. Participei ativamente inclusive como bolsista da pesquisa financiada pelo CNPQ no primeiro ano do Mestrado. Do questionário daquela pesquisa selecionei as perguntas que possuíam relação com a minha dissertação. Antes da aplicação do questionário, requereu-se autorização perante as Secretarias Municipais de Educação (SEMED’s) e Gerências Estaduais de Educação e Desenvolvimento (GERED’s), as quais assentiram na nossa ida até as escolas participantes para a apresentação da pesquisa e aplicação dos questionários e entrevistas. Em cada cidade pesquisada, escolheu-se duas escolas estaduais e duas municipais, sendo que uma estadual e uma municipal estariam localizadas em áreas periféricas da cidade e as outras localizadas no centro da cidade. Com a autorização, aplicava-se o questionário nas turmas juntamente com os professores que se encontravam em sala de aula. Na aplicação do questionário, era esclarecido que a participação era voluntária, sendo que aqueles que não queriam participar poderiam devolver o questionário em branco. Responderam ao questionário 105 (cento e cinco) professores e 987 (alunos).

As questões dividiam-se em perguntas abertas e fechadas, em que nas abertas o pesquisado podia responder ou não de forma livre o que pensava sobre o assunto. Nas perguntas fechadas, permitia-se a assinalar as respostas SIM, NÃO, OUTROS, sendo que ao lado da palavra OUTROS deixava-se um espaço em forma de linha para que o pesquisado, caso desejasse, escrevesse algum comentário. Do referido questionário, esta dissertação faz um recorte de cinco questões:

1. Sexualidade é...
4. Para você, as pessoas homossexuais deveriam assumir publicamente sua orientação sexual?

5. Uma pessoa que assume a homossexualidade pode ter prejuízos à sua imagem junto à sociedade?

6. Você acredita que a homossexualidade diminui o valor moral da pessoa?

15. Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que a homossexualidade?

Ao olhar as perguntas tanto os sujeitos pesquisados quanto o leitor dessa dissertação podem não concordar ou sentir inclusive certo incômodo. O intuito aqui não foi de induzir ou influenciar, mas justamente problematizar, pois como veremos no capítulo das análises, se em alguns momentos algumas respostas indicam uma normalização, em outros momentos percebem-se movimentos de resistência. As perguntas podem ter diferentes respostas e ainda podem levar a discussão para outras problematizações.

Os dados da pesquisa de campo provêm tanto nos questionários quanto nas entrevistas e serão analisados, tomando-se por base a Arqueologia e Genealogia de Foucault. As falas nas entrevistas e os dados dos questionários revelam o discurso sobre sexualidade. Este “[...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p. 10).

Ao planejar a implementação de uma investigação, deparei-me com a pergunta: como fazer? No entanto, a resposta seria dada de acordo com a abordagem que movimentaria e orientaria esta pesquisa, pois é importante situá-la tanto para o autor da pesquisa como para quem a lê.

O modo como pensamos, pesquisamos, conhecemos e escrevemos são marcados por nossas escolhas teóricas, pois “a eleição de um determinado caminho metodológico está comprometida com as formulações teóricas que se adota”. (LOURO, 2007, p.214)

Assim, esta pesquisa foi construída sob os campos teóricos dos estudos foucaultianos, partindo da sua análise genealógica e arqueológica, pois fala do exercício do poder e da produção de verdades. Outros autores como VEIGA-NETO (2005), MACHADO (1981), FONSECA(2002), KRAEMER (2011) dentre outros contribuíram nesse percurso, pois a percepção e o conhecimento são “modos” de saberes que se manifestam por meio de discursos científicos reconhecidos como verdadeiros e aceitos.

É no livro *Arqueologia do Saber* que Foucault trabalhou como nos tornamos, na modernidade, “o que somos como sujeitos de conhecimento e como assujeitados ao conhecimento” (VEIGA-NETO, 2005, p.52). Foucault ainda propõe, em *Arqueologia do*

Saber, Vigiar e Punir e na aula *A ordem do discurso*, a conceituação de discurso como prática social.

Pensar com Foucault é olhar história de outro ângulo, longe das grandes narrativas oficiais, buscando-se as articulações entre as práticas discursivas e não discursivas, como por exemplo, a economia, a política, a cultura etc.

Enquanto a Arqueologia possui como o objeto o saber, a genealogia se ocupa do poder. Com a arqueologia serão analisados os discursos sobre sexualidade e como estes ocorrem a partir da ética e da norma. Segundo Foucault

os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas [...] cumpre interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estática (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio do diversos confrontos produzidos) (1988, p.112).

Os discursos presentes nos questionários e pesquisa revestem-se de significados, ditos e não ditos. Todo discurso produzido é feito em uma determinada condição e integra um jogo de forças que coloca um discurso como legitimado e deslegitima o outro. Os discursos são parte de estratégias de relações de poder e saber.

As relações estão na superfície dos discursos, como disse Foucault em *A Arqueologia dos Saberes*. Com a arqueologia é possível ver o que antes parecia não ser visível pelo fato de estar na superfície das coisas. Estabelecer relações entre as múltiplas camadas, entre as tramas, as quais são distintas, mas ligadas entre si como em uma rede

Faz-se uma história do presente, pois o filósofo francês não busca as origens e ele nega as continuidades, pois há sempre uma ruptura nos discursos. Assim, ele foi chamado de arqueólogo justamente por buscar fazer uma análise não linear do discurso. Ele faz um corte geológico nos saberes de determinadas época, é o caso quando ele vai aos gregos na Antiguidade, século XVIII. E nesta dissertação buscou-se compreender quais são as camadas do discurso sobre sexualidade. Os documentos que aqui foram analisados são históricos e materializam o discurso de uma época. Assim, com a arqueologia buscou-se as camadas dos discursos, dos saberes e dos poderes, “a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local” (FOUCAULT, 2006, p. 172).

A hipótese repressiva da sexualidade questionada por Foucault, que é trabalhada no capítulo histórico nos levou a indagar sobre o poder já que a sexualidade possui uma relação em dizer a verdade que fazem com que se objetive o sujeito.

Já a genealogia é um “conjunto de procedimentos úteis não só para conhecer o passado, como também, e muitas vezes principalmente, para nos rebelarmos contra o presente” (VEIGA-NETO, 2005, p. 70). Busca descentrar o poder com o intuito de compreender as manifestações de poder nas práticas discursivas ou não discursivas que se articularão, atravessar-se-ão na esfera individual e na esfera política. É uma metodologia que busca o poder no interior de uma trama histórica.

A genealogia seria, portanto, “[...] uma inscrição de saberes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 2006, p. 172)

Ao buscar libertar os “saberes sujeitos” trava-se um combate contra os efeitos de poder, de tornar esses saberes capazes de oposição contra o discurso que é posto como ordem a ser seguida de forma universal e que atravessa a todos.

1.5 JUSTIFICATIVA E OUTRAS PESQUISAS EFETUADAS

Abandonar as certezas e as verdades que nos rodeiam é um processo difícil e quando se trata do tema da sexualidade o debate parece ficar mais tenso. A sexualidade é uma invenção social, um dispositivo histórico. A sexualidade como dispositivo estratégico de poder utiliza o sexo como mecanismo, produzindo discursos que agem sobre o corpo e vida dos sujeitos. Saberes produzem verdades a serem seguidas, replicadas e disseminadas por todos. Uma relação de poder e saber age por meio de uma biopolítica, um poder que sobre a vida dos sujeitos e da população.

Pensar a sexualidade com fundamento ou origem somente na natureza é considerá-la como identidade única, universal e imutável a todos. Crer que a sexualidade é algo que todos nós possuímos “naturalmente”, não permite compreender a ideia de que cada sujeito se constitui de modo diverso ao longo de sua vida e que através dos processos culturais vai se modificando. Com os processos culturais permite-se a transformação do sujeito, daquilo que ele é, age e pensa.

Em algum momento de nossas vidas suponho que nos deparamos ou ainda nos depararemos com a fala de que “*é natural ser homem ou mulher*”. Qualquer fala diferente disso soaria como estranha, absurda ou anormal. O sujeito aprende na escola, na família, na igreja etc., enfim, de que nascemos homem ou mulher e de que um homem somente pode

sentir atração, desejo ou prazer com o sexo oposto, ou seja, uma mulher e vice-versa. Qualquer ocorrência fora dessa norma, o sujeito será considerado anormal, desviante ou até mesmo transgressor.

No entanto, há casos em que o sujeito não se reconhece em ser “A” ou “B”, isto é, em ser homem ou mulher e/ou tampouco sente atração sexual pelo sexo oposto, conforme preceitua a norma. O sujeito simplesmente entende que ele não se “encaixa” em nenhum desses padrões. É a partir do momento em que ele não segue a norma, que ele pode vir a ser estigmatizado, ficar exposto ao preconceito, às agressões verbais e físicas etc.

A importância de discussão e problematização da norma que tem a heterossexualidade como norma a ser seguida por todos se faz necessária nos espaços escolares. Isso se torna evidente nas falas dos sujeitos pesquisados, conforme veremos detalhadamente no capítulo das análises. Como exemplos, por ora, citam-se as seguintes falas presentes nas respostas ao questionário: *“Homossexualidade é coisa do demônio”, “deveriam morrer”*; *“cada um sabe o que é melhor p/ si, mas certo não é... o homem nasceu p/ mulher e vice-versa”*.

Coloca-se que a norma em relação à sexualidade é a heterossexualidade ou heteronormatividade a qual é natural, universal, imutável e normal. Uma linha demarcatória é desenhada entre os “normais” e os “anormais”, os primeiros são normais porque seguem a norma e os segundos são anormais porque a transgridem por possuírem uma sexualidade “diferente”.

Na escola, corpos são vigiados, avaliados, marcados e disciplinados para serem dóceis e úteis. Sujeitos são produzidos e “marcas” são inseridas nos corpos através de estratégias que visam a formar uma identidade sexual de modelo único: heterossexual. No entanto, outras identidades sexuais existem e reivindicam o seu reconhecimento. A escola como instituição sócio-política age sobre os corpos dos sujeitos e em alguns se torna palco de agressões físicas e verbais.

Vai muito além de um bullying, de uma risadinha ou olhar torto. São estigmas que marcam negativamente a subjetividade do sujeito e que muitas vezes terminam em lesões corporais, homicídio, quando não suicídio!

Infligir no outro uma atitude violenta pelo simples fato de ser diferente é algo que merece ser problematizado nos espaços escolares. O sujeito torna-se consciente de seu corpo quando o mecanismo do poder realiza o seu disciplinamento. Porém, no momento em que o poder sobre o corpo é exercido há também a reivindicação do próprio corpo do sujeito sobre o poder. É aí que acontece a possibilidade da luta, da resistência contra o poder sobre a vida dos

sujeitos. A vigilância sobre a sexualidade procura estabelecer um controle dos corpos e quando não consegue fazer com que o sujeito siga a norma, limitam-se no sujeito os seus prazeres, seus desejos, seus questionamentos, levando-os para a esfera privada. Porém, ao colocar a questão da sexualidade tão somente na esfera privada permite-se que a norma permaneça.

O fato de não debatermos faz com que possivelmente sejamos cúmplices de atos violentos cometidos contra o outro. Não é porque se discute que a violência acontece. Pelo contrário, é possível que a violência continue a acontecer porque não se discute, e é por essa razão que a temática necessita ser discutida. Justamente porque não se permite ao sujeito pensar além de uma norma que busca normalizar os corpos diante das relações de saber e poder. Pensar que o ideal seria colocar a questão da sexualidade na esfera do privado é marcar o corpo do sujeito com o medo, a vergonha, o sentimento de inferioridade e é justamente essa mais uma consequência da estratégia disciplinar.

O modo como se vive a sexualidade é uma das consequências da estratégia disciplinar. Um controle é exercido sobre o corpo, o qual se reveste de medo, de vergonha, de culpa, de sentimento de inferioridade etc.

Silenciar o diferente é garantir o controle que o poder exerce sobre a sexualidade e, por conseguinte, sobre a vida das pessoas. Ao colocarmos a sexualidade na esfera privada “acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política” (LOURO, 1999, p. 27). Assim, aqueles que se percebem como “diferentes” da norma heterossexual somente terão como alternativas o recolhimento, o silêncio do sofrimento ou até mesmo a dissimulação.

A produção da norma propaga a rejeição do outro, daquele que é diferente. Colocar em discussão o tema da sexualidade faz com que também se problematize o campo social e político, pois a rejeição da sexualidade considerada diferente da norma pode se manifestar na forma de homofobia. A Homofobia é “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal [...]” (BORRILLO, 2010, p.13). A homofobia desempenha um papel importante, atua como meio de inferiorização do outro, do diferente, pois é consequência da hierarquização das sexualidades para firmar a heterossexualidade na condição de um status de superioridade, colocando-a no plano do natural e de que deve ser seguida por todos. A homofobia participa de um senso comum e por essa razão deve ser discutida nas escolas.

Não sofrer preconceito parece pertencer somente àquele que não deixa transparecer sua sexualidade considerada diferente da norma ou que busca anular esta,

assumindo padrões aceitáveis que em seu íntimo não reconhece, mas que precisa seguir perante a sociedade para não ser mais uma vítima do preconceito. A escola exerce uma pedagogia da sexualidade em que legitima determinada identidade e prática sexual e deslegitima outra.

O debate público sobre as sexualidades marginalizadas precisam ser colocadas em pauta nas escolas, pois a partir do momento em que estas sexualidades consideradas até então como anormais ou diferentes emergem publicamente, elas evidenciam a instabilidade e fragilidade da norma estabelecida. Elas denunciam a violência contra o outro, com o diferente!

Em busca realizada sobre publicações relacionadas ao tema da pesquisa, no site <<http://bdtd.ibict.br>>, com as palavras-chave *sexualidade*, *norma*, *ética* encontram-se 35 dissertações e teses. Destas, a maioria se aproxima dessa pesquisa por utilizar autores em comum, entre eles Michel Foucault, e por estar dentro da temática da sexualidade. Porém, até a data de realização da busca para essa pesquisa, não houve trabalhos que discutissem a temática que englobasse a sexualidade, ética e norma pela mesma perspectiva que esta pesquisa pretende. Os trabalhos encontrados partem de uma análise qualitativa, porém de perspectivas ligadas aos estudos de gênero, que caminham pelas epistemologias dos Estudos Culturais, Estudos Feministas e Teoria Queer.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, introdutório, apresenta o tema, a justificativa, bem como a problemática, a metodologia e os conceitos fundamentais. O segundo capítulo apresenta, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a sexualidade como dispositivo histórico. O terceiro capítulo apresenta a genealogia da moral e do poder, a ética na antiguidade e o sujeito ético na modernidade, a norma em documentos oficiais. No quarto capítulo se discute, à luz da bibliografia e dos documentos oficiais do governo sobre o tema, de que maneira estudantes e professores entendem a sexualidade e como a relacionam ao valor moral da pessoa.

2 SEXUALIDADE: UM DISPOSITIVO HISTÓRICO

É necessário revolver, “cavar” fundo, buscar nas camadas mais internas como um arqueólogo. É preciso pensar numa história e questionar o realismo que marca o discurso da História, requerendo um trabalho moroso de desconstrução, pois já não se pode mais pensar o historiador como aquele que vai classificando, cortando e montando os fatos de forma linear e única.

O historiador deve estar atento para minuciosamente averiguar o que cada época definiu como verdade, como sua realidade, pois a História é experiência com o passado, mas é preciso desconfiar dos objetos definidos para o saber histórico, pois o objeto histórico é, ao mesmo tempo, objeto de política.

[...] o passado se configura, adquire forma, é desenhado na incessante batalha que os homens travam no presente, buscando dar a ele uma consistência, uma estabilidade, uma memória, que sirva de suporte para projetos, estratégias, astúcias, que apontam para construção de verdades possíveis sobre o ser do homem no tempo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000, In: PORTOCARRERO e BRANCO, 2000, p. 119).

Michel Foucault (2012) em seu livro *História da Sexualidade volume 1: a vontade de saber*, logo no capítulo inicial, discorre acerca da visão da sociedade sobre a sexualidade e a hipótese repressiva do sexo. Ele problematiza se de fato desde o final do século XVI a sociedade viveu essa hipótese repressiva. Importa saber por que a sexualidade é uma invenção da Modernidade e como o discurso sobre a sexualidade humana integra um regime de poder-saber-prazer.

Importa problematizar porque falar de sexo era algo importante, quem falava, de quais lugares e instituições incitavam a falar e a difundir o discurso sobre o sexo. Com os discursos é que se poderá saber através de quais meios o poder consegue alcançar a vida e estabelecer condutas sobre a vida dos sujeitos. Como o poder exerce um domínio sobre o prazer e o desejo regulando-se a vida do sujeito pelo sexo.

A respeito do sexo, algumas teorias indicam ter havido um período repressivo em que falar de sexo era proibido. FOUCAULT (2012, p. 14) se contrapõe às hipóteses da repressão do sexo.

Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os “interesses” discursivos que a sustentam.

É preciso afastar a hipótese repressiva do sexo, pois apesar de terem existido interdições a certas falas, estas também serviam para suscitar no corpo uma sexualidade. Falar de sexo era uma constante e é preciso perceber como a sexualidade é inventada e passa a ser um aspecto político importante. Ao ficarmos agarrados à ideia de repressão ao sexo, da proibição de se falar sobre o sexo, não será possível compreender como é que funcionou o dispositivo político e estratégico da sexualidade desde a Modernidade.

Para compreendermos a Genealogia do que é a sexualidade e como ela é produtiva no regime econômico e político é necessário abandonar a hipótese repressiva e trabalhar com a hipótese de que sexualidade não foi reprimida, mas que ela foi discursivamente produzida.

Porém, antes de adentrar propriamente ao debate da hipótese repressiva do sexo, se faz importante compreender os modelos de “sexo único” e de “dois sexos”, bem como as rupturas causadas até se chegar a invenção da sexualidade na era Moderna como dispositivo estratégico de poder.

É vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, fato ou acontecimento que podemos perceber e aprender o movimento de seu aparecimento, conseguimos então ver os momentos da consistência, visibilidade e dizibilidade.

2.1 “O SEXO ÚNICO”, “DOIS-SEXOS” OU UMA PLURALIDADE DE SEXOS?

Ao revolver a História, no livro de Laqueur (2001) que possui como título *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* é apresentada a ideia de modelo “sexo único” vivenciada na Antiguidade até o final do século XVIII. Após esse período, passa-se a viver sob o modelo de “dois “sexos”.

De acordo com os escritos de Laqueur (2001) até o final do século XVIII não havia separação entre os sexos, pois vigorava o modelo de “sexo único”. Acreditava-se que a mulher possuía o mesmo sexo do homem, porém de forma invertida, menos perfeita e hierarquicamente inferior. Galeno, médico e filósofo, de origem grega buscou comprovar as alegações de sua teoria.

Laqueur (2001, p.41) cita a frase de Galeno (c.130-200) acerca do sexo único “ se virarmos [os órgãos genitais] da mulher para fora e, por assim dizer, virarmos para dentro e dobrarmos em dois os do homem, teremos a mesma coisa em ambos sob todos os aspectos”.

A mulher possuía, portanto, a mesma genitália do homem, só que internamente e não externamente como o homem. A vagina era um pênis interno que não havia sido

desenvolvido suficientemente. As mulheres seriam homens invertidos, e por essa razão, seriam menos perfeitas.

Para Laqueur (2001), nesse período não havia a compreensão da existência de dois sexos distintos marcados por diferenças inatas. Para o modelo de sexo único, tanto gênero quanto sexo eram ligados a um círculo de significados que não perpassavam pelo biológico, mas por uma posição social e um papel na cultura:

[...] Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001, p. 19).

O paradoxo do modelo de sexo único é que as oposições ordenadas em pares como macho/fêmea, homem/mulher, paternidade/maternidade não era inerente a uma dualidade, mas uma unidade.

O modelo do sexo único seria de

um mundo onde pelo menos dois gêneros correspondem a apenas um sexo, onde as fronteiras entre masculino e feminino são de grau e não de espécie, e onde os órgãos reprodutivos são apenas um sinal entre muitos do lugar do corpo em uma ordem cósmica e cultural que transcende a biologia (LAQUEUR, 2001, p.41).

No entanto, desde a ideia de sexo único as mulheres já eram subordinadas ao homem, ou seja, uma ordem já era imposta: o homem era visto como a medida de todas as coisas. O padrão do corpo humano era o masculino e o feminino com base neste padrão, era inferior (LAQUEUR, 2001).

No período antigo, tanto para os gregos quanto para romanos a ideia de sexualidade não existia, pois foi inventada na era Moderna. Não havia o que chamamos de homossexualidade ou heterossexualidade. Não havia a distinção entre os sexos pautados no biológico. A preocupação era com o cuidado ético em relação à conduta sexual, conforme se verá detalhadamente no terceiro capítulo.

Para os gregos e romanos havia reflexões morais voltadas para a prática de si, para uma ética sobre o cuidado de si e não de um código de regras que prescrevia o permitido e o proibido. Para os gregos, a preocupação era com a arte de viver, com a condução e uso de seus prazeres de acordo com princípios austeros de estilização da conduta sexual. Havia o princípio de estilização da conduta “[...] para aqueles que querem dar à sua existência a forma mais bela e mais realizada possível” (FOUCAULT, 2012a, p.315). Referidos princípios não estavam ligados às proibições, mas ao tempo de se praticar os atos sexuais, os momentos, a

intensidade etc. Não existia uma imposição de regras, era uma vontade do próprio sujeito em constituir-se como sujeito moral. O discurso existente era de uma arte erótica (FOUCAULT, 2012a).

Já nos dois primeiros séculos da era cristã o sexo foi tratado com severidade, em que se rejeitava a busca pelo prazer, a preservação da virgindade, a condenação de toda atividade extraconjugal e a manutenção da fidelidade entre os cônjuges. Somente o sexo conjugal que visasse à procriação era visto com bons olhos. A moralidade cristã era essencialmente moralidade sexual (RANKE-HEINEMANN, 1999).

No entanto, é errôneo pensar que foi com o cristianismo que a repressão em torno do sexo surgiu. O cristianismo não somente trouxe novas técnicas para impor a moral sexual. Aqui, os discursos sobre a moralidade não giravam mais em tornar o sujeito em um sujeito moral de si, mas sim houve uma moralidade sexual cercada de prescrições e regras de conduta.

A moral cristã possuía três características principais: a regra da monogamia, a reprodução e a desqualificação geral do prazer sexual (FOUCAULT, 2006a). Os discursos de moralidade sexual giravam em torno de um controle e das regras impostas pela igreja em que tudo que era considerado imoral deveria ser eliminado.

A união matrimonial era um laço inquebrável, formando a união de um homem e uma mulher uma só carne. No entanto, a mulher não era considerada como uma parceira ou companheira, mas sim propriedade de seu companheiro. Havia uma subordinação da mulher em relação ao homem. A esposa pertencia ao marido, mas o inverso não acontecia. A bíblia era o manual que continha todas as instruções que deviam ser seguidas e aplicadas por todos. A relação sexual deveria ocorrer entre um homem e uma mulher e deveria ser voltada à procriação. Outro tipo de relação não seria aceita (RANKE-HEINEMANN, 1999).

O cristianismo teve como contribuições a técnica da interiorização, de tomada de consciência de si e do despertar sobre si (FOUCAULT, 2006a) em que há uma sujeição do indivíduo sobre ele mesmo. Existe a constituição de uma subjetividade voltada para uma consciência de si sobre suas fraquezas, tentações da carne, ao corpo etc. A técnica de sujeição do indivíduo sobre ele mesmo foi um importante mecanismo de poder e de saber.

Por volta do fim do século XII e início do século XIII, entre os teólogos, era quase unânime os discursos de que o ato sexual no casamento era pecado. Referida época foi considerada a idade áurea da teologia e o apogeu da difamação misógina. Em 1215, o IV Concílio de Latrão ordenou que todos os cristãos se confessassem e comungassem pelo menos uma vez ao ano (RANKE-HEINEMANN, 1999). Assim, instalava-se o mecanismo de dizer a

verdade sobre o sexo: a confissão. A confissão possuiu o intuito de expropriar do corpo a verdade, não é o que ouve que sabe, que conhece a verdade, mas sim é a pessoa que sabe e confessa, método que também foi utilizado pelo saber médico.

A confissão, para as sociedades ocidentais, desde a Idade Média é um dos rituais mais importantes para a produção da verdade, a qual estabeleceu suas redes nas mais variadas instituições, ou seja, na família, na Justiça. Confessam-se os crimes, pecados, pensamentos e ações; confessam-se tudo e a todos. Uma confissão em que se confessa espontaneamente ou se é forçado a confessar (FOUCAULT, 2012).

O processo de se confessar se torna tão incorporado, tão naturalizado nos corpos que não se percebe como esse efeito do poder coage o sujeito a falar e produz um conhecimento.

Enquanto que na Grécia a verdade e o sexo se ligavam através da pedagogia para a transmissão de um conhecimento, como um saber precioso, para nós, verdade e sexo se ligavam pela confissão, ou seja, era levada a exaustão conhecer o segredo individual (FOUCAULT, 2012).

Ao se conhecer os segredos mais íntimos dos sujeitos, produzia-se em seu corpo um saber que tornava mais “fácil” o controle sobre a sua vida, em que a verdade sobre o corpo era extraída.

A instância da dominação encontra-se ao lado de quem escuta, de quem interroga (confessor) e não daquele que fala, sabe e responde (o confessando), adquirindo efeito naquele de quem é extorquida a verdade (FOUCAULT, 2012).

Instala-se a “maquinaria da confissão”, pois de um lado tem-se o confesso como culpado, pecador, o qual deve voltar-se para si mesmo e passar a desconfiar de suas próprias ações e pensamentos. Vigora um regime de verdade predominante, sobretudo em relação ao comportamento sexual. Foucault parece querer nos demonstrar que na genealogia da confissão, esta figurou como um dos principais procedimentos de individualização pelo poder, e como foi uma técnica valiosa na produção da verdade no Ocidente, pois propagou-se em ampla escala como prática cultural e social.

Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, [...] confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; [...]. Confessa-se ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida. [...] O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (FOUCAULT, 2012, p.67-68)

A Reforma e a Contrarreforma através da confissão produziram discursos de verdade sobre o sexo, em que as práticas eram centradas na confissão da carne e todos os pensamentos, atos e ações devem ser confessados. Uma incitação dos discursos sobre sexo é produzida para que o controle aconteça e o sexo se torne moralmente aceitável e útil (FOUCAULT, 2012).

É a partir do final do século XVII e ao longo do século XVIII que há uma ruptura acerca do modelo de sexo único. A ciência passa a considerar o masculino e o feminino como sexos biologicamente opostos e incomensuráveis. Pensar a ideia de um modelo de sexo único para a sociedade científica moderna passaria a soar como absurda. Somente houve interesse em buscar evidências de dois sexos distintos quando essas diferenças passaram a ser politicamente importantes. A sexualidade é inventada no período moderno e surge como dispositivo estratégico de poder. A sexualidade passou a representar e legitimar uma ordem social, pois através da política, compreendida amplamente como competição de poder, criaram-se novas formas de constituição do sujeito e das realidades sociais em que o homem vivia.

A história parece demonstrar que a busca das diferenças entre homem e mulher passaram a ser importantes para o campo político, pois

a política, amplamente compreendida como competição de poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vivia. Falar em tom sério sobre a ordem social era, inevitavelmente falar sobre a ordem social que ela representava e legitimava (LAQUEUR, 2001, p. 22).

Assim, as linhas das diferenças entre homem e mulher deveriam ser visivelmente marcadas, e a biologia entrava no discurso, assim como o gênero seria parte do ordenamento das coisas (LAQUEUR, 2001).

Um discurso sobre o sexo é produzido e para que ele seja produzido se faz necessário que se fale tudo sobre ele. Pode-se dizer que o sexo é o ponto central que faz com que o dispositivo da sexualidade atue. É através do sexo que é possível compreender e exercer um controle sobre os corpos, seus prazeres e seus desejos, tornando-os úteis.

O sexo tornou-se alvo central de um poder que quer gerir a vida dos sujeitos e é através do sexo que as populações serão reguladas. Ao mesmo tempo em que se tem um saber sobre o corpo, exerce-se o poder. Um poder que hierarquiza, que classifica, que normaliza e age de tal maneira sobre o corpo e que faz com que passemos a pensar a equivocada ideia de

que o sexo era algo proibido de se falar, quando na realidade, ele era constantemente colocado em discurso.

2.2 A COLOCAÇÃO DO SEXO EM DISCURSO

A confissão foi e permanece até hoje como matriz geral na produção dos discursos de verdade sobre o sexo, porém sofreu significativas transformações, pois passou a ser utilizada em vários meios e relações, seja entre pedagogos e alunos, médicos e pacientes, bem como as motivações, efeitos e formas da confissão passaram por transformações.

Não se trata mais de confessar os pecados para obter a salvação nem tampouco falar somente a respeito do ato sexual, mas sim de reconstituir no ato sexual as imagens, desejos, obsessões e a qualidade do prazer que o ato contém (FOUCAULT, 2012). A preocupação será envolta da confissão por um discurso da ciência preocupada com o poder sobre a vida. Segundo Foucault, pela primeira vez uma sociedade preocupou-se em ouvir “[...] a própria confiança dos prazeres individuais” (FOUCAULT, 2012, p. 72). Estas confidências acabariam por gerar arquivos dos prazeres do sexo, em que se classificavam esses prazeres, descreviam-se definições ou até mesmo estranhezas.

Portanto, há pouco mais de dois séculos, um complexo dispositivo instaurou-se para a produção de discursos da verdade sobre o sexo, “[...] um dispositivo que abarca amplamente história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica” (FOUCAULT, 2012, p. 77). Esse dispositivo de verdade entre sexo e prazer é a sexualidade!

O sexo encontra-se em um regime ordenado de saber envolto em uma trama de poderes múltiplos que possui uma generalização muito ampla, pois ao analisar-se as “tecnologias de produção do gênero” (LAURETIS citada por SWAIN, 2000, p. 147), a qual é consequência direta da “tecnologia do sexo” (FOUCAULT, 2012), percebe-se a criação de papéis e imagens definidos para homens e mulheres, que adentram e alimentam o dispositivo da sexualidade fixando um binarismo como matriz para a compreensão complexa do sexo.

Os micro-poderes detectados por Foucault tecem o dispositivo da sexualidade, investindo, modelando e construindo corpos sexuados, cujas práticas multifacetadas representam a expansão da atividade sexual em formas diversas mas ao mesmo tempo controladas. Ou seja, a liberação da sexualidade não apresenta apenas proliferação, pois suas novas necessidades criam urgências e padrões (SWAIN, In: PORTOCARRERO e BRANCO, 2000, p. 146-147).

Contrariar a tese de que o sexo era algo proibido e que sofreu repressão “seria ir de encontro a toda a economia, a todos os ‘interesses’ discursivos que a sustentam” (FOUCAULT, 2012, p. 14).

A história parece querer nos sinalizar de que ao invés do sexo sofrer uma restrição nos últimos três séculos o sexo sofre uma explosão discursiva. O sexo, então, como nós o imaginamos, em alguma época do século XVIII foi inventado como um novo fundamento para o gênero, ou seja, o sexo substituiu o gênero, pois havia lutas intermináveis pelo poder entre homens e mulheres. Assim, o campo de batalha do gênero da natureza mudaria para o sexo biológico. Isso poderia nos levar a crer que o modelo de sexo único morreu. Porém, não foi isso que aconteceu, pois os dois sexos incomensuráveis foram e ainda são produtos da cultura. É na alternativa do biológico descomunal que a relação entre homem e mulher era uma relação de diferença que necessitava de interpretação. Assim, o gênero, divisão social entre mulher e homem buscou seu fundamento na biologia.

A sociedade burguesa, capitalista do século XVIII não recusou reconhecer o sexo, “ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele [...] Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse numa economia de prazer, mas, também, num regime ordenado de saber” (FOUCAULT, 2012, p. 78-79).

Toda uma trama de observação sobre o sexo é acionada em nome da economia política regulando-se a vida das pessoas e dos próprios casais, pois

[...] é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados [...] à maneira como cada qual usa seu sexo [...] Surge a análise das condutas sociais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 2012, p.32).

A burguesia considerou o sexo como algo de extrema importância, como um conhecimento indispensável. Ela criou para si um código sexual próprio, para conduzir-se e educar seus filhos. Nas camadas populares, somente muito tempo depois estas foram submetidas aos dispositivos chamados de “aliança” como a valorização do casamento legítimo, a exclusão do casamento consanguíneo, a prescrição de que os indivíduos poderiam somente se casar com pessoas da mesma classe social e do mesmo local (FOUCAULT, 2012).

O dispositivo da aliança se instaura na família legitimada pelo matrimônio, pois visava reunir e manter as riquezas contraídas pelas famílias, tendo como objeto reger o sexo. Referido dispositivo estruturou-se em torno de um sistema de regras que estabelecia o permitido e o proibido. Tinha como objetivos manter a lei que regia a trama de relações. O

dispositivo da aliança foi um dos alicerces em que o dispositivo da sexualidade se instalou, pois é no seio familiar que se permitiu o desenvolvimento dos elementos da sexualidade. A família é quem realizou a permuta da aliança com a sexualidade. No entanto, o dispositivo da aliança perdeu força à medida em que a economia e a política passaram a ver no corpo um elemento para controle das populações. Enquanto que para a aliança era pertinente manter as relações através da lei e do vínculo da união matrimonial legítima e única, a sexualidade possuía uma extensão em que manipulava o sexo no âmbito das sensações e prazeres através das técnicas de poder. A aliança se conectava à economia no que tange à manutenção das riquezas com os laços matrimoniais e a sexualidade com o corpo que produz e consome, possuindo como razão de ser, penetrar nos corpos de maneira a atingir as populações em proporções globais (FOUCAULT, 2012).

As camadas populares foram atingidas pelos mecanismos de sexualização de forma mais lenta e gradual e em três etapas sucessivas. A primeira com os problemas da natalidade, “[...] quando se descobriu no fim do século XVIII, que a arte de enganar a natureza [era] conhecida e praticada por aqueles a quem, por estarem eles mesmos bem próximos da natureza, deveria repugnar mais do que aos outros” (FOUCAULT, 2012, p.133). A segunda com a moralização das classes pobres em que a organização da família “canônica foi utilizada como controle econômico e político para a sujeição do proletariado. E no século XIX, a terceira etapa sob o discurso de proteção da sociedade, se instala o controle judiciário e médico das perversões (FOUCAULT, 2012).

Assim, a sexualidade conseguiu penetrar em todas as camadas sociais atingindo o corpo social como um todo. Os indivíduos na sociedade burguesa passaram à pronta aceitação de que os discursos que se pregavam sobre a sexualidade eram considerados normais.

As disciplinas normalizaram os indivíduos através da Pedagogia, da Medicina, da Justiça, da Economia, da moral dos corpos e fez com que instituições como escola, família, por exemplo, incentivassem os indivíduos a falar do sexo de forma incessante e constante, instaurando assim o controle social sobre a sexualidade de toda a coletividade (FOUCAULT, 2012).

No que tange ao sexo das crianças igualmente pode parecer que um silêncio ecoou ou se falou menos. Pelo contrário, falou-se de outra maneira, por outras pessoas e outros pontos de vista para que os efeitos fossem alcançados. “O ‘bio-poder’ se instala nas espessuras das instituições que investem os corpos socializados. (SWAIN, 2000, p.151). A escola, por exemplo, demonstrou isso claramente:

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. [...] Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo [...] O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina, os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade (FOUCAULT, 2012, p. 34).

Nos colégios desperta uma preocupação com a sexualidade do colegial, em especial a da criança, pois esta passa a ter uma importância política. O sexo passa a ser o foco de várias estratégias discursivas, quais sejam: os médicos iam até os diretores e professores das instituições, colégios, famílias; os planos de ensino e projetos eram submetidos às autoridades, professores faziam recomendações aos alunos com seus conselhos médicos e exemplos edificantes, dentre outros. Estabelecia-se, então, toda uma rede de preceitos, discursos, casos clínicos e advertências médicas (FOUCAULT, 2012).

Ao estabelecer o controle interno da instituição pedagógica, por exemplo, instaura-se uma espécie de ortopedia discursiva de modo a concentrar as formas dos discursos sobre o sexo, controlar quem fala, quem ouve, bem como fazer com que falem crianças, educadores, pais e diretores da instituição escolar de modo a encerrá-las em uma teia de discurso impondo-lhes um conhecimento. Assim, a intensificação dos poderes liga-se à proliferação do discurso.

Em todo e qualquer lugar criaram-se dispositivos para ouvir, registrar, interrogar, “Talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre o sexo” (FOUCAULT, 2012, p.39).

Cumprir falar do sexo como algo não somente a ser falado, mas a ser vigiado, controlado, e a ser inserido em um sistema útil e para o bem de toda a sociedade. “Administra-se” o sexo!

Além dos regulamentos instituídos pelos costumes e pelas pressões de opinião, três grandes códigos explícitos até o final do século XVIII regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Todos estes centravam-se nas relações matrimoniais: o dever conjugal, a fecundidade ou a maneira de preveni-la, as carícias ditas inúteis, dentre outras. Havia em torno do sexo dos cônjuges uma redoma de prescrições. A relação matrimonial devia ser confessada. Quanto aos tribunais, havia a condenação da homossexualidade, da infidelidade conjugal. Assim, o campo dos prazeres e das práticas com a explosão dos discursos gerou um movimento em torno da monogamia heterossexual

(FOUCAULT, 2012). Todos os movimentos, pensamentos, desejos e imaginações que norteiam o corpo e alma devem ser confessados.

A pastoral cristã estabeleceu como fundamental fazer com que tudo que fosse relacionado ao sexo passasse pela palavra, como algo que deveria ser confessado. Ao fazer isso, colocou o sexo como um “[...] enigma inquietante: não o que se mostra obstinadamente mas o que se esconde em toda a parte, presença insidiosa que se corre o risco de não se ouvir porque fala em voz tão baixa e muitas vezes disfarçada” (FOUCAULT, 2012, p. 41).

A presença de um pastor na sociedade ocidental implicava a obrigação de obter a salvação, ou seja, esta não se dava de forma voluntária, mas sim era imposta. Porém, para que a salvação fosse alcançada, o indivíduo deveria estar sob a autoridade de outro, ou seja, de um pastor. Este poderia obrigar as pessoas a buscarem a salvação e, na condição de vigilante, exercer um controle contínuo para que estas fizessem o que fosse preciso para conseguir a salvação. Assim, o pastor podia exigir a obediência absoluta, impondo sua vontade, pois era preciso ser obediente. A obediência era alcançada através da humildade cristã, pois significava acatar as ordens do outro na medida em que se reconhecia neste a vontade divina (FOUCAULT, 2006a)

O pastorado trouxe uma série de técnicas e de procedimentos concernentes à verdade e à produção da verdade. O pastor é um mestre da verdade. Ele ensina os mandamentos da igreja e de Deus, as escrituras e a moral. É mestre também em outro sentido, pois como pastor deve saber a verdade a respeito das suas ovelhas e cada membro de seu rebanho, devendo conhecer o que se passa no interior de cada indivíduo, inclusive os desejos mais profundos e obscuros que perpassam sua alma. Assim, o cristão deve confessar tudo o que nele se passa e o pastor irá conduzir a sua consciência, pois a confissão exaustiva produz uma verdade. Uma verdade que era até então desconhecida tanto pelo confessor quanto pelo confesso. Ela se produz pelo exame de consciência (FOUCAULT, 2006a).

A história moderna da sexualidade retrata que a incitação em falar sobre o sexo pelas disciplinas se desdobrou no dispositivo da confissão. Nela a preocupação do poder passou a ser com a qualidade de vida da população (BIRMAN, 2000).

A confissão foi um mecanismo de poder encontrado pelo cristianismo para conduzir os indivíduos através de sua sexualidade, de maneira a fazer com que o corpo, a sexualidade e os prazeres funcionassem dentro de limites impostos por uma moral moderada, como a monogamia, a limitação e desqualificação do prazer, a sexualidade para a reprodução etc. A confissão partia de uma técnica de interiorização, em que o sujeito se voltava para si,

tomava consciência de si e era constantemente alertado a respeito de suas fraquezas e tentações.

Não houve, com o cristianismo, uma interdição da sexualidade, mas colocou-se em funcionamento um mecanismo de poder e de controle, o qual também era um mecanismo, “[...] de saber dos indivíduos, de saber sobre os indivíduos, mas também de saber dos indivíduos sobre eles próprios e em relação a eles próprios” (FOUCAULT, 2006, p. 72).

No entanto, não existe uma única estratégia nas relações de poder, pois a sexualidade é um dos elementos dotados da maior instrumentalidade, é o ponto de apoio para várias manobras e articulação das mais variadas ideias, desmantelando-se a ideia de interdição, “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como segredo” (FOUCAULT, 2012, p. 42).

No século XVIII, a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização foram os conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos estritos de saber e poder sobre o sexo. O corpo da mulher foi analisado e considerado um corpo de saturação sexual, motivo pelo qual este corpo foi integrado sob alegação de que encontrava-se com uma patologia para ser observado pelos olhos das práticas médicas. Assim, tanto o corpo social como a fecundidade deveria ser regulada. A mulher ainda tinha a responsabilidade biológica-moral durante todo o período de educação da vida de suas crianças; o inverso disso seria a negatização da sua imagem como mãe, seria a mulher nervosa, histérica. Existia a pedagogização do sexo da criança, a qual acontecia na medida em que se levanta a hipótese de que as crianças são suscetíveis de se dedicarem a uma atividade sexual. Portanto, havia perigos físicos e morais e as linhas desses perigos deviam ser demarcadas; desse modo, pais, família, médicos, psicólogos e educadores engajaram-se em combater os perigos. A socialização das condutas de procriação englobava a socialização econômica como a incitação ou freios à fecundidade, a socialização política que tratava da responsabilização dos casais a todo o corpo social e da socialização médica atrelada ao controle de nascimentos, com relação ao indivíduo ou à espécie. Já a psiquiatrização do prazer perverso, colocou o instinto sexual em isolamento e analisou todas as formas de anomalia e possuiu um papel de normalização e patologização das condutas que procurava corrigir as anomalias (FOUCAULT, 2012).

No final do século do século XVIII a anatomia da estética do corpo vai dizer que onde havia uma única estrutura, agora existiria duas, partia-se do pressuposto de que o corpo humano era masculino e de que o feminino somente era apresentado para demonstrar como

era diferente do masculino. Os dois sexos incomensuráveis são resultados das práticas discursivas, mas somente se tornam reais dentro das realidades em que estão inseridas. O padrão era o homem no jogo dos significados. Ele foi a criação discursiva da diferença (LAQUEUR, 2001).

Ao buscar a justificativa da diferença entre os sexos através do conhecimento científico, busca-se exercer um domínio sobre o feminino. Um ato político é exercido. Produz-se sobre o corpo feminino uma relação de poder e saber, buscando inserir em seu corpo a naturalização de um discurso que o inferioriza, que o classifica, que estipula papéis e padrões definidos, que o mensura e o submete ao masculino.

O homossexual do século XIX torna-se um personagem, uma forma de vida, um caráter, uma das figuras da sexualidade em que o poder pretende atribuir a sua figura uma realidade analítica, classifica-o, craveja em seu corpo a ordem natural da desordem (FOUCAULT, 2012).

Novas regras no jogo da verdade, dos poderes e dos prazeres são fixadas, em que as práticas sexuais serão rotuladas, classificadas e reguladas.

A sociedade moderna do século XIX parece ter tentado reduzir a sexualidade ao casal heterossexual legítimo, e as instituições escolares e psiquiátricas, que continham grande população, ao lado da família constituíram outra maneira de distribuir o jogo dos poderes e prazeres. Nesse jogo se manifesta uma perversão. A perversão seria um efeito-instrumento desse controle, dessa intensificação, dessa consolidação “[...] das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” (FOUCAULT, 2012, p.56).

Pelo menos até Freud, muito se falou sobre o sexo, procurou-se descobri-lo, reduzi-lo, classificá-lo e especificá-lo, estabelecendo interditos e proibições. No fundo intentava-se mascarar o sexo, ou seja, pretendia-se ocultar o que se falava dele no cotidiano (FOUCAULT, 2012).

A “ciência do sexo” era, portanto, de esquivas, subordinada a uma moral que se vestia de uma roupagem científica, ou seja, os imperativos morais estavam “mascarados” sob a forma das normas médicas.

Essa mudança na forma de interpretar o corpo, não se deve, portanto, a um avanço e maior conhecimento científico específico. No entanto, “[...] nenhum conjunto de fatos históricos sobre o ‘sexo’ mostra como a diferença sexual era de fato compreendida e representada na época, [...] nenhum conjunto de fato jamais mostra qualquer consideração específica de diferença” (LAQUEUR, 2001, p. 30).

O século XIX parece revestir-se de “[...] dois registros de saber bem distintos: uma biologia de reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas” (FOUCAULT, 2012, p.63).

Não houve intercâmbio entre estes dois discursos, apenas a biologia serviu para dar guarida ou até mesmo uma espécie de caução global para que, por detrás do vocabulário científico, estivessem os obstáculos morais, opções de ordem econômica ou política (FOUCAULT, 2012).

Vivia-se em uma sociedade patriarcal em que os homens eram considerados superiores em relação às mulheres, porém os sistemas patriarcais não eram universais, diferiam de uma sociedade para outra. Com as guerras, invasões com missões religiosas e territoriais, problemas com o sistema político acabariam por fazer que os povos se deparassem com outras maneiras da organização dos padrões de gênero (STEARNS, 2013).

Em relação aos padrões estabelecidos dos papéis de gênero amparados na natureza, na biologia e na religião criaram-se resistências. No embate entre sujeitos e sujeitados um novo jeito de pensar o caráter humano e a sociedade surgiu.

Juntamente com o período da liberação sexual houve a entrada das vozes femininas na vida pública, entre “[...] 1870-1914, surge um novo tipo de mulher, ameaçando as fronteiras sexuais impostas. Elas reclamam seus direitos de cidadãs por inteiro, pretendem ganhar a vida fora do lar, a educação das meninas torna-se cada vez mais realidade” (FLORES, 2007, p.193).

No entanto, o movimento feminista não se deu de igual forma e em todos os lugares e muito menos por vencido. Por volta de 1900, o feminismo buscou reunir esforços para o acesso feminino ao voto e a igualdade de direitos. O direito de voto foi aceito por Estados Unidos, Austrália, Alemanha, dentre outros. Em 1920 as feministas americanas viajaram para a América Latina, com o intuito de ajudar a promover direitos políticos, sendo estabelecida pela União Pan-Americana uma Comissão Interamericana sobre a Mulher. Assim, os membros desta comissão contribuíram para que a expressão “sem distinção de sexo” fosse inserida na Carta das Nações Unidas, na seção de direitos humanos. Em 1960, trouxe novas exigências, incluindo a igualdade no ambiente de trabalho (STEARNS, 2013).

O homem ocidental passou três séculos de sua existência atado à obrigação de falar tudo a respeito de seu sexo e provavelmente não existiu qualquer época de restrição sexual. Portanto, a ideia de senso comum de que o sexo era silenciado não passaria de um conto (FOUCAULT, 2012).

Percebe-se que desde o começo da História, várias categorias de comportamento não se adaptaram às novas construções sociais do sexo, gênero e sexualidade. Mulheres foram inferiorizadas e colocadas à sombra do homem. Homossexuais estiveram sob os holofotes da perversão, da anormalidade e da doença. Aliás, tudo aquilo que não se encaixava dentro das normas sofria intervenção para que o controle e regulação sobre a vida do sujeito e das populações ocorresse. Para que a docilidade e a utilidade do corpo fossem inseridos pelo regime econômico e político.

No entanto, onde existem relações de poder há possibilidade de resistência. Os movimentos feministas podem ser considerados movimentos de resistência ao buscarem a desconstrução dos papéis e padrões definidos. Ao lado desse movimento, os homossexuais também buscam demonstrar a fragilidade da norma heterossexual imposta.

As condições históricas nos permitem perceber, que em cada sociedade específica há relações de poder e de saber que atuam sobre os sujeitos. No entanto, perpassam os indivíduos e nos embates criam-se resistências em relação aos saberes tidos como verdadeiros.

3 NORMA E ÉTICA NA TRAMA DA SEXUALIDADE

3.1 A PRODUÇÃO DA NORMA NA HISTÓRIA: Uma genealogia da norma e do poder

A norma é um conceito de referência para o estudo da ética e da sexualidade em Foucault. Porém a norma não deve ser buscada prioritariamente ao lado da lei ou do direito. A norma em Foucault é evidenciada pelo olhar genealógico sobre a história. Com ele o autor busca compreender as condições de possibilidade para o aparecimento de determinados saberes em determinada época. Segundo o olhar genealógico os saberes são atravessados por relações de poder, nas práticas institucionais, discursivas ou não-discursivas. A maneira como lidamos com a norma, a moral, a lei, é atravessada pelas relações de poder. Os discursos que permeiam nossas vidas devem ser entendidos como práticas que obedecem a regras que tornam possíveis a emergência de determinados saberes (FOUCAULT, 2006).

Não é somente a compreensão do passado, mas também o presente que interessa a Foucault em suas pesquisas. Ao olharmos os objetos do passado, busca-se entender as condições de possibilidade que levaram a constituí-lo, bem como suas influências sobre o presente. Os objetos somente se tornam visíveis na história mediante práticas e discursos que os constituem, os tornam inteligíveis e aceitos.

É com o auxílio da genealogia que se buscará compreender a formação dos discursos sobre a sexualidade, ou seja, as condições de sua aparição, sua transformação, bem como, a norma em relação à sexualidade alcança um sentido mais preciso para a compreensão das relações de poder.

Assim, com o olhar na história, uma das obras genealógicas de Foucault é seu curso *Os Anormais* em que apresenta o conceito de “anormal” constituído a partir do século XIX e que inicialmente acontece em meio aos saberes jurídico e penal. No fim do século XIX, um saber em torno da psiquiatrização do desejo e da sexualidade é debatido, em que Foucault amadurece a ideia de norma e normalização, no sentido das relações produtivas do saber-poder². A figura do psiquiatra será encontrada nas instituições como hospitais, escolas, prisões, e exercerá um poder de definir e controlar o que é anormal. O que for considerado

² Salienta-se que o conceito de norma/normal é desenvolvido por outros autores, aos quais Foucault teve acesso, como Canguilhem. A importância de *Os Anormais* reside no fato de este ser nitidamente um estudo genealógico, no qual a norma/normal desempenha papel importante para se compreender a produção de saberes sobre o sujeito.

anormal será considerado um perigo para a sociedade e precisará de uma proteção social (FOUCAULT, 2001).

A análise arqueológica de Foucault percebe o caráter normativo dos saberes, tanto da Medicina quanto da Psiquiatria. Os sujeitos foram divididos em dois campos: normal e anormal, normal e patológico.

Foucault flagra, no discurso psiquiátrico, uma roupagem científica que se apresenta como discurso da verdade. Quem o profere são pessoas qualificadas, dotadas de conhecimento. Um discurso que terá o poder de classificar e determinar a liberdade ou o aprisionamento da pessoa, pois é dotado de um poder que realiza um assujeitamento dos indivíduos. É o psiquiatra quem detém um saber superior àquele que deve se sujeitar, nos diferentes espaços em que se fez necessário o poder psiquiátrico, seja em escolas, prisões, exército, ele foi instaurado (FOUCAULT, 2001).

Em *Os anormais* realizou uma genealogia do anormal e ao mesmo tempo fez uma genealogia da norma, pois ele consegue realizar um estudo das estratégias do poder voltado para o governo das populações baseado em um biopoder. A norma irá muito além de classificar os sujeitos em normal e patológico. A norma alcançará formas mais específicas e atinentes às tecnologias de poder e terá a forma de ação, pois funciona como mecanismo para as intervenções do poder.

É através de uma genealogia da norma que é possível compreender como se dão as relações de poder: a norma está atrelada ao poder, pois produz o poder e o poder produz a norma. Mesmo que não se tenha um conceito preciso de norma em Foucault, em termos gerais, ela diz respeito aos domínios de saber e de práticas que correspondem a estes domínios.

Foucault não busca conceituar o que é poder, ou criar uma teoria do poder, mas sim, faz uma analítica do poder. Portanto, parte do que seria sua estrutura, sua composição, suas regras de funcionamento, seus efeitos e a determinação dos instrumentos que permitem analisar o poder.

Em sua genealogia do poder, conforme aparece no livro *Em defesa da Sociedade* (1999) alerta para certo número de precauções de método. Primeiro, “[...] apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades [...] onde ele se torna capilar; ou seja, tomar o poder em suas formas e instituições mais locais, [...] indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam” (FOUCAULT, 1999, p. 32). Segundo, “[...] não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão [...], estudar o poder de certo modo, do lado de sua face

externa no ponto em que ele está em relação direta e imediata com o que se pode dominar” (FOUCAULT, 1999, p. 33). Terceiro,

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros em que há dominação de um grupo sobre o outro [...] O poder se exerce em rede [...] estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também exercê-lo [...] o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1999, p. 34-35).

Quarta, “[...] o poder seria [...] a coisa mais bem distribuída do mundo [...] ver como, historicamente, partindo de baixo, os mecanismos de controle puderam intervir no tocante [...] à proibição da sexualidade [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 35-36). Já a quinta precaução, “[...] o poder quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos” (FOUCAULT, 1999, p. 40).

O poder é uma prática constituída historicamente e nada está isento de poder. O poder não pode ser visto como sinônimo de Estado. Existem diversas formas de exercícios de poder articuladas inclusive com o Estado para que o poder se sustente. Através das ciências de conhecimento produz-se saberes específicos que irão atuar em um determinado local e em uma determinação instituição como por exemplo, a escola, a prisão, o hospital etc., fazendo com que a relação de poder sobre a vida do sujeito se concretize.

O poder está em toda parte justamente porque provém de todos os lugares, é apenas efeito de conjunto (FOUCAULT, 2012). Em suas pesquisas o poder é analisado do ponto de vista estratégico. O poder “[...] não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2012, p. 103)

Assim, o poder não é uma coisa e tampouco possui uma natureza, ou até mesmo uma essência que seria dotada de características universais, mas sim, é heterogêneo, pois possui várias formas e está sempre em constante transformação. Funciona como uma rede de mecanismos ou dispositivos em que ninguém consegue escapar de seu alcance, pois não existem fronteiras ou limites:

[...] o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma maquinaria social que [...] se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 2006, p. XIV).

Para o filósofo francês o poder não é

[...] o conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo inteiro. A análise em termos de poder não deve postular como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de sua dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas fontes terminais (FOUCAULT, 2012, p. 102).

O fato de o poder não ser uma coisa, mas uma relação implica, justamente, no fato de que existem lutas contra o exercício de poder que serão chamadas de resistência. Essas lutas ocorrem no interior das redes de poder, não do seu exterior, pois o poder é encontrado em toda a sociedade e ninguém pode dele escapar.

O poder é uma situação estratégica que produz, é positivo e não repressor. Assim, é preciso afastar a ideia de negatividade e de opressão do poder e renunciar à noção de poder como lei. Renunciar também à ideia de norma como lei. Tanto poder como norma não podem mais ser compreendidos sob o aspecto legal em relação à sexualidade. A relação entre norma e lei, ou ainda, poder e lei que ainda fazemos, retrata, na realidade, uma representação do poder jurídico-discursiva. Diante dessa representação, o poder vestido sob uma roupagem negativa e opressora, seria aquilo que dita a lei, estabelecendo um binarismo entre lícito e ilícito, entre o que é permitido e o que é proibido.

A representação de poder permaneceu presa à ideia de uma monarquia jurídica e, por conseguinte, ainda permanecemos presos sob um pano de fundo da imagem de poder-lei, cujo cerne é enunciação da lei.

É justamente desta imagem que devemos nos libertar para a uma análise do poder. Portanto, deve-se ter outra interpretação histórica para que se tenha outra visão sobre o poder: “Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei” (FOUCAULT, 2012, p. 101).

Em sua analítica do poder, Foucault mostra que além do modelo jurídico-discursivo houve o estratégico ou de normalização, que representa o poder como mecanismo, o qual atinge o corpo penetrando na vida cotidiana do indivíduo de forma positiva, como veremos adiante (FOUCAULT, 2012).

Nas sociedades ocidentais, novos mecanismos de poder se manifestaram, com base no modelo da normalização. Pela análise histórica de Foucault, nas sociedades modernas, a sexualidade não foi regida pelo poder segundo a lei ou a soberania, mas sob uma “tecnologia” do sexo, de maior complexidade, que age positivamente nos corpos dos indivíduos. O poder produz, tem como meta o corpo no sentido de aprimorá-lo, de adestrá-lo, em sua capacidade máxima de produção, aproveitando suas potencialidades. Assim, é necessário controlar e gerir a vida dos homens tornando-os politicamente dóceis, pois ao se

fazer isso, tem-se o aumento da utilidade econômica do corpo. Para controlar esse corpo seria necessária uma tecnologia própria de controle que acontecerá dentro das instituições como, por exemplo, na prisão, na escola, na fábrica etc. Uma tecnologia específica é instaurada: a disciplina ou poder disciplinar (MACHADO, 2006).

A disciplina é a primeira forma de normalização e é utilizada como técnica, mecanismo ou instrumento de poder que atua no corpo dos homens induzindo comportamentos adequados ao funcionamento e manutenção da sociedade capitalista.

As funções disciplinares se realizam em tempos e forças sobre corpos. Ela “[...] ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p.143).

A função disciplinar realiza-se em um espaço individualizado, como por exemplo, na escola, em um ambiente quadriculado que permite a localização funcional dos indivíduos, cada qual em sua carteira escolar. O indivíduo passa grande parte de sua vida controlado através de inúmeras atividades. É classificado juntamente com outros pertencentes ao mesmo ano escolar. É categorizado perante os demais. Uma relação de forças perpassa a escola e qualquer força que se oponha ao mecanismo imposto será devidamente ajustada.

É no interior das instituições que ocorrem as condições de possibilidade para que os mecanismos de normalização disciplinar se exerçam. Dentro da estrutura da escola é que a norma da disciplina é produzida e é aplicada.

Para que haja a disciplina, se faz necessária a vigilância. Uma vigilância vista e sentida pelos indivíduos como contínua. Um olhar invisível, como no Panóptico de Jeremy Bentham, um olho que tudo vê, mas que não pode ser visto, porém penetra no corpo do indivíduo de tal maneira que quem é vigiado passa a ter de si mesmo a visão daquele que o vigia (FOUCAULT, 1987).

A vigilância “ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber” (MACHADO, 2006, p. XVIII). Somos produção de poder, mas ao mesmo tempo objeto de saber. Saber não no sentido de ideia ou pensamento, mas como prática, acontecimento “[...] como peça de um dispositivo político que se articula com a estrutura política” (MACHADO, 2006, p. XXI).

A investigação de um saber deve remeter às relações de poder que o constituem, pois não há um saber neutro, pois todo saber é político (FOUCAULT, 2006).

Com o controle e a disciplina sobre os corpos exerce-se uma vigilância sobre estes também em relação à sexualidade. Nela vigiam-se as condutas sexuais, tanto próprias quanto as dos outros e de toda a sociedade. Os recursos disciplinares permitem a constituição de

uma individualidade que tem seu corpo marcado por uma docilidade e utilidade, o qual não é autônomo, mas normalizado pela disciplina. A norma disciplinar compara os indivíduos e constitui as individualidades em face de uma regra interna para aqueles que integram o conjunto. Ela compara os indivíduos e permite a divisão em duas categorias: os indivíduos normais que seguem o perfil estabelecido pela norma, e os anormais que não seguem ou se distanciam dele.

Além da norma disciplinar Foucault desenvolve a análise sobre a biopolítica. Ela se exerce através de um biopoder, isto é, um poder sobre a vida. O biopoder compreende “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 03).

A partir do século XVIII um poder sobre a vida, em suas minúcias se desenvolveu. Nesse regime o poder é exercido através da vida, enquanto que a morte é o limite, ou melhor, o que lhe escapa. A biopolítica foi o momento em que o biológico reflete-se no político pela primeira vez na história (FOUCAULT, 2012).

O poder sobre a vida organiza-se concretamente e concentra-se tanto na disciplina quanto nas regulações da população. Ele atua sob dois eixos principais. O primeiro eixo é a disciplina que atua e intervém sobre o corpo do indivíduo, capturando-o. O segundo eixo, é o do biopoder, que centra-se no corpo como espécie e tem seu suporte em processos biológicos como nascimentos, procriação, mortes, agindo como mecanismo regular da população (FONSECA, 2002). Os processos da vida serão levados em consideração tanto por procedimentos de poder quanto de saber que buscam controlar e modificar os processos da vida.

Há um aperfeiçoamento das técnicas, o que vai mudar é a técnica dominante ou ainda o sistema de correlação entre esses mecanismos. Entre o disciplinar e a segurança, foi o disciplinar que provocou os conflitos mais visíveis, porém a segurança, além de fazer funcionar os mecanismos da segurança, ainda fez funcionar as velhas estruturas da lei e da disciplina (FOUCAULT, 2008).

É importante apreender a distinção entre a disciplina e a segurança principalmente nos arranjos de distribuição entre os espaços. A disciplina atua sobre um espaço vazio em que se constroem artificialmente as instituições, as quais possuem uma distribuição hierárquica e funcional dos indivíduos. A disciplina normaliza e classifica os indivíduos e estabelece os processos de adestramento progressivo e de controle, permanentemente demarcado entre aptos e inaptos e, a partir daí, demarcando entre o normal e o anormal. A normalização

disciplinar coloca um modelo que foi construído em função de certo resultado, na qual a normalização disciplinar deve buscar tornar as pessoas de acordo com o modelo instituído, sendo considerado normal quem é capaz de se conformar a essa norma e anormal quem não é capaz. A normalização é a norma. Anormal e normal somente se tornam possíveis em relação à norma estabelecida.

Já a tecnologia do biopoder age sobre o conjunto de dados naturais e artificiais, ou seja, busca encontrar um “meio” para regularizar os conjuntos de dados e acontecimentos. O biopoder possui uma normalização diferente da normalização disciplinar. No biopoder, a normalização se dá como regulação, ou seja, como mecanismo de segurança que atua sobre os processos da vida de uma população.

População entendida não como a simples soma dos indivíduos que habitam dentro de um determinado território, mas como um conjunto de elementos em que se encontra uma série de variáveis como clima, intensidade do comércio, produção de riquezas. Varia de acordo com valores morais ou religiosos, com os meios de subsistência, hábitos das pessoas, com as leis a que é submetida. A população tem como motor de ação o desejo, que é “[...] aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada” (FOUCAULT, 2008, p. 95). Um desejo que visa produzir o benefício de todos.

A normalização disciplinar age no interior das instituições de sequestro e visa disciplinar os corpos dos indivíduos que nela se encontram no interior da instituição. A segurança não cria um espaço, ao contrário, procura organizar um meio³ em face de uma série de acontecimentos possíveis que devem ser regularizados, como por exemplo, uma aglomeração desordenada causa um aumento de miasmas, o que provoca um aumento do número de pessoas doentes. A doença no século XVIII foi reconhecida como um fenômeno individual e coletivo ao mesmo tempo. O meio visa justamente o fenômeno de circulação das causas e efeitos, buscando atingir uma população (FOUCAULT, 2008).

A população passa a ser um problema econômico e político a ser considerado pelos governos, pois com ela têm-se os fenômenos da natalidade, mortalidade, longevidade, doenças, fecundidade etc. Os processos acerca das populações passam pelo sexo e este passa a ser o centro do problema no governo dos homens, de maneira que é preciso vigiá-lo, ordená-lo, discipliná-lo.

Percebe-se que, na normalização disciplinar, a norma aparece primeiro, eis que anormal e normal somente se tornam possíveis em relação à norma estabelecida. Nos

³ Para Foucault (2008) meio como conjunto de dados naturais como rios, casas, aglomerações de indivíduos, etc., como certo número de efeitos, aquilo em que se faz a circulação.

mecanismos de segurança, o normal vem antes e a norma é deduzida a partir do normal. A normalização, em sentido amplo, abarca procedimentos de disciplina que partem da norma, a qual classifica algo ou alguém em normal e anormal, e igualmente envolve os mecanismos de segurança, a que se pode nomear de normalização em sentido estrito e que partem de um jogo entre normalidades diferenciais, das quais resulta a norma (FONSECA, 2002).

Tanto normação (da disciplina) quanto normalização em sentido estrito (dos mecanismos de segurança – biopoder) são diferentes formas da normalização em Foucault.

O exercício de poder é possível devido ao elemento norma. A normalização é o movimento, é a ação para que o exercício de poder aconteça.

Percebe-se na história que, se por um lado a disciplina surge separadamente do mecanismo de regulação da vida, a partir do início do século XIX passam a agir na forma articulada de agenciamentos concretos do poder (FOUCAULT, 2008).

Assim, a sexualidade é um desses agenciamentos, a qual deve ser detalhada e permanentemente suscitada através do discurso e das práticas, bem como ser objeto de controle permanente tanto do indivíduo quanto das populações. Ela é objeto de discurso e de intervenção política sobre a vida. O sexo encontra-se nos dois eixos em que se desenvolvem a tecnologia política da vida, pois faz parte das disciplinas do corpo e é parte da regulação das populações.

A sexualidade não é um dado da natureza que deve ser descoberto pelos cientistas, mas uma invenção da sociedade moderna, e é objeto de saber e objeto de intervenção das técnicas de poder. Para Foucault (2012) é um dispositivo que torna possível uma série de discursos, saberes, práticas e intervenções e é sobre o sexo que os discursos de verdade foram produzidos, pois como se viu no capítulo histórico tudo o que diz respeito ao sexo deveria ser dito, e tudo que diz respeito às práticas, desejos, pensamentos, sensações deveria ser falado.

O poder não é sinônimo de repressão ou interdição, pois ele agindo no corpo dos indivíduos, produz efeitos específicos no sujeito, o qual vive em uma sociedade disciplinar. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 2012, p. 157).

Os dispositivos de sexualidade não são apenas instrumentos de disciplina, com o intuito de atuar pelo controle do corpo somente do indivíduo, modificando-o e buscando aperfeiçoá-lo, controlando o tempo e a produção através da vigilância. Na realidade, os dispositivos de sexualidade através de um poder sobre a vida, isto é, de um biopoder, irão também se realizar através de uma regulação da população visando assegurar a existência da espécie humana.

3.2 ÉTICA E PROBLEMATIZAÇÃO DA MORAL

Esta seção pretende abordar a ética primeiramente, partindo dos estudos que Foucault realizou na Antiguidade greco-romana acerca das técnicas de governo de si, pois essa volta ao passado permite pensar os diversos modos de subjetivação e de como o sujeito é constituído na história.

A reflexão ética em Foucault indica uma problematização sobre a constituição do sujeito e da subjetividade. Trata-se de uma subjetividade constituída através das práticas e técnicas que tanto podem ser dos outros sobre o indivíduo quanto do próprio indivíduo, numa relação consigo mesmo.

Na “fase da ética”, em relação aos seus trabalhos anteriores, Foucault desloca um pouco o enfoque do trabalho. Até então seus estudos dirigiam-se para a conduta dos indivíduos a partir das formações de saber e mecanismos de poder. A partir da ética, seus estudos voltam-se para o governo de si mesmo. Não há um abandono do tema do poder ou da biopolítica, mas sim há uma nova ênfase ao tema do sujeito. Esse tema estava presente tanto na fase arqueológica quanto na fase genealógica. Aliás, o que sempre importou para Foucault era o tema do sujeito e sua relação com o tema do poder, conforme diz em seus escritos.

O sujeito não é algo dado, mas constituído, fundado na história. Por essa razão, na fase arqueológica e genealógica, Foucault busca perceber como o sujeito é constituído, seja pelo saber, pelas práticas discursivas, seja pelo poder, através da normalização. Na fase ética, além das formas de assujeitamento estudadas nas relações de poder e saber, com os efeitos de subjetividade, Foucault estuda também diferentes modos de relação consigo, mediante os quais o sujeito “constitui” a si mesmo.

A ética em Foucault não se refere a valores ou a um sistema de regras e tampouco de códigos de conduta que devem ser seguidos em uma sociedade. Para ele, a ética se refere ao modo como o sujeito se constitui em um sujeito moral a partir das relações que estabelece com os outros e consigo, exercendo uma atitude crítica.

No entanto, o entendimento da maioria dos sujeitos é de que a moral é entendida como código moral ou a moralidade dos comportamentos pautada em valores através de aparelhos prescritivos como as instituições, as famílias, as igrejas etc. A moral é compreendida costumeiramente como regras de conduta. Têm-se, então, que o comportamento e a conduta são mensurados pelos sujeitos com base nestas regras.

Nas palavras de Candiototo a moral para Foucault é:

[...] o amplo campo da problematização da conduta. Afirma que em toda moral, há pelo menos, três elementos que se articulam com uma relativa autonomia: o código moral, que prescreve as regras de conduta; a moralidade dos comportamentos, que é a conduta que se pode medir por aquelas regras e a ética, caracterizada pelas modalidades de relação consigo estabelecidas pelo sujeito moral quando segue uma ou outra regra (CANDIOTO, 2013, p. 221).

Esse último sentido peculiar da moral, denominada de ética carece de maior reflexão em nosso presente.

A moral pode ser compreendida como aquilo que constitui o sujeito moral. Para isso, vários elementos a integram. Porém, a forma pela qual se dão os elementos determinam a subjetivação, isto é, o sujeito moral que resulta desta subjetivação. O primeiro dos elementos que a integram é a determinação da substância ética, a qual é “[...] a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral [...]” (FOUCAULT, 2012a, p. 34). O segundo elemento é o modo de sujeição, isto é, como o sujeito se relaciona com a regra, a qual é obrigado a cumprir e como ele deve se reconhecer, conectado a essa obrigação para colocá-la em prática. Isso indica qual a ideia que o sujeito faz de si próprio diante da obrigação de atuar de determinado modo, conforme preceituado na regra moral. O terceiro dos elementos é a elaboração do trabalho ético, o qual se refere às atitudes que moldam a si através do seu comportamento próprio, de maneira a torná-lo de acordo às regras morais. O quarto elemento seria uma teleologia do sujeito moral, que seria a inserção da ação moral e o lugar que o sujeito ocupa no conjunto de uma conduta. Todos esses elementos dizem respeito a atitudes do sujeito sobre si, pois visam a um autoconhecimento, que pode ensejar um aperfeiçoamento ou uma transformação de si, práticas que fundamentam a ação moral (FOUCAULT, 2012a).

Faz-se necessário, segundo o autor, identificar os conteúdos da substância ética, dos modos de sujeição, da elaboração do trabalho ético e da teleologia do sujeito moral, porque é nestes que se fundamentam a experiência moral que se realiza sobre o sexo. Na realidade, estes conteúdos são a referência para reflexão moral dos prazeres ou moral sexual.

A ação moral vincula-se às práticas de si, inserindo-se no contexto de globalidade da própria experiência:

Não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem ‘modos de subjetivação’, sem uma ‘ascética’ ou sem ‘práticas de si’ que as apoiem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos

diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições (FOUCAULT, 2012a, p. 36) (aspas no original)

O filósofo francês, em sua preocupação com a constituição do sujeito, faz uma análise histórica da moral antiga com a finalidade de problematizar como se constitui o sujeito moral. As reflexões morais na antiguidade possuem como objeto as práticas de si, implicadas com as práticas sexuais, o que justifica uma história da sexualidade no campo da moral.

Com isso, em a *História da Sexualidade volume II – o uso dos prazeres (2012a)*, Foucault faz o seguinte questionamento: “por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de uma preocupação moral?” (FOUCAULT, 2012a, p.16). Ele faz uma história da moral em razão da constituição de si, não reduzida aos códigos das condutas.

Tanto em *História da Sexualidade volume II – o uso dos prazeres* quanto em *História da Sexualidade volume III – o cuidado de si*, o estudo realizado é a respeito do sujeito do desejo e das técnicas que o constituem como sujeito do desejo, os quais são essenciais tanto para problematizar quanto para compreender a moral dos prazeres. Assim, para ele, o desejo (também o sexual) não é uma substância natural no sujeito que possa ser reprimida ou liberada. Ao contrário, o desejo é constituído no interior das práticas de subjetivação.

No *uso dos prazeres*, a pesquisa recai sobre o governo de si junto ao campo das práticas sexuais realizadas no âmbito da cultura da Grécia Clássica, por volta do século IV a.C. Já em *o cuidado de si*, o estudo volta-se para a cultura greco-romana do século II d.C. Buscar na Antiguidade formas de constituição do sujeito moral se justifica pelo fato de que, nesta época, havia um modelo de constituição de si do campo da ética, uma problematização do sexo que não possuíam o mesmo significado.

No domínio das práticas sexuais dos gregos, na antiguidade clássica, no século IV a.C., no livro *História da sexualidade vol. II - o uso dos prazeres* são identificados diversos temas de austeridade que possuíam origem em movimentos filosóficos variados e tinham por objeto diversificados estilos de conduta, ou seja, não havia uma universalidade. No entanto, já na moral cristã sim, encontravam-se preceitos universais que deveriam ser cumpridos por todos e em todos os lugares. (FOUCAULT, 2012a).

Parece haver uma ruptura entre as morais filosóficas da antiguidade e a moral cristã, e é preciso perguntar como a continuidade ou a alteração dos códigos, as práticas de si foram desenhadas, modificadas e muitas vezes reelaboradas. Verifica-se uma complexidade

histórica rica quando se reflete sobre a maneira pela qual chama-se o sujeito para que este se auto-reconheça como sujeito moral da conduta sexual (FOUCAULT, 2012a).

A principal diferença encontrada entre o pensamento antigo e a moralidade cristã parece residir na austeridade e nas interdições civis, religiosas e sociais que passam a ser codificadas. No pensamento antigo, as restrições concernentes a determinadas condutas sexuais, isto é, as prescrições de austeridade giravam em torno de uma estilização da própria existência.

No cristianismo, predomina uma exigência maior de austeridade moral, pois as interdições constantes nos códigos confirmam e reforçam o seu poder coercitivo. No pensamento antigo, as exigências de austeridade acontecem no campo das condutas que não sofrem prescrições interditórias. Neste último pensamento, há um espaço de liberdade em que a experiência dos prazeres sexuais acontecia por meio de uma estilização da própria existência. Uma experiência de constituir-se em sujeito moral, ou melhor, em uma experiência de subjetivação com base em uma livre adesão. Portanto, o sujeito escolhia a qual estilo de existência no processo de subjetivação poderia aderir dentre quatro domínios ligados à *aphrodisia*⁴ - esta se refere aos gestos ou atos que proporcionam algum tipo de prazer.

A reflexão moral acontece da dinâmica que une prazer e desejo e não em torno do ato sexual. Na reflexão sobre a moral sexual apresentam-se quatro noções que são encontradas: *aphrodisia*, *chresis*, *enkrateia* e *sophrosune* (FOUCAULT, 2012a).

Na primeira pode-se apreender que a preocupação moral é a força que liga entre si prazeres, desejos e atos. É em torno da dinâmica dos atos que os une que a reflexão moral é feita. A substância ética dos *aphrodisia* tinha como finalidade mostrar como utilizar-se da dinâmica entre ato, prazer e desejo com o intuito de um bom uso do sexo e das atividades inerentes a ele.

Já a *chresis* ditará o “uso” a que será submetida a dinâmica dos *aphrodisia*, é a que permite apreender o modo de sujeição ao qual a prática desses prazeres deve estar submetido na problematização moral do ato sexual. O uso da dinâmica, segundo Foucault, possui três estratégias: da necessidade (necessidade natural do ser humano), do momento oportuno (momento apropriado para a prática dos prazeres sexuais) e a posição social (o status social) de quem pratica os *aphrodisia*.

⁴ “[...] a noção de *aphrodisia*, através da qual pode-se apreender o que, no comportamento sexual, era reconhecido como ‘substância ética’ ” (FOUCAULT, 1984, p. 49). (aspas no original)

A *enkrateia*, por sua vez, trata do domínio sobre si, ou seja, a atitude que o sujeito deve ter de si mesmo,

[...] a batalha a ser travada, a vitória a ser conseguida e a derrota que se corre o risco de sofrer são processos e acontecimentos que ocorrem de si para consigo. Os adversários que o indivíduo deve combater não estão simplesmente nele ou perto dele. São parte dele mesmo (FOUCAULT, 2012a, p. 84).

Por fim, a *sophrosune* é o que caracteriza o sujeito moral em sua realização e não das ações morais isoladas. Assim, em torno dessas quatro noções que se problematiza no pensamento clássico a respeito da prática sexual, vê-se uma referência para que as condutas sejam confeccionadas no interior do campo ético. Não se forma um código de proibições, mas algo que acolhe o trabalho de uma constituição estética da existência para que se tenha, a partir da relação consigo, o fruto de uma existência bela. Essa relação consigo seria o que constitui a ética no pensamento de Foucault.

Sob a perspectiva da elaboração de uma constituição bela da existência, percebe-se o tratamento moral, envolvendo a dietética, a econômica e a erótica, os quais fazem parte dos *aphrodisia*, pois são domínios de reflexão das práticas exercidas pelo indivíduo sobre seu corpo, importantes em sua vida. A Dietética, que é a relação do indivíduo com o próprio corpo, implica em limites, momentos oportunos, frequências e a utilidade da prática sexual. Esse conjunto deve ser visto como uma espécie de condução natural do próprio corpo e da alma. Não há um código prescritivo de interdições, mas uma arte de si ou, mais especificamente, uma técnica da vida. Já no domínio das reflexões feitas pela Econômica, a estilização das condutas se dá pelo casamento e sua condução, pois a mulher, com seu status familiar, deveria ter uma condição conjugal única e ao homem, com seu status social, não era imposto nenhum tipo de obrigação da fidelidade conjugal. Essa problematização em torno do homem casado e fiel conjugalmente, não fazia parte de suas obrigações, pois seu casamento não o ligava sexualmente. É verdade que ele tinha que restringir seus prazeres, mas o significado de ser casado remetia a ser chefe de família, ser uma autoridade. Acontece uma reflexão sobre a casa e a propriedade doméstica (*oikos*), estabelecendo-se uma temperança para a conduta sexual do homem casado. Trata-se de quadro social e político bem marcado. A reflexão moral paira sobre a temperança dos cônjuges, pautada conforme o sexo e o status de cada um. Na Erótica abre-se uma estilização da vida e da liberdade do adulto que está se formando. Faz-se uma reflexão sobre as condutas que questionariam o ser verdadeiro do amor. Não se pode pensar a ideia de homossexualidade que se tem hoje para pensar as

práticas sexuais na antiguidade. Explica-se: na referida época o amor pelos rapazes era algo livre, valorizado e reconhecido culturalmente, sem que isso significasse não gostar de mulheres ou não casar com elas, ter filhos etc. O que não era aceito, para o adulto livre, era a passividade na relação, pois implicaria sujeição.

Em o *uso dos prazeres*, Foucault procurou identificar o sujeito e sua constituição. Segundo ele, na antiguidade, o homem desenvolveu uma arte de viver, em que não havia um código de condutas e prescrições que interditavam suas ações. Na antiguidade, o sujeito é fruto de uma ética elaborada através de uma estilização da sua conduta dentro da dietética, da econômica e da erótica, os quais funcionavam como domínios de problematização moral dos prazeres sexuais que visava a liberdade. A liberdade “[...] que convém instaurar e preservar é evidentemente aquela dos cidadãos no seu conjunto, mas é também, para cada um, uma certa forma de reação do indivíduo para consigo” (FOUCAULT, 2012a, p. 97).

Não existiam preceitos universais para os gregos, pois acreditava-se que não era essa a forma moral para que o indivíduo se constituísse como ético “[...] é, ao contrário, por meio de uma atitude e de uma procura que individualizariam sua ação, que modulam e que até podem dar um brilho singular pela estrutura racional e refletida que lhe confere” (FOUCAULT, 2012a, p.77). Havia considerações úteis para que o indivíduo conseguisse se constituir como sujeito de uma conduta moral própria, aplicando-se uma estética da existência.

A reflexão sobre o comportamento sexual como campo moral não constituiu entre eles uma maneira de interiorizar, de justificar ou de fundamentar em princípios certas interdições gerais impostas a todos, foi sobretudo uma maneira de elaborar, para menor parte da população, constituída pelos adultos livres do sexo masculino, uma estética da existência, a arte refletida de uma liberdade percebida como jogo de poder (FOUCAULT, 2012a, p. 317).

Em *O uso dos prazeres*, o filósofo analisa a constituição do sujeito moral entre os gregos, o qual é resultado de uma subjetivação pautada em práticas de si. Assim também o faz em *o cuidado de si*, porém há um deslocamento cronológico. E passa à civilização greco-romana dos séculos I e II d.C. Neste último, encontra-se um fundamento ético de subjetivação diferente daquela estética da existência grega. O fundamento ético da subjetivação entre os romanos será denominado por cuidado de si, em que há a necessidade do indivíduo ocupar-se consigo mesmo ou ainda cuidar de si mesmo.

Percebe-se neste período uma intensificação dos temas de austeridade concernentes às práticas e prazeres sexuais em relação aos mesmos domínios da vida que os

gregos elaboravam pela dietética, econômica, erótica. Na dietética, a atividade sexual sofre uma intensificação no seu detalhamento em relação ao corpo, em que se deve temê-la pelo conjunto de seus parentescos com as doenças e o mal. Na econômica, há os deveres recíprocos entre homem e mulher, uma espécie de valorização da união dual conjugal. Quanto à erótica, a problemática com os rapazes, as relações passam por uma desvalorização em detrimento à valorização da união conjugal. Apreende-se, portanto, que essas transformações resultam numa arte de existência dominada pelo cuidado de si (FOUCAULT, 2011).

Nos estudos sobre o cuidado de si, Foucault mostrou que este serviu como modelo estruturante do sujeito moral ocidental até os primeiros séculos de nossa era (FONSECA, 2002). A austeridade intensificada não deve ser vista como um estreitamento das interdições, pois “[...] o campo daquilo que podia ser proibido em nada se ampliou e não se procurou organizar sistemas de proibições mais autoritárias e mais eficazes. A mudança concerne muito mais à maneira pela qual o indivíduo deve se constituir enquanto sujeito moral” (FOUCAULT, 2011, p. 72).

Uma atenção maior e mais ativa recai sobre a atividade sexual, sobre seus efeitos no organismo, seu lugar no casamento e na relação com os rapazes. Com isso, intensifica-se o interesse a ela dedicado, de desconfiança e necessidade de controle e de localizá-la somente nas relações matrimoniais. Um determinado estilo de conduta sexual é proposto pelo movimento da reflexão moral, filosófica e médica, bem diferente daquela encontrada no século IV a. C., retratada no *uso dos prazeres* e que também será diversa daquelas que se terá no cristianismo:

a atividade sexual nele se aparenta ao mal por sua forma e seus efeitos, mas ela não é em si mesma e substancialmente um mal. Ela encontra sua realização natural e racional no casamento; mas este não é, salvo exceção, a condição formal e indispensável para que ela deixe de ser um mal. Ela dificilmente encontra seu lugar no amor pelos rapazes, mas este não é por isso condenado a pretexto de antinatureza (FOUCAULT, 2011, p. 234-235).

O cuidado de si, aliado ao conhecimento de si, explorado no terceiro volume da *História da Sexualidade*, assinala que, cada vez mais, se transita de uma arte de si (cuidado de si) para uma possibilidade geral da “verdade”. Ao invés de perguntar sobre o que o sujeito deveria fazer para ser constituído moralmente, prescreve-se uma conduta que o coloque em acordo com os critérios de verdade.

É preciso ter cuidados consigo, e é sob estes que se organizaram as práticas dessa nova arte de existência. Para um conhecimento de si, deve haver um movimento como uma espécie de libertação das sujeições que fazem com que o indivíduo se volte para si próprio. Não deve estar sujeito a algo que diminua o poder sobre si mesmo, seja em seu corpo ou até mesmo sobre sua alma (FOUCAULT, 2011).

3.3 ÉTICA, LIBERDADE E VERDADE

A preocupação com a liberdade que era algo muito importante para os gregos, a qual deveria ser praticada eticamente, “[...] pois o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?” (FOUCAULT, 2006, p.267). No entanto, não se pode esquecer que a liberdade é em si mesma política, pois a não-escravidão em relação aos outros existia na forma de condição, pois uma pessoa que é escrava não possui ética.

A condição ontológica da ética é a liberdade. Para exercer a prática da liberdade é necessária a ocupação de si, o que implica um cuidado e um conhecimento de si, “[...] mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade” (FOUCAULT, 2006, p.269).

Porém, a liberação abria espaço para um campo de existência de novas relações de poder as quais devem ser controladas por práticas de liberdade. É preciso praticar a liberdade eticamente.

O cuidado de si implica também relações com os outros, pois essa ética da liberdade é uma forma de também cuidar dos outros, sendo importante que ele se autoconduza adequadamente para que também consiga governar a sua conduta, sua mulher e seus filhos. Aqui também se encontra a arte de governar. O cuidado de si permite ocupar um lugar na cidade e o cuidado de si, na relação com o outro, diz que para cuidar de si, é preciso ouvir as lições de um mestre (FOUCAULT, 2006).

Percebe-se, nesse cuidado de si, um sentido ético positivo e que poderia ser compreendido como uma espécie de conversão do poder, em que este pode ser controlado e limitado. O abuso de poder ocorre quando não há um cuidado de si,

Mas se você se cuida adequadamente, ou seja, se sabe ontologicamente o que você é, se também sabe do que é capaz, se sabe o que é para você ser cidadão em uma cidade, ser o dono da casa em um *oikos*, se você sabe quais são as coisas das quais deve duvidar e aquelas das quais não deve duvidar, [...] se sabe, enfim que não deve

ter medo da morte, pois bem, você não pode a partir deste momento abusar do seu poder sobre os outros. Não há, portanto, perigo (FOUCAULT, 2006, p. 272).

Partindo da hipótese de que as relações de poder existem em todo o campo social, presume-se que há liberdade também em todo lugar. No entanto, as relações de poder podem se modificar e são reversíveis. Porém, só é possível existir relações de poder enquanto os sujeitos forem livres.

As formas de constituição do sujeito, estudadas por Foucault na antiguidade, permitem problematizar a ética, confrontando os processos de subjetivação praticados no presente. Há, de certa maneira, uma confrontação do sujeito antigo com o moderno, pois para este último desapareceu a noção de cuidado de si no sentido da ética tão presente no sujeito antigo.

São dois modos de ser do sujeito, de dois tempos diferentes, que também são opostos na matéria que os constitui. A substância moral para o sujeito moderno é a norma, a qual dita um modelo de relação consigo e a ética implica adequação à norma. No antigo, a ética, na relação consigo, é uma arte pautada na liberdade, o sujeito dá um estilo à sua existência. Disso advém a noção de estética da existência. Em nossa modernidade,

porque constituído pela norma, e portanto, impedido de ser ético, é que o indivíduo moderno é sujeito. Sujeito de uma identidade que entende como própria e que é o resultado dos mecanismos de objetivação e de subjetivação do poder normalizador (FONSECA, 2003, p. 140).

O pensamento de Foucault nos provoca a pensar um indivíduo que apresente a necessidade de construir a si eticamente. Percebe-se que o poder ao longo da história estabeleceu jogos de verdade, isto é, um conjunto de regras de produção da verdade, mecanismos, técnicas e práticas para um controle do indivíduo e também das populações. Foucault, em uma de suas entrevistas assinala que a noção de cuidado de si possui relevância para o sujeito moderno, pois é possível realizar uma reflexão contínua e crítica para que o domínio da ética seja restabelecida como exercício de liberdade.

A ética do cuidado de si sinaliza uma série de questionamentos acerca da maneira de sentirmos, pensarmos e fazermos, em relação a nós mesmos, em relação ao outro sobre nós e da nossa relação para com o outro. Seria como aquilo que os gregos chamavam de *êthos*, “[...] um *êthos* filosófico consistente em uma crítica do que dizemos, pensamos e fazemos, através de uma ontologia histórica de nós mesmos” (FOUCAULT, 2000, p. 347).

Uma ética ou *êthos*, não simplesmente “como simples cumprimento de valores e normas, ajustamento a uma natureza determinante, reflexão abstrata. A noção de *êthos* evoca a reflexão e ação contínua do homem sobre si mesmo, na convivência com seu grupo, sociedade (KRAEMER, 2011, p. 294).

Foucault caracteriza o “[...] *êthos* filosófico próprio à ontologia crítica de nós mesmos como uma palavra histórico-prática dos limites que podemos transpor, portanto, como o nosso trabalho sobre nós mesmos como seres livres” (FOUCAULT, 2000, p. 348).

Em *O que são as Luzes?* Foucault (2000) reflete a respeito da *Aufklärung* de Kant, e problematiza a relação que se tem com o presente e o que nos constitui como sujeitos autônomos. O sujeito não é algo dado, mas construído. Em parte de seus estudos ele se volta para a problemática da constituição do indivíduo moderno, o qual é percebido como objeto do poder, um corpo dócil e útil.

Indivíduo, para ser constituído, sofre processos de objetivação e subjetivação. Os processos de objetivação são aqueles em que o próprio homem é um objeto do saber feito por nossa cultura. Nesse processo, com os mecanismos disciplinares, produz-se a docilidade e utilidade do corpo. Os processos de subjetivação buscam apreender as práticas que fazem do homem um sujeito dentro de nossa cultura e que constituem o indivíduo moderno, “[...] sendo ele um sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria” (FONSECA, 2003, p.25)

O pensamento de Foucault parte do pressuposto de que é possível realizar uma crítica permanente e constante do nosso ser histórico, pois estamos envoltos em um conjunto de processos históricos. Trata-se de uma questão crítica daquilo que nos é dado como universal, obrigatório e necessário em nossas vidas, que terá como consequência “[...] uma pesquisa histórica através dos conhecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos” (FOUCAULT, 2000, p. 347).

Trata-se de uma crítica que é genealógica e arqueológica, sendo a primeira a sua finalidade e a segunda o seu método. Será genealógica no sentido de que “[...] deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (FOUCAULT, 2000, p. 348). Arqueológica, pois não irá buscar nas estruturas universais do conhecimento, mas que irá tratar tanto os discursos do que somos, fazemos ou pensamos como os acontecimentos históricos (FOUCAULT, 2000).

No entanto, a crítica não pode ser feita de maneira desordenada e contingente. Ela precisa de uma sistematização que funcionará sobre três eixos: eixo do saber, do poder, e da ética.

Uma ontologia histórica de nós mesmos que através de uma série aberta de questões em várias pesquisas nos permita dentro de uma sistematização responder: “[...] como nos constituímos como sujeitos de nosso saber; como nos constituímos como sujeitos que exercem ou sofrem as relações de poder; como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações” (FOUCAULT, 2000, p.350).

O que é preciso apreender é em que medida o que sabemos, as formas de poder que aí se exercem e a experiência que fazemos de nós mesmos constituem apenas figuras históricas determinadas por uma certa forma de problematização, que definiu objeto, regras de ação, modos de relação consigo mesmo. (FOUCAULT, 2000, p. 350).

É preciso considerar a ontologia crítica como “[...] uma atitude, um *êthos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível” (FOUCAULT, 2000, p.351).

É na imanência histórica do próprio pensar e como se encontram imbricados poder-saber-verdade que ela, a crítica, ingressa no jogo da verdade (KRAEMER, 2011). Uma autonomia deve pressupor a atividade da crítica, pois é um princípio que permite um agir sobre e uma relação com os outros e que combate diversas formas de sujeição “[...] tanto no que diz respeito a si mesmo quanto no que diz respeito aos outros, à verdade, à moral” (KRAEMER, 2011, p. 308).

O cuidado de si realiza um trabalho contínuo sobre si, em que há uma autonomia, pois não é sujeitado, mas livre, em relação às práticas, normas, discursos morais, científicos, etc.

O olhar a respeito da constituição ética dos gregos na antiguidade e no sujeito moderno é fundamental para problematizar a norma e a disciplina impostas através de regimes de verdade, pois estas não convivem com a liberdade, a qual é a própria possibilidade da ética. Portanto, o problema do sujeito moderno é construir uma ética que possa ser exercida com liberdade. Liberdade de constituir-se!

Os movimentos de resistência podem ser a possibilidade de o sujeito libertar-se. Para tanto, é preciso ter a noção de jogo, pois esta permite ver a relação existente entre os domínios do saber, do poder e da ética. Ao estabelecer uma atitude crítica há o querer de enfrentar a sujeição. Ter a noção de um cuidado de si e de uma estética da existência é importante para a constituição de um sujeito ético.

3.4 A NORMA NOS PCN'S SOBRE SEXUALIDADE

Nesta parte se analisam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, em especial a abordagem sobre a sexualidade. O conceito que guia a análise é o ponto de vista da norma. Os PCN's orientam as ações educativas nos cotidianos das escolas brasileiras, o que os faz referência para a produção de subjetividades, com os efeitos de verdade que seu discurso produz.

O tema da sexualidade é considerado como tema transversal e encontra-se dentro de um caderno denominado orientação sexual. O PCN volume 10 é o que trata da orientação sexual. Ele é organizado em três blocos ou eixos norteadores que orientam a intervenção do professor em sala de aula ao abordar o tema: Corpo: matriz da sexualidade, Relações de Gênero e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids.

A análise do volume 10 dos PCN's refere-se ao conteúdo do discurso. O sexo é colocado em discurso o tempo todo por mais que não se perceba. Para se reproduzir o dispositivo de controle dos corpos utiliza-se também a escola como uma das instituições. A escola para Foucault é uma instituição de seqüestro. Ela é abrangente e que, ao mesmo tempo em que individualiza, ela coletiviza e fixa os indivíduos que lá circulam em uma transmissão de saberes. Nas palavras de Foucault (2013, p. 41): “toda educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

As políticas públicas possuem caráter pedagógico cultural, ensinando a melhor maneira de comportar-se, agir ou falar. Assim, a conduta dos indivíduos se dá, sobretudo pelo discurso, ou melhor dizendo, somente se manifesta por intermédio do discurso, “[...] entendendo-se discurso como um conjunto de enunciados que, mesmo pertencendo a campos de saberes distintos, seguem regras comuns de funcionamento” (VEIGA-NETO e LOPES, 2007, p. 958).

Os PCN's provocam de certo modo uma incitação do discurso sobre o sexo, ocorrendo também no espaço escolar uma verdade explosão discursiva. É através da incitação do discursivo que é possível instaurar mecanismos de controle eficazes sobre os corpos dos sujeitos produzindo sujeitos e corpos sexuados. Ao colocar as pessoas para falar sobre o sexo, suas vivências, desejos e prazeres fazem com que o controle desejado pela biopolítica aconteça. É necessário deixar falar para que se tenha conhecimento dos pensamentos e ações dos indivíduos para que as práticas de regulação pela norma tenham eficácia. Ao longo da

História estabeleceu-se a forma ideal de viver a sexualidade, ou seja, de acordo com as normas instituídas: práticas sexuais monogâmicas, heterossexuais e com a finalidade de reprodução.

A operação de normalização, por sua vez, acontece quando procura moldar os indivíduos e seus atos de acordo com o modelo instituído, sendo considerado normal aquele que se adapta a essa norma e anormal aquele que não é capaz de se adaptar à norma. As normas instituídas são prescritivas e um controle deve acontecer para que as normas sejam seguidas por todos. O controle e regulação normalizadora da sexualidade é parte de suas metas. As normas possuem um saber, porém para que o controle sobre a vida do sujeito aconteça, é preciso conhecer previamente o que o sujeito sabe para que as estratégias e mecanismos de ação para o controle sejam eficazes:

“É sempre importante investigar o conhecimento prévio que os alunos têm sobre o assunto a ser tratado” (BRASIL, 1998, p. 321).

“Os professores também precisam estar atentos às diferentes formas de expressão dos alunos” (BRASIL, 1998, p. 303).

“Os impulsos do desejo vividos no corpo precisam ser discutidos e esclarecidos, ajudando os jovens a dimensioná-los adequadamente, compreendendo seu caráter e sua relação com as possíveis escolhas racionais (BRASIL, 1998, p.321).

“[...] a orientação sexual deve impregnar toda a área educativa (ALTMANN, 2001, p. 576)⁵ (Grifei).

O poder está em todos os lugares e nada escapa dele. Por essa razão, a orientação sexual deve ser trabalhada em todas as áreas, produzindo saberes e exercendo um poder sobre a vida dos sujeitos. Assim, torna-se possível uma “condução das condutas”

A “conduta” é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 1995, p.243-244) (aspas no original)

Percebe-se que, com as práticas e mecanismos pedagógicos, há um aumento do controle do indivíduo e da sociedade, pois se consegue produzir sujeitos autodisciplinados. Primeiramente exerce-se a normalização disciplinar ao instituir um modelo geral que tem como finalidade alcançar determinado resultado. O modelo serve como norma.

⁵ Nos recortes dos trechos considerados importantes para a análise, em sua grande maioria, as frases foram colocadas na íntegra com o intuito de que não incorrer em frase “manipuladas” com o recorte, podendo o leitor ter a compreensão de todo o contexto da frase ou tão somente optar por focar nas frases que foram grifadas em determinadas situações.

A sexualidade é um dispositivo e nos PCN's ocorrem as estratégias de poder. Ela é compreendida como

“[...] algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida humana” (BRASIL, 1998, p. 317).

“A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida” (BRASIL, 1998, p. 295).

“A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental” (BRASIL, 1998, p.295).

“A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas” (BRASIL, 1998, p. 295)

A sexualidade colocada como algo necessário para a vida humana legitima a ação normativa nos ambientes escolares. Em nenhuma parte do documento, a sexualidade é colocada como histórica, mas sim como algo natural que sempre pertenceu ao ser humano. Foucault coloca a sexualidade como uma invenção e o sexo é importante mecanismo para o exercício do poder. O sexo é foco de disputa política, ele “[...] nada mais é que do que um ponto ideal tornando necessário para o dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento” (FOUCAULT, 2012, p. 169). O sexo como mecanismo deve estar sempre em vigilância. Para Foucault, o sexo encontra-se entre dois eixos: faz parte da disciplina do corpo e regula as populações.

A sexualidade foi detalhada para que se tivesse acesso ao corpo e à vida, permitindo um biopoder sobre a população. O documento diz acima que *“a sexualidade influencia pensamentos”*, porém, não é a sexualidade que influencia, mas sim os discursos e ações que são marcados no corpo é que podem vir a normalizar pensamentos e ações. A reprodução é vista ainda como uma potencialidade, o que garantiria a preservação da vida e da espécie, ou seja, o corpo social é um corpo “sexual”. A sexualidade é vista como algo positivo, algo importante na vida pessoas, mas não se percebe o efeito de poder que ela exerce sobre a vida dos indivíduos, influenciando o seu pensar, o seu agir, o seu sentir, normalizando-os. A necessidade fundamental da sexualidade na vida das pessoas inserida no documento faz com que o sujeito sem perceber esteja sob o efeito de poder.

No primeiro eixo do documento, intitulado de *“corpo: matriz da sexualidade”*, o corpo é visto como um todo integrado e nele incluem-se as potencialidades e as dimensões de aprendizagem dos indivíduos:

“No conceito de corpo, portanto, estão incluídas as dimensões da aprendizagem e todas as potencialidades do indivíduo para a apropriação das suas vivências” (BRASIL, 1998, p. 96).

“Já o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação subjetiva de toda experiência na interação com o meio” (BRASIL, 1998, p. 96).

“O que se busca é construir noções, imagens, conceitos e valores a respeito do corpo em que esteja incluída a sexualidade como algo inerente, saudável, necessária e desejável da vida humana” (BRASIL, 1998, p. 96).

Uma intervenção de poder acontece sobre o corpo, pois ao mesmo tempo em que se aprimoram as potencialidades, um adestramento também é efetuado. Mas ocorre uma intervenção de poder positiva, pois o que lhe interessa é

[...] gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades [...] tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima [...] e diminuir a força política (MACHADO, 2006, p. XVI).

Um biopoder se instala sobre a sexualidade e esta por sua vez, no corpo. O corpo é a superfície em que são inscritos os acontecimentos e que através de uma ordem discursiva imprime e constitui a subjetividade. Ao “*buscar construir*” verifica-se a ordem discursiva, em que serão engendrados nos corpos dos sujeitos a norma do que é natural, saudável e desejável. Não é permitida uma autonomia do sujeito, pois quando se busca construir noções há um assujeitamento e não uma liberdade do próprio sujeito de exercer a sua sexualidade como bem entender ou até mesmo não exercê-la.

No documento, em um primeiro momento afirma-se a dimensão histórica vivida em diferentes tempos e culturas, porém mais a frente, a sexualidade é colocada como algo que sempre existiu:

“Por exemplo, em História, a inclusão de conteúdos a respeito de como a sexualidade é vivida em diferentes culturas, em diferentes tempos, em diferentes lugares e como se expressa pelo vestuário, cuidados pessoais, regras, interdições e valorização do comportamento (o hábito presente em algumas culturas de as mulheres tomarem banho vestidas, a nudez e a liberdade entre as crianças indígenas brasileiras etc.) permitirá compreender que, apesar de parecer algo tão “natural” o corpo e os modos de usá-lo, representá-lo e valorizá-lo tem determinações sociais de várias ordens: econômica, política e cultural. E que, por

outro lado, ainda que das formas mais diversas, a sexualidade sempre teve papel importante na vida do ser humano” (BRASIL, 1998, p.317-318). (Grifei)

A dimensão histórica insinuada no documento, conforme ressalta ALTMANN (2001, p. 581): “[...] é pensada como sendo construída em cima de algo naturalmente dado. Em outras palavras, a sexualidade e o sujeito são pensados como essências sob as quais há um investimento da cultura”.

Foucault contrapõe a ideia de dado da natureza, pois é dispositivo histórico articulado a estratégias de saber e poder:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza [...] A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico [...] à grande superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 116-117)

Se, por um lado, a citação do documento insinua uma crítica à naturalidade do corpo ao afirmar a existência de diferentes culturas, ao final do trecho, a sexualidade é colocada como

[...] um invariante histórico, uma entidade natural que perpassaria todas as culturas ainda que se manifeste nestas de formas diferentes. Ainda que o documento admita manifestações diversificadas da sexualidade, ele não problematiza a categoria sexualidade do ponto de vista de sua constituição histórica, da mesma forma que em relação a outras categorias, como homossexualidade e heterossexualidade (ALTMANN, 2001, p. 581).

E ao procurar no documento pelos termos homossexualidade e heterossexualidade, verifica-se que o termo *heterossexualidade* não é citado em nenhum momento no documento. Ao procurar pelo termo *homossexualidade*, este é encontrado nos seguintes trechos:

“Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura” (BRASIL, 1998, p. 293).

“Isso porque, a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas sobre sexualidade e já apresentam necessidade e melhores condições para refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras” (BRASIL, 1998, p.308).

“Isso porque a sexualidade se impõe, na sociedade contemporânea, como um dos maiores interesses dos adolescentes, exigindo posicionamentos e atitudes cotidianas. Temáticas como a gravidez na adolescência, masturbação, homossexualidade, iniciação sexual, pornografia e erotismo, aborto, violência sexual e outras, são exemplos de questões que extrapolam a possibilidade da transversalização pelas disciplinas e demandam espaço próprio para serem refletidas e discutidas. São temas polêmicos, que envolvem questões complexas e demandam tempo para serem aprofundadas, com ampla participação dos alunos, além de exigirem maior preparo do educador” (BRASIL, 1998, p. 331) (grifei)

Os trechos citados apontam a homossexualidade como um dos temas polêmicos, que exigem tempo e preparação do educador devido à sua complexidade. Porém, viu-se em outros momentos no documento que a sexualidade é inerente ao ser humano, é algo natural e que permeia a vida do ser humano. No entanto, a sexualidade parece somente interessar aos adolescentes, não incluindo-se a criança no presente caso, impondo um silêncio geral em relação ao sexo das crianças. O termo homossexualidade aparece como polêmico. É como se a homossexualidade não se enquadrasse dentro da norma. De outro lado, a heterossexualidade não precisa ser dita, mencionada ou tratada no documento. É como se a heterossexualidade já pertencesse ao sujeito e já estivesse legitimada no corpo do sujeito, como se estivesse naturalizada de tal maneira em seu corpo de que não precisaria ser discutida.

O documento conceitua gênero como:

“O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de ‘masculino’ e ‘feminino’ como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade (BRASIL, 1998, p.321-322) (Grifei).

Apesar da constatação ao final do trecho de que os gêneros são socialmente constituídos, estes somente acontecem dentro do binário masculino/feminino. Apesar de se reforçar as *variações sócio-culturais*, na primeira e segunda linhas sublinhadas não se

descarta o conceito de gênero como “representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos”. Mesmo que se permita abandonar a ideia de natureza ao final, ela é afirmada no primeiro momento. O documento fala em *permitir* e não em um *dever* ou *obrigação em abandonar* a ideia da natureza. A pequena contradição apresentada na primeira e segunda linhas grifadas evidenciam o modelo de “dois sexos”. Para dois sexos, ter-se-á dois gêneros: masculino e feminino que irão ser construídos sócio-culturalmente, porém não poderia haver um terceiro gênero.

O documento também destaca a existência de diferenciações entre meninos e meninas e nas expressões ligadas à sexualidade. Possui como proposta combater a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos de masculino e feminino. O combate seria para eliminar as diferenciações de gênero, mas silencia em relação às diferenciações no que tange à sexualidade.

“Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num corpo sexuado de menino ou menina. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino” (BRASIL, 1998, p.296).

“O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum, pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas” (BRASIL, 1998, p. 322) (Grifei).

No entanto, a flexibilização dos padrões estabelecidos e a permissibilidade das potencialidades faz parte da estratégia de poder. Ao fazer isso, busca-se justamente com esse discurso fazer com que a biopolítica voltada para a educação tenha êxito. Explica-se: a

conduta dos indivíduos, ou seja, uma governamentalidade se instala, pois está atrelada à liberdade-segurança em que se produz uma certa liberdade

[...] para melhor controlar e modular as condutas do recurso estratégico ao princípio da equidade (cada caso é um caso), de uma flexibilização e de uma terceirização generalizada, através das quais os próprios indivíduos, as comunidades, os movimentos e as escolas, em nome da democratização da liberdade, de maior autonomia, [...] e, inclusive, de um “direito à diferença”, são convidados e induzidos a participarem da vida social [...] como gestores de si mesmos [...] (GADELHA In: PAGNI, BUENO e GELAMO, 2012, p. 95).

Não se problematiza a sexualidade, a qual se mostra atravessada por uma rede de comportamento que giraria em torno de uma heteronormatividade. A norma é a heterossexualidade e o gênero é sexuado. O documento não questiona o gênero como sendo uma categoria de análise que envolve relações de poder entre os gêneros.

O documento ressalta a diferenciação entre os sujeitos através de estereótipos.

“A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum, pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não precisam ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um” (BRASIL, 1998, p. 322).

“Tome-se como exemplo a discussão do tema da homossexualidade. Muitas vezes se atribui conotação homossexual a um comportamento ou atitude que é expressão menos convencional de uma forma de ser homem ou mulher. Ela escapa aos estereótipos de gênero, tal como um menino mais delicado ou sensível ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica, atitudes essas discriminatórias” (BRASIL, 1998, p. 325) (Grifei).

Os temas *sensibilidade, meiguice, mais delicado* de meninos e *objetividade e agressividade* de meninas demonstram a presença de características ou estereótipos do masculino e do feminino. Os termos advêm da norma social que é produzida no interior do dispositivo da sexualidade, isto é, a heteronormatividade. As dificuldades criadas pelos *estereótipos de gênero* não são analisados como categoria nas relações de poder entre os gêneros. Há a percepção de gênero como papéis que seriam desempenhados por dois sexos biologicamente determinados: masculino e feminino. A flexibilização pode acontecer:

meninos podem ser meigos e meninas podem ser agressivas, mas questiona-se: gays, lésbicas, transexuais etc., onde encontram lugar na norma presente na escola?

No terceiro eixo, a sexualidade é vista como um problema de saúde pública, um enfoque se dá sobre a prevenção de uma gravidez precoce, bem como de prevenção de doenças venéreas, face ao aumento do número de contraentes do HIV/AIDS.

O documento incentiva o autocuidado formando assim sujeitos autodisciplinados. Ao fazer isso faz com que os sujeitos vivam sua sexualidade dentro daquilo que é considerado normal face aos critérios de saúde que lhe são apresentados.

“Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL, 1998, p. 287)”

“Particularmente em relação à Aids, o tratamento que esse tema deve ter em Orientação Sexual junto aos alunos é o oposto ao que foi dado pelas primeiras campanhas de prevenção veiculadas pela mídia: “Aids mata”. Essa mensagem contribui para o aumento do medo e da angústia, desencadeando reações defensivas. A mensagem fundamental a ser trabalhada é: a Aids pode ser prevenida” (BRASIL, 1998, p. 326) (Grifei).

O discurso preventivo gira em torno da prevenção à vida e defende a sexualidade como algo ligado à vida e à saúde e para isso um controle sobre a vida precisa ser exercido. Documenta-se a importância de superar tabus e preconceitos, mas não especifica quais tabus seriam esses e de que maneira eles seriam tratados. A homossexualidade aqui não é tratada como tabu, mas é colocada em outros momentos, como se viu, ao lado de questões polêmicas.

O documento não tem apenas o caráter informativo como quer transparecer, mas sim interventivo dentro da escola. O tema orientação sexual é concebido justamente dentro de um tema transversal por ir além de fronteiras disciplinares, pois atinge todo o campo pedagógico atingindo os mais variados domínios. Práticas são inseridas com o intuito de que se exerça um autocuidado, mas que ao fazê-lo altere o seu comportamento. Não há o discurso

de proibição ou de interdição nos PCN's, mas mecanismos e práticas muito bem disseminados que tem o intuito de produzir sujeitos autodisciplinados no seu modo de viver cada qual à sua sexualidade. Sob a preocupação com a saúde pública esconde-se um investimento de um poder interessado na sexualidade de adolescentes que utiliza-se da educação para intervir no comportamento do sujeito.

Indicativos normalizadores se fazem presentes e vê-se a necessidade de sacudir as verdades que são dispostos aos sujeitos nos PCN's e que buscam defini-los de acordo com o regime de verdade imposto. Trata-se de procurar desvelar uma realidade múltipla (FOUCAULT, 2013). No espaço social não há verdade absoluta e nenhum dado é universal ou natural, o que se tem são representações que possuem o peso da verdade, as quais se constituem em regimes de verdade assinalados através de normas, conforme Foucault assinalou.

4. ANÁLISE SOBRE O OUTRO, O NORMAL / ANORMAL E O IMORAL

A pesquisa empírica para essa dissertação tem como local a escola e pauta-se na escolha de estudantes e professores de 08 (oito) escolas públicas estaduais e 08 (oito) escolas públicas municipais em 04 (quatro) municípios situados no Vale do Itajaí-SC. O intuito foi compreender a ética e a norma sobre sexualidade nos dizeres destes. Em cada município buscou-se uma escola situada em região central e outra localizada em região periférica da respectiva cidade. Os estudantes pesquisados cursavam o 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Entre os professores foram pesquisados os que lecionavam nas respectivas escolas.

Os dados gerados pela pesquisa de campo compõem-se de um questionário aplicado em sala de aula juntamente tanto aos alunos quanto ao professor que se encontrava presente no momento da aplicação. Antes de aplicar os questionários apresentava-se a pesquisa e esclarecia-se de que a participação era voluntária.

Conforme já mencionado, os dados gerados através dos questionários fazem parte de uma pesquisa maior, financiada pelo CNPQ, intitulada ‘VOZES E SABERES DE SI: Discutindo sexualidades e homoafetividades na educação e na escola’, coordenada pelo professor Dr. Celso Kraemer, na qual também participei como bolsista do CNPQ. Durante a elaboração do referido questionário, parte dele foi pensado para a utilização na presente pesquisa de Mestrado. Os questionários respondidos somam o quantitativo de 987 questionários respondidos pelos estudantes e 105 questionários respondidos por professores. No diário de campo, que acompanhou as visitas às escolas, anotou-se que muitos estudantes relataram, durante a aplicação do questionário, a dificuldade que tinham em dizer o que entendiam por sexualidade e que, por essa razão, deixariam a resposta em branco, outros simplesmente escreveram “não sei” no espaço para a resposta.

Para a dissertação também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Delas somente 03(três) professores aceitaram participar. Na aplicação dos questionários perguntava se alguém aceitava realizar a entrevista. Nenhum aluno aceitou. Após a anuência dos participantes, as entrevistas foram agendadas previamente com cada um, conforme disponibilidade de data e horário, fora do ambiente escolar. O único critério de seleção era de que os professores participantes trabalhassem onde os questionários foram aplicados.

Os professores entrevistados são apresentados aqui com nome fictício para preservar sua imagem e melhor identificação das suas falas, conforme tabela a seguir:

Sexo	Idade	Tempo que leciona	Escola	Área que atua/leciona	Nome fictício
Feminino	36 anos	03 anos	Estadual	Educação especial – como segundo professor	Denise
Feminino	30 anos	14 anos	Municipal e estadual	Dança	Karline
Masculino	36 anos	02 anos	Estadual	Informática	Julio

Fonte: autoria própria.

As questões dividiam-se em perguntas abertas e fechadas, em que nas abertas o pesquisado podia responder ou não de forma livre o que pensava sobre o assunto. Nas perguntas fechadas, permitia-se a assinalar as respostas SIM, NÃO, OUTROS, sendo que ao lado da palavra OUTROS deixava-se um espaço em forma de linha para que o pesquisado, caso desejasse, escrevesse algum comentário. Do referido questionário, esta dissertação faz um recorte de cinco questões:

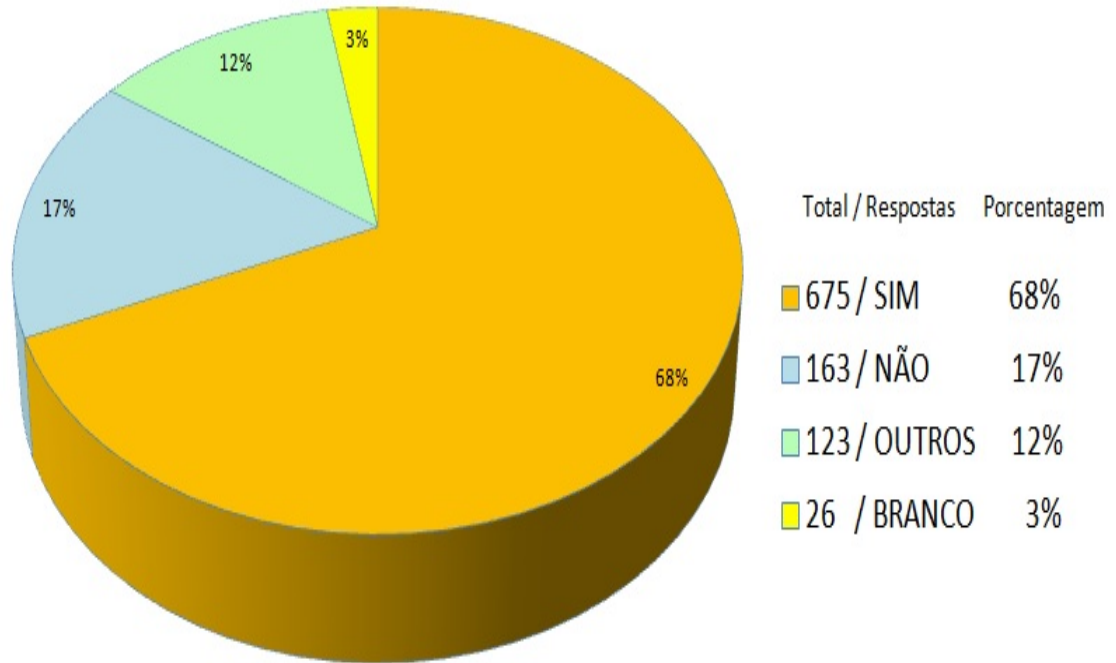
1. Sexualidade é...
4. Para você, as pessoas homossexuais deveriam assumir publicamente sua orientação sexual?
5. Uma pessoa que assume a homossexualidade pode ter prejuízos à sua imagem junto à sociedade?
6. Você acredita que a homossexualidade diminui o valor moral da pessoa?
15. Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que a homossexualidade?

A análise das falas de estudantes e professores é feita a partir das categorias de *Homossexuais são os outros* e *Homossexuais são imorais*. Para a análise das duas categorias, utilizou-se somente as falas registradas na primeira pergunta descritiva e as falas registradas no campo OUTROS, que possuía espaço para comentários às perguntas 4, 5, 6, e 15 que tinham perguntas objetivas.

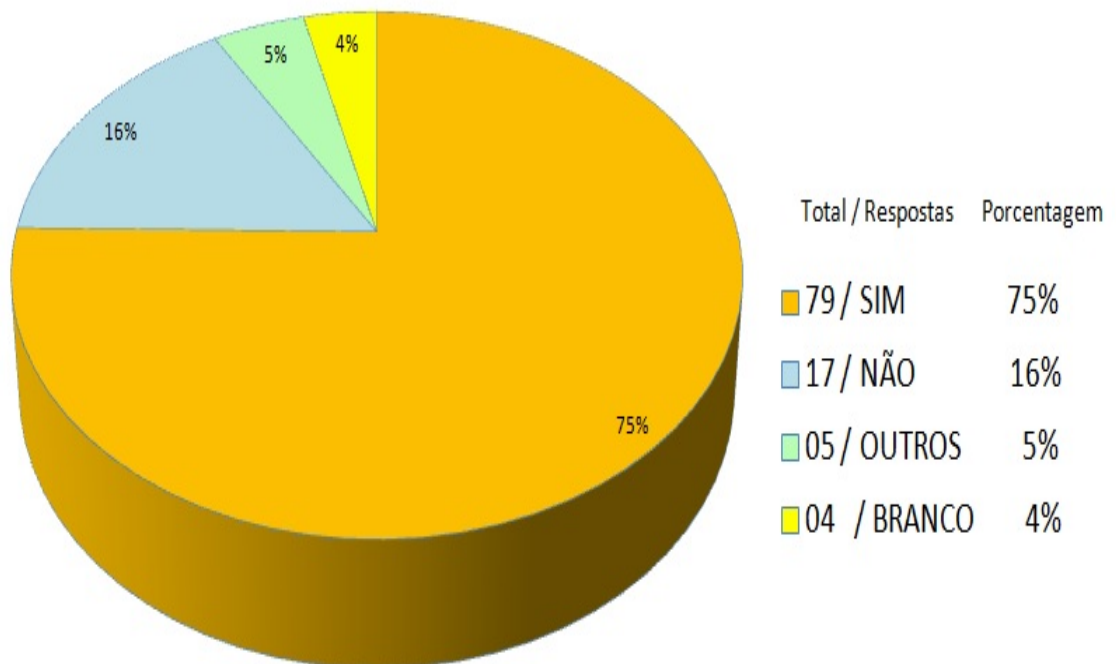
Para uma noção sobre as respostas objetivas, apresenta-se o gráfico das respostas, mas estes não são discutidos na análise.

Questão n. 04.**ALUNOS**

- Questão : Para você, as pessoas homossexuais deveriam assumir publicamente sua orientação sexual ?

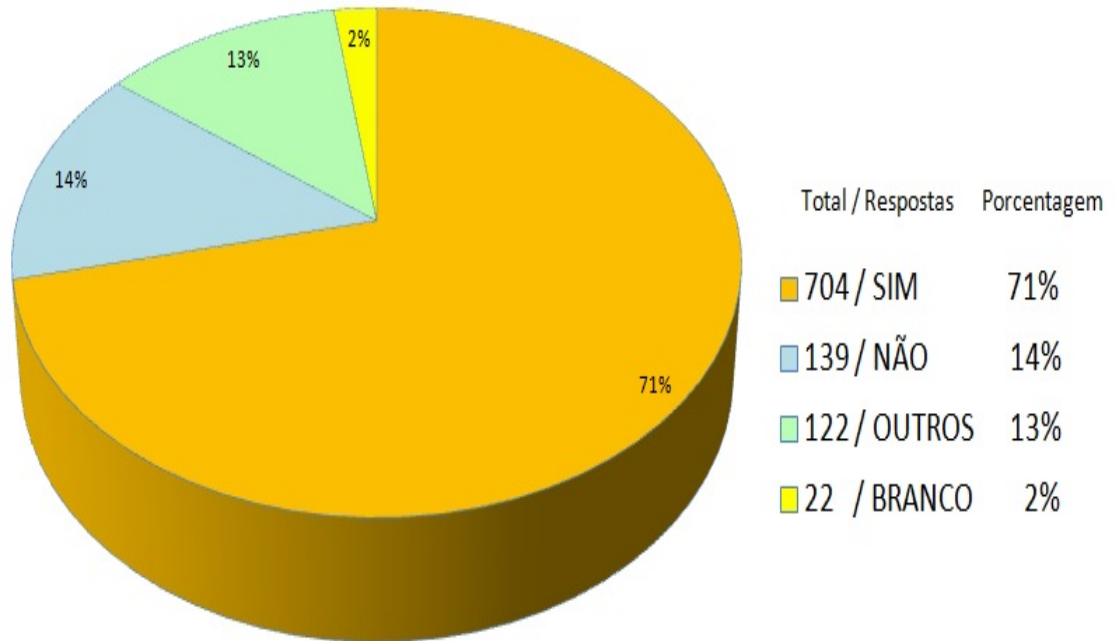
**PROFESSORES**

- Questão : Para você, as pessoas homossexuais deveriam assumir publicamente sua orientação sexual ?

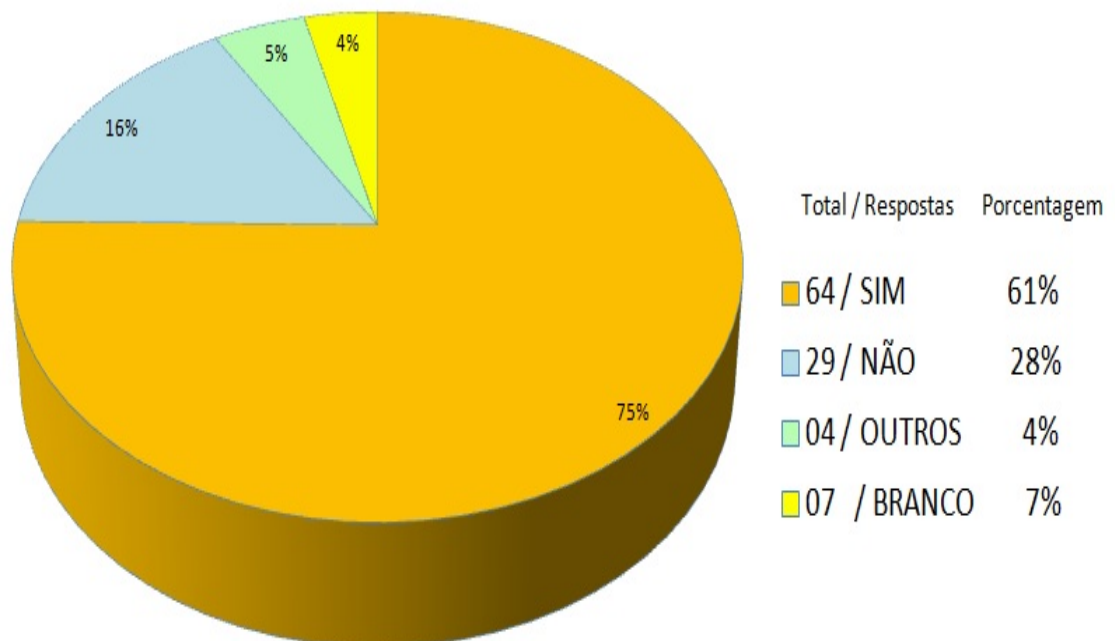


Questão n. 05**ALUNOS**

- Questão : Uma pessoa que assume a sua homossexualidade pode ter prejuízos a sua imagem junto à sociedade ?

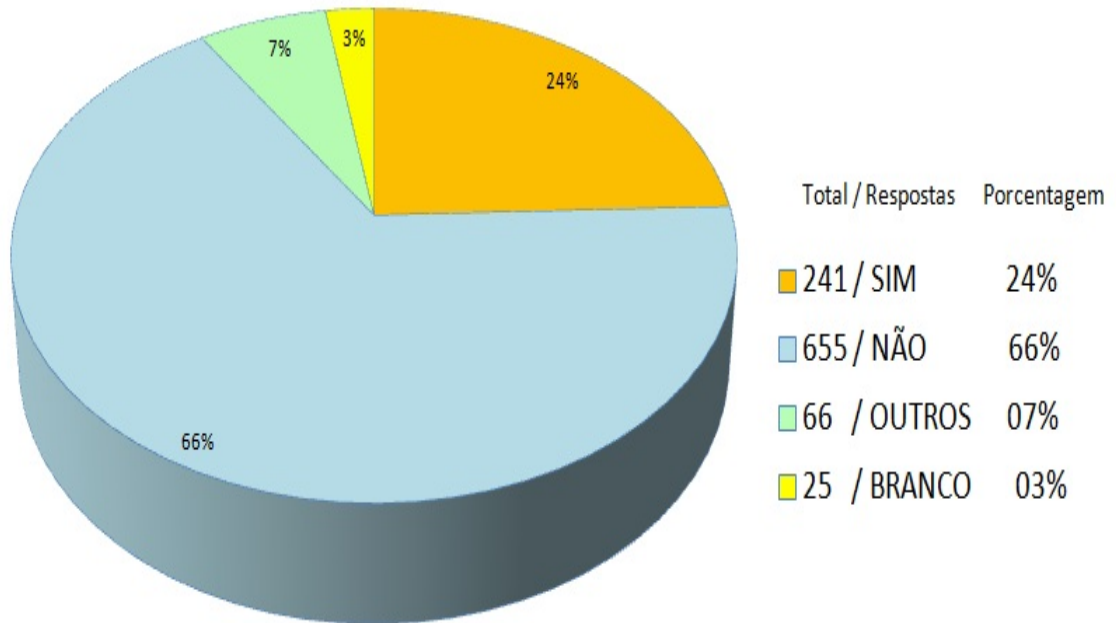
**PROFESSORES**

- Questão : Uma pessoa que assume a sua homossexualidade pode ter prejuízos a sua imagem junto à sociedade ?

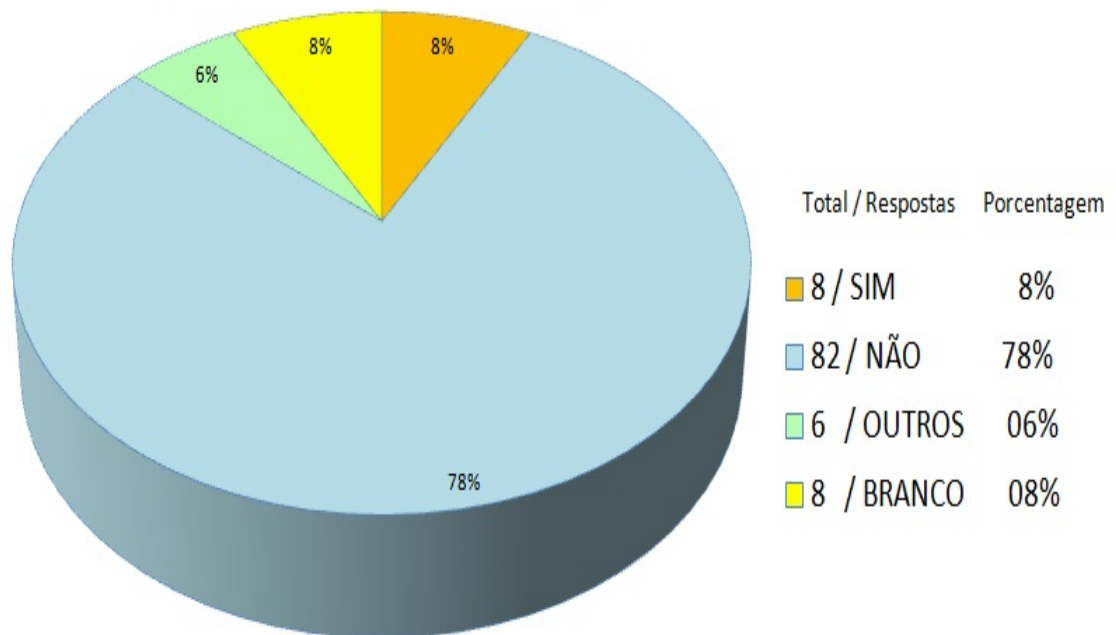


Questão n. 06**ALUNOS**

- Questão : Você acredita que a homossexualidade diminui o valor moral da pessoa ?

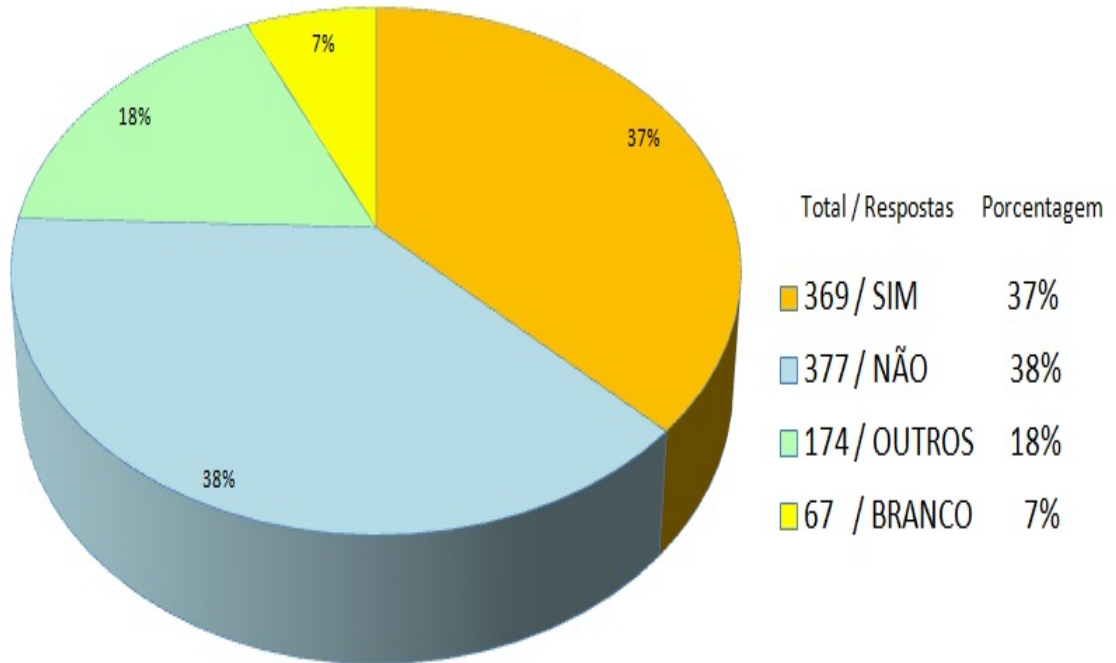
**PROFESSORES**

- Questão : Você acredita que a homossexualidade diminui o valor moral da pessoa ?

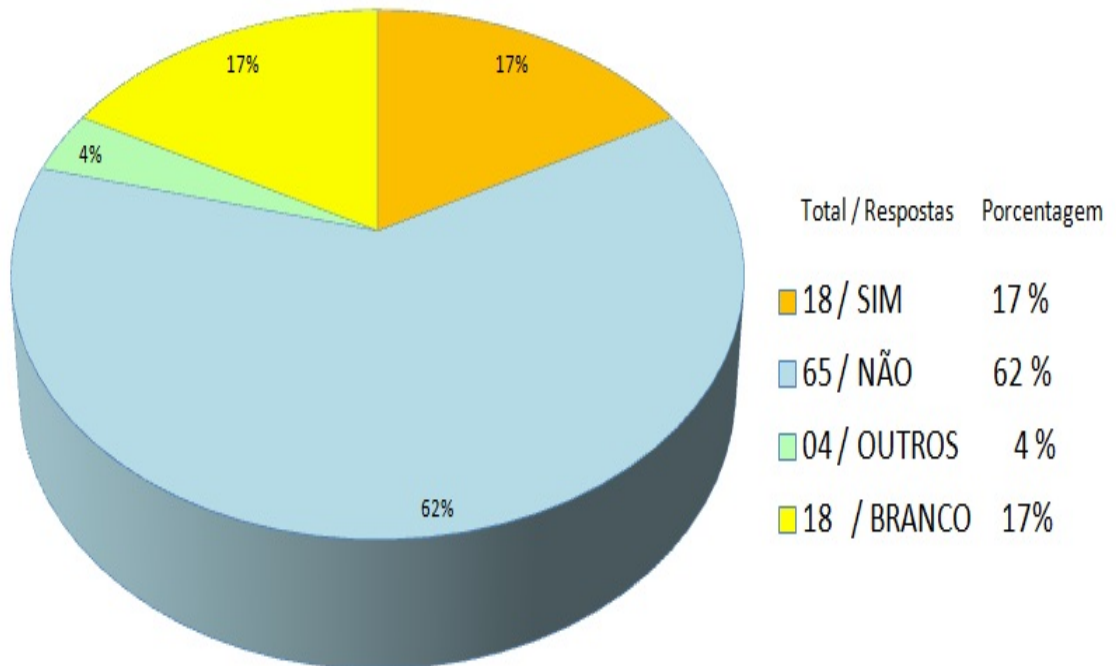


Questão n. 15**ALUNOS**

- Questão : Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que a homossexualidade ?

**PROFESSORES**

- Questão : Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que a homossexualidade ?



Ressalta-se que não interessa identificar quem pronunciou a fala, mas identificar as formações discursivas no interior dos quais os enunciados podem aparecer. Disso se derivam os efeitos de poder dos discursos, na normalidade e moralidade dos sujeitos.

4.1 HOMOSSEXUAIS SÃO OS OUTROS

O termo homossexual utilizado nesta dissertação é usado por ser mais conhecido entre os estudantes e professores. Não se possui o intuito de exclusão, ou seja, de negar as outras formas plurais de sexualidade, mas sim problematizar o referido termo em forma do binarismo homo/hetero e o próprio termo sexualidade como dispositivo histórico.

No capítulo anterior, trabalhou-se a norma em documentos oficiais, especialmente no que tange à orientação sexual⁶, o PCN volume 10. Nesse documento, destacou-se certa normalização da sexualidade a ser ensinada na escola. A relação entre alunos e professores é uma relação de poder e saber em que um exerce sobre o outro uma ação que visa a condução do outro. A condução da conduta é um exercício de poder que se faz presente nas microrelações e interações que acontecem no cotidiano escolar. A condução tem como objeto adequar estudantes a um modelo único de educação pautado na norma.

Uma “condução das condutas” parece acontecer no espaço escolar em que os sujeitos tornam-se sujeitados a uma normalização. Quando se fala em sexualidade, se faz presente a heteronormatividade, na qual a heterossexualidade é a norma. Assim, tudo que não se encaixa dentro da norma, como os homossexuais, transexuais, bissexuais etc, são marcados como anormais.

Nas obras *Segurança, Território e População* e em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault apresenta a questão da governamentalidade liberal⁷ e neoliberal. Nelas se desdobram as formas de governo biopolítico.

Governo ou arte de governar tem seu significado geral como “a conduta da conduta. Ainda, pode ser definida governamentalidade “[...] como o esforço para criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle, normalização e moldagem* das condutas das pessoas” (FIMYAR, 2009, p.38) (grifos no original).

⁶ Ver o 3º capítulo, 3ª parte, a norma em documentos oficiais.

⁷ As condições históricas do liberalismo e do neoliberalismo não serão feitas de forma pormenorizada, uma vez que se pretende apenas situar o conceito que Foucault tem a respeito. De fato, o que importa aqui é o “governo das condutas”, pois a normalização é vista como mecanismo de poder e é esta que é colocada em discussão nesta dissertação.

Para Foucault, governamentalidade ou arte de governar pode ser compreendida também pela noção de governo, mas como “[...] uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, [...] mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar [...] Portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo” (FOUCAULT, 2006a, p. 284).

Tem-se um governo liberal, o qual seria aquele em que se tem a atuação do Estado indiretamente através de mecanismos de segurança, tais como a educação, a saúde, o bem-estar, a polícia, o exército etc (FOUCAULT, 2008). No neoliberalismo, a atuação de uma biopolítica tem um olhar de atuação no mercado e visa incentivar que o indivíduo seja um “capital humano”, devendo governar a si mesmo de acordo com as exigências que o mercado estabelece. Por essa razão visa, sobre os indivíduos melhorar suas capacidades físicas e intelectuais, sob o artifício de motivar suas potencialidades criativas.

O estudo sobre o biopoder e como este se manifesta através da governamentalidade “[...] parece indicar que o problema da gestão sempre esteve presente nas análises de poder” (FONSECA, 2002, p. 231).

O exercício do poder acontece através do governo das condutas e “[...] nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada, quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população” (FOUCAULT, 2006a, p. 291).

A escola realiza a condução das condutas sendo uma forma privilegiada de controle. Ela é o local ideal onde podem ser disseminadas ideias normativas, produzindo um sujeito que se encaixe dentro do modelo de governamentalidade, pois

a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui [...] aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos (LOURO, 2012, p. 62).

Mas sob qual amparo o faz? Sob a norma, a qual “[...] é o elemento que, ao mesmo tempo em que individualiza, remete ao conjunto dos indivíduos; por isso ela permite comparação entre os indivíduos [...] e, ao se fazer isso, chama-se anormal aqueles cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável” (VEIGA-NETO, 2005, p. 90).

As práticas sociais, em nosso tempo, parecem estar condicionadas pela noção de norma e torna o normal sinônimo de natural. A norma exerce efeito de subjetividade, padronizando condutas, gostos, escolhas, moldando os sujeitos de acordo com as relações de

poder e serão “[...] as condições específicas que nos permitirão compreender melhor, em cada sociedade específica, as relações de poder que estão implicadas nos processos de submissão dos sujeitos” (LOURO, 2012, p. 57).

Nesse governo dos corpos ou governo das condutas, há a necessidade daquele que deve propagar a norma e colocá-la em prática. Mas quem seria? Parte-se do pressuposto de que poderia ser aquele que é formado por uma sociedade normativa, e que tem em si, a manifestação do que nos parece ser uma difusão das normas que formaram a sua subjetividade. É desta forma que o professor⁸ pode ser o condutor, pois pode “naturalizar” a ideia de que é dele que deve vir a informação correta:

“[...] A escola pode dar a informação correta, e não qualquer informação aprendida de qualquer forma [...]” (Karline)

O professor acredita que é seu dever intervir no modo de agir e pensar dos estudantes, governando suas condutas, enquadrando-os em uma norma já aprendida pelo professor e que agora deve ser aprendida pelos estudantes. Nisto o exercício de poder se realiza, na “condução das condutas”.

No ambiente da escola, o agente aplicador da norma se reveste do papel de educador, e as relações de poder mais uma vez parecem invisíveis:

“[...] crianças aprendem coisas nas ruas sem a orientação familiar, por isso a importância do professor em sala de aula, por ele poder educar, temos que fazer o nosso papel, pois está cada vez mais difícil dos pais assumirem esse papel [...]” (Karline)

O professor aparenta ter tão bem a norma incorporada em sua subjetividade que não se posiciona com uma atitude crítica sobre os enquadramentos da sexualidade. Ele não desconfia e nem recusa a norma. O objetivo não é criticar o professor, mas colocar em questão o fato de o poder se encontrar tão bem disseminado na atuação sobre o sujeito.

O dispositivo da sexualidade perpassa os ambientes escolares, mas para perceber as estratégias disciplinares que são aplicadas e os jogos de poder que norteiam o sexo desde a era Moderna se faz necessário analisar a importância da noção de sexualidade, o qual impõe uma heteronormatividade sobre os corpos como norma a ser seguida.

No questionário aplicado para a geração dos dados da pesquisa, com o intuito de problematizar a noção de sexualidade, colocou-se o seguinte enunciado: “*Sexualidade é...*”.

⁸ O sistema das relações de poder funciona de forma imperceptível aos olhos do próprio professor, pois no sentido aqui empregado, ele sente a necessidade de assumir a tarefa de reproduzir no corpo dos alunos os modelos instituídos e reforçados pelos documentos oficiais, nos currículos e nas instituições.

Na resposta, os sujeitos da pesquisa poderiam escrever qual a sua compreensão sobre o tema. Nos questionários, percebe-se que um grande número deixou sem resposta a questão.

Nas entrevistas, os professores afirmam, antes de iniciar a gravação, a importância de se debater sobre a sexualidade. Porém, ao longo da entrevista, quando questionados sobre a compreensão que possuem do tema sexualidade, percebe-se a dificuldade, e quando conseguem falar, a sexualidade é vista como um conhecimento sobre o sexo ou como opção na relação com o outro:

“[...] Sexualidade, na minha opinião, é quando a pessoa adquire o conhecimento sobre o sexo, sobre o próprio sexo, eu acho que é isso, não sei [...]” (Julio).

“[...] Sexualidade é (risos) (pausa) calma deixe pensar, é a opção que cada um tem de relacionar com os outros [...]” (Karline)

“[...] Sexualidade? Não tenho um conceito formado não. Sexualidade... é difícil ter um conceito [...]” (Denise)

A fala de Karline sobre sexualidade *“[...] a opção que cada um tem de relacionar com os outros [...]”* admite a possibilidade de que a relação com o outro possa fugir da heteronormatividade, podendo o outro ser o homossexual, o transexual etc. A sexualidade não seria algo universal no sentido de que todos vivem a sexualidade da mesma forma. É possível vivê-la de forma diferente do que está normalizado, ou seja, de forma diferente da heteronormatividade.

Percebe-se a necessidade de se problematizar o tema da sexualidade no espaço escolar para que se possa também pensar na possibilidade de compreensão da sexualidade como dispositivo histórico, inventado. Tanto sexualidade quanto homossexualidade são objetos da biopolítica. Homossexualidade e heterossexualidade, ou mesmo qualquer outra forma de sexualidade, fazem parte de um dispositivo, fazem parte das estratégias de poder que visam regular a vida do sujeito, seja na esfera privada, seja na esfera pública. Por mais que busquemos nos desvencilhar, todos nós estamos envolvidos pela trama da sexualidade enquanto dispositivo de poder.

Através da análise arqueológica buscaram-se os enunciados que materializam o discurso. Tais enunciados se disseminam entre os falantes, se repetem, se recortam, se entrecruzam, constituindo uma rede discursiva. Isso se evidencia nas respostas ao questionário, em que muitas falas explicitam a sexualidade atrelada à relação sexual, ao ato sexual: *“É quando 2 pessoas fazem sexo”*; *“Duas pessoas que tem relações sexuais”*.

A sexualidade também é interpretada como prazer: *“É vida, é sexo, prazer”*. Ainda, a sexualidade está atrelada a concepção de gênero ou até mesmo ao sexo, em que se

percebe uma lógica dicotômica estabelecida. Ela gira em torno de homem/mulher, masculino/feminino. Homem/mulher nas falas é utilizado para definir a atração pelo sexo oposto, referindo-se a relação entre um homem e uma mulher, ou até mesmo, a definição do gênero masculino/feminino: *“É a diferença dos sexos feminino e masculino”*; *“É o gênero em que se encontra a classificação de um ser ou pessoa. Ex: Masculino, Feminino”*; *“Pessoas que trocam afetos, mulheres com homem ou homem com mulher; “definição de homem mulher”*; *“relação entre homem e mulher”*; *“Uma relação de amor e prazer entre um homem e uma mulher”*; *“Uma pessoa que demonstra afeto pelo seu gênero oposto”*. (Registros nos questionários)

As falas acima relacionadas parecem não querer dar margem à possibilidade de pensar fora do eixo masculino/feminino. As relações de poder encontram-se presentes ao estabelecerem um saber que opõe um gênero em relação ao outro. Padrões são impostos para serem reconhecidos e aplicados sobre a vida dos sujeitos, construindo-se as diferenças sexuais dentro do eixo binário masculino/feminino, homem/mulher.

No entanto, há falas em que essa normalização é repensada, questionada e alterada. Podem aparecer pensamentos contrários as crenças e códigos estabelecidos. São falas que permitem questionar os saberes que são atravessados pelas relações de poder. São posturas que vêem o outro para além da heteronormatividade, podendo ser de diversos gêneros ou formas de sexualidade: *“O gênero sexual que a pessoa escolhe ser”*; *“o que a pessoa quer ser; “O gênero com que a pessoa se atrai”*. (Registros dos questionários)

As falas acima mencionadas indicam que o gênero sexual parte de uma escolha, e que pode vir a se modificar, pois na fala *“O sexo que a pessoa tem ou pode ter”* indica esta possibilidade de mudança quebrando as regras da natureza, da universalidade e da imutabilidade. Ainda, a fala que diz *“O gênero com que a pessoa se atrai”* pode indicar a atração pelo outro quer seja do mesmo sexo/gênero ou não, bem como *“é o que define o sexo da pessoa”* também pode vir a ser o outro, pois não explicita o sexo masculino/feminino abrindo-se a possibilidade novamente além do padrão binário.

Da análise da questão n. 04 que diz: *“Para você, as pessoas homossexuais deveriam assumir publicamente sua orientação sexual”?*, da questão n. 05: *“Uma pessoa que assume a homossexualidade pode ter prejuízos à sua imagem junto à sociedade?”* e da questão n. 6: *“Você acredita que a homossexualidade diminui o valor moral da pessoa?”* verifica-se que as mesmas falas são encontradas nas três questões e indicam a possibilidade da pessoa vir a sofrer preconceito caso assuma a sua homossexualidade: *“Se não houvesse tanto preconceito sim”*; *“sim, mas preferia que não houvesse homossexuais”*; *“sim, porém*

estariam sujeitos a mais preconceito”; “depende, porque muitas outras pessoas são contra e isso poderia causar brigas”; “depende da pessoa se ela tem medo do preconceito não”. “não prejuízo à sua imagem, mas pode sofrer algumas agressões”; “depende, pois existem pessoas com preconceito”; “às vezes, depende da pessoa que fica sabendo (preconceito)”; “sim, diminui mais só por preconceito”; “Diminui pra mim, pois uma sociedade preconceituosa vê isso como um problema”. (Registros dos questionários)

O preconceito social relatado nas falas demonstra mais uma estratégia de poder disseminada na sociedade, pois por medo de apanhar, ser ofendido verbal ou fisicamente as sexualidades ditas subalternas devem ficar escondidas, recolhidas. O outro pode “ser” homossexual, mas não deve dizer, pois deve permanecer escondido. (ERIBON, 2008).

Com isso, estabelece-se uma hierarquia do heterossexual em detrimento do outro, do diferente, em que os homossexuais, por exemplo, seriam os outros, os diferentes, os anormais.

Nas palavras de PRADO e MACHADO (2012, p. 25):

O preconceito é um sentimento e um pensamento de simplificação da complexidade que se manifesta no outro. Assim, algumas diferenciações assumem concretamente o caráter de desigualdades e algumas desigualdades, o lugar de diferenciações. O sistema de pensamento e ação que torna esta passagem da diferenciação para a desigualdade incomunicável e não nomeável se chama preconceito social.

Em outros momentos, ainda na mesma questão, o preconceito encontra-se presente nas próprias falas dos sujeitos pesquisados. Palavras que demonstram o ódio ao outro, àquele que é considerado diferente: *“os viado tem que mata libera a temporada de caça e vamo tudo festeja”; “tudo viado nojento”; “Tem, para apanhar na rua”; “Deviam tudo morrer”; “Na minha opinião não deveria existir homossexualidade”; “o certo é lutar contra isso e tentar ser hetero, como sempre foi desde o princípio”. (Registros dos questionários)*

Os sujeitos são produzidos por uma ordem social e subordinados a regras, normas, leis etc., e uma inferiorização parece surgir em relação àquele que é o outro, que é o colega homossexual. A inferiorização pode acontecer através da injúria, a qual é utilizada como “[...] um enunciado performativo: ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os ‘normais’ e aqueles [que são chamados] de ‘estigmatizados’[...]” (ERIBON, 2008, p. 29).

A injúria envolve desde a risada sarcástica, o olhar atravessado, o insulto encontrado na fala *“tudo viado nojento”*,

[...] seja qual for a motivação daquele que lança o insulto, é inegável que funciona sempre e fundamentalmente como uma lembrança à ordem sexual já que, ainda que a pessoa designada não seja homossexual, está dito, explicitamente, que ser homossexual é não só condenável, mas que todos devem considerar infamante ser acusado de sê-lo (ERIBON, 2008, p.84).

A injúria faz com que outro se sinta como aquele que não é como os outros, pois não está na norma, e portanto, é doente, é anormal, é o outro. O outro é aquele que não segue as regras ditadas e que sua moral estaria atrelada a esse conjunto de regras morais:

“[...] a sociedade acha que o homo é promíscuo [...] ele é fora das regras ditas normais, a moral dele também é fora das regras ditas normais. A sexualidade e moralidade dele são anormais pela sociedade [...]” (Julio).

Os professores entrevistados quando questionados acerca de terem presenciado algum tipo de agressão *para com o outro* nos relataram que:

“[...] praticamente no dia a dia, qualquer pessoa que esteja fora dos padrões, que use roupas diferentes, já é tachado de gayzinho, de viadinho, que usa uma roupa ou atitude diferente, já é motivo de agressão [...]” (Karline)

E adiante prossegue:

“[...] Sim, várias e inúmeras vezes, havia um aluno no nono ano que se vestia de forma inadequada, fora dos padrões, e ele muitas vezes era debochado e sofria agressões por causa da sua forma de vestir, ele usava roupas, uma gravata e camisetas fora do padrão masculino [...]” (Karline)

As falas *“[...] se vestia de forma inadequada, fora dos padrões [...]”* e *“[...] camisetas fora do padrão masculino [...]”* é o julgamento que a professora possui com base em um senso comum. Ela tem a compreensão dos padrões ditados em uma sociedade normalizadora. O insulto à forma de vestir ou de se apresentar de forma diferente indica a presença da norma social dos papéis e padrões definidos, entre o que é percebido como masculino e o que é percebido como feminino. Padrões que podem remeter a uma hierarquia marcada pelo masculino como superior e o feminino como inferior na vida em sociedade, em que se atribui o masculino à heterossexualidade e o feminino à homossexualidade. Desse modo, estigmatizam-se tanto o feminino como os homossexuais.

Às vezes não é preciso gesto algum: a aparência ou as roupas bastam para desencadear o ódio. Tanto contra os gays mais assumidos quanto contra aqueles que o são menos ou não o são nem um pouco, contra os que se ‘exibem’ como contra os que dão prova de ‘discrição’, a possibilidade de ser objeto da agressão verbal ou física permanece onipresente” (ERIBON, 2008, p. 30) (aspas no original).

As técnicas e redes de controle e de sujeição conseguem alcançar todos os espaços, situações e agentes. Um exercício de poder tem por objeto corpos e como objetivo a sua normalização. Uma identidade é “escolhida” e considerada naturalizada e serve de parâmetro para avaliar e hierarquizar as demais. Essa identidade recebe somente adjetivos positivos, já as demais recebem o status de inferioridade. Aquele que não for normalizado sofrerá com a repulsão e a abjeção.

As desigualdades entre homens e mulheres foi ao construída ao longo do tempo por meio de vários discursos, religioso médico, pedagógico, que acabaram por colocar as significações de gênero às concepções de natureza biológica. A diferença biológica justificaria a desigualdade. As mulheres foram e em muitos casos ainda são consideradas seres inferiores:

considerando que os gêneros são construídos em relação, homem e mulher se estruturam negando o gênero oposto. A mulher nega o homem, mas o homem nega a mulher e o homossexual. As homossexualidades têm sua origem vinculada ao binarismo gênero, às fronteiras estabelecidas entre o que é ser homem e o que é ser mulher (FERRARI, 2011, p. 78)

Relações de poder operam a divisão binária estabelecendo o que é homem e que é ser mulher e que servem para dizer quem é o “sujeito” e quem é “o outro”. A subjetividade homossexual parece estar marcada pela injúria, em que um controle e um adequamento de seus corpos devem ser feitos por aquele que é injuriado, o qual passa a olhar para si como aquele que é estranho à norma posta: a heteronormatividade. Um controle de si é e um controle sobre o outro são realizados em nome dessa norma:

“[...] Você acredita que estamos em um período de liberdade sexual, como você tinha dito anteriormente? (Pesquisadora)

Liberdade sexual acho que sim, o problema é a liberdade e libertinagem, existe a liberdade para os/as adolescentes, mas sem controle (Julio).

Que tipo de controle? (Pesquisadora)

Melhor orientação, assim como uma criança não tem um corpo formado, para ter uma vida sexual normal, ela também (pausa), é difícil formular uma resposta [...]” (Julio)

O controle faz parte dos discursos normativos disseminados, e nos leva a ideia de que “[...] todos podem ser normalizados e preconceituosos com o Outro, com aquele que vive, se comporta ou pensa diferente” (MISKOLCI, 2012, p. 15). Saberes são disseminados e o

controle do poder acerca da sexualidade acontece, pois tudo deve ser controlado, inclusive a relação com o outro.

Nesse sentido, os professores ao serem questionados em entrevista se possuem algum constrangimento perante casais homossexuais responderam:

“[...] Você tem algum constrangimento perante casais homossexuais?” (Pesquisadora).

“[...] Apenas o mesmo constrangimento de quando vejo casais heterossexuais, existe o local para cada coisa [...]” (Julio).

“[...] é relativo, não pela questão de ser homo ou hétero, mas pela ação que está sendo causada, algo extremamente fora de padrões, fora de aceitação, causa constrangimento, mas não por ser homossexual [...]” (Karline).

Uma vigilância sobre os atos, pensamentos e ações são regidos pela norma que sedimenta e padroniza os comportamentos, em que exerce uma interdição sobre os sujeitos, pois “[...] a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da ‘normalidade’ (normalidade essa representada pelo par heterossexual [...])” (LOURO, 2012, p. 84) (aspas no original).

O estigma não parte tão somente do heterossexual contra o homossexual, por exemplo, mas também pode ocorrer do homossexual contra o homossexual, conforme nos relatou a professor Denise:

“[...] Teve [um homossexual na escola], ele não era declarado, e a gente não sabia ao certo, mas pelo jeito poderia se dizer que era, os alunos mandavam bilhetes, e ninguém sabia quem escrevia esses bilhetes, e isso incomodava, até escreviam nas paredes, só que daí ele começou a não dar mais bola, mas isso me incomodava, a gente chamava muito a atenção dos alunos, pois não sabíamos quem era, tinha uma suspeita, mas era uma situação ruim, para a escola e quem está na sala. Um dia, falaram que quem escrevia os bilhetes era a aluna que sofria bullying por ser lésbica. Ela disse depois que era ela quem escrevia sim[...].” (Denise)

A atitude da estudante que já sofria preconceito e passa a injuriar o outro, isto é, o seu professor com bilhetes ofensivos, parece querer manifestar os efeitos do saber-poder da lógica normativa da heterossexualidade. A estudante projeta a raiva no outro, pois neste se reconhece, “[...] o ódio de si não é apenas uma relação infeliz consigo mesmo [...] Também

conduz a comportamentos de ódio ou de hostilidade para com o outro, no qual se vê – e se quer recusar ver - um outro em si mesmo” (ERIBON, 2008, p. 87).

O insulto ao outro é um conflito interior vivenciado pela estudante, pois pressupõe a dificuldade em aceitar ser identificada como lésbica. É a identificação que ela rejeita e que para ela tem um peso negativo, pois ao sofrer preconceito seu corpo já está marcado pela norma e pelo sofrimento causado através da norma e ela busca transferir o estigma ao outro que é igual a ela.

4.2 HOMOSSEXUAIS SÃO IMORAIS

Inúmeros discursos são produzidos historicamente e a produção da verdade se dá pelo discurso. O discurso não é neutro. Ao longo da história existiram articulações entre as técnicas de produção e os efeitos de produção da verdade que possuem intuito de reiterar uma verdade essencial, originária e universal. A verdade é produzida dentro de um específico tempo histórico e acontece por meio de várias práticas: discursivas, sociais e práticas de si.

Uma das práticas também seriam os códigos morais, que conteriam regras e condutas prescritivas que deveriam ser seguidas e cumpridas por todos da sociedade.

Em fala da entrevista, a sexualidade se mostra atravessada por uma normalização que estabelece uma linha de comportamentos a ser seguida, uma normalização que pode ser encontrada em códigos morais, em que se determina somente a possibilidade de uma relação de prazer ou de desejo de acordo com as prescrições dos códigos estabelecidos.

*“[...] Você acha que a nossa sociedade é regulada por códigos morais? [...]”
(Pesquisadora)*

“[...] Sim. Porque tem sido durante anos assim, nossa história, nossa estrutura familiar tem sido baseada em regras de moral [...]” (Julio).

A arqueologia assinala que as formações discursivas possuem relação com os domínios não discursivos, como por exemplo, as instituições como a escola, a família etc. A instituição familiar também aparece nas falas. Ela produz um saber sobre a sexualidade face à relação de poder que ela exerce sobre a criança. Ela é uma das instituições que pode produzir na criança um saber normalizador do que é ser menina ou menino, reforça o diferente entre menino e menina, estabelecendo os padrões a serem seguidos:

“[...] A família é quem dá as primeiras indicações sobre sexualidade para a criança, a criança pode até nascer com alguma tendência hetero ou homo, mas é

ela [a família] quem vai dar o embasamento sobre a primeira experiência, de que o menino é diferente da menina, essas coisas todas, principalmente dentro do ambiente familiar é explicado, e quando a estrutura é ruim a criança aprende de forma errada nas ruas [...]” (Julio).

“[...] Eu acredito que seja numa situação de informação, de estar informando, não é educando, é informando, eu acredito que realmente se a família não dá essa estrutura ou essa explicação, a sociedade explica da forma dela, o que nem sempre é o correto, não que a família defina a sexualidade, mas a informação sobre ela[...]” (Karline)

Verdades são instituídas em campos de saber e se encontram tão bem cristalizadas em nossas concepções, modos de agir e de pensar, que nos impedem de perceber e ver outras formas de olhar o passado e compreender o nosso presente.

“[...] Em uma de suas falas, a homo sempre existiu, como assim? [...]” (Pesquisadora)

“[...] Sempre existiu, na época, é um fato histórico, em toda a nossa história, na antiga Roma haviam histórias sobre orgias, eram até tratados com maior naturalidade do que hoje em dia [...]” (Julio)

“[...] Então... por que é errado falar sobre homo? [...]” (Pesquisadora)

“[...] desde que a gente nasce, somos colocados como reprodutores, temos que nascer, crescer, casar e ter filhos, a sociedade te empurra isso de goela a baixo, agora de repente você mudar isso, algo que é passado de pai pra filho, é muito difícil [...]” (Julio).

O professor retrata a existência da homossexualidade em toda a história, porém sem perceber ele denuncia a atuação do poder sobre o sujeito em que discursos naturalizantes, de procriação são disseminados desde a esfera privada com a família até a esfera pública com a sociedade. Tanto o sujeito como a sociedade estão atravessados por relações de poder. O poder se impõe de tal maneira sobre o sujeito que ele passa a acreditar que não poderia ter uma atitude crítica sobre a relação de poder exercida sobre ele e sobre a sociedade.

Na questão de n. 15: *“Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que homossexualidade?”* alguns sujeitos apresentam o discurso da norma/padrão da heterossexualidade e do relacionamento entre um homem pautado na procriação: *“sim, pois é o padrão”*; *“sim porque creio que deus criou o homem e a mulher para ficarem junto”*; *“Pq, como procriar ? De forma correta?”*; *“hetero sempre”*; *“o correto é quem nasceu homem ficar com mulher e vice-versa; “é que nós nascemos sabendo que homo não é certo” ; “para*

mim não importa, sendo homossexual ou não, continua sendo norma”; “cada um sabe o que é melhor p/ si, mas certo não é... o homem nasceu p mulher e vice-versa, porém cada um escolhe o que quer”; “é o natural e perante Deus é pecado algo inaceitável”; “sim porque creio que deus criou o homem e a mulher para ficarem juntos”, “Homossexualidade é coisa do demônio”, “Claro, odeio viado bando de demônio”. (Registros dos questionários).

O controle do poder é exercido também através do discurso religioso em que se firma a posição que um indivíduo deve ocupar, os enunciados que deve produzir e o comportamento adequado que deve seguir. Na instituição religiosa é também meio de propagar as regras de conduta que “moldam” o sujeito e, tal qual a escola, prescreve o que é e o que não é permitido.

Nas falas acima, evidencia-se o discurso da ordem sexual que organiza as relações sociais. Os papéis sociais definidos de homem e mulher são embasados pelo discurso criacionista e procriador, em que se naturaliza a diferença entre os dois sexos, pois esta seria a ordem “natural”. O feminino deve complementar o masculino e a hierarquia das sexualidades está no heterossexual.

Assim, “[...] quanto mais a inferiorização de uns, maior a sustentação da superioridade de outro. Quanto mais uma orientação sexual não heterossexual assume o status de doença, perversão, pecado, [...] maior será a legitimidade da heterossexualidade” (PRADO e MACHADO, 2012, p. 72).

O discurso de ódio e preconceito nas falas supra registradas parecem tão bem incorporadas no sujeito, que os códigos morais e/ou religiosos não são percebidos como uma injustiça social devido à naturalização destes discursos.

Percebe-se a necessidade de historicizar, pois quando se historiciza se desnaturaliza. Quando se naturaliza, o preconceito passa despercebido, pois “o preconceito se instala por meio de nossa incapacidade de vermos o invisível”(PRADO e MACHADO, 2012, p.74)

Os estereótipos também se fazem presentes nas entrevistas: “[...] já é tachado de gayzinho, de viadinho, que usa uma roupa ou atitude diferente, já é motivo de agressão [...]”. (Karline)

E também nos questionários: “os viado tem que mata libera a temporada de caça e vamo tudo festeja”; “tudo viado nojento”; Claro, odeio viado bando de demônio”.

Há uma desqualificação do sujeito como ser moral. A humilhação e marginalização daqueles que violariam a norma encontra-se inserida nas falas e corpos dos sujeitos. As falas exprimem uma normalização que se espalha através de uma sistemática de

estigmas e subordinação hierárquica nos espaços escolares. Essas experiências de subordinação parecem ser silenciadas, negadas e ignoradas.

A intolerância, a violência e a dificuldade de reconhecimento da alteridade se tornam presentes nas falas e são momentos importantes para se problematizar.

Já nas entrevistas coloca-se em discussão a religião a qual limita e impõe um regime de verdade pautado em um padrão normativo:

“[...]Você acha que vivemos em uma sociedade em que se coloca o hetero como norma a ser seguida?”(pesquisadora)

“[...] Sim, principalmente por sermos um país religioso, e cuja a religião não abriu espaço para esse assunto, onde tudo é tratado muito limitadamente, e eu acho que o país ainda não está preparado para isso[...].” (Julio)

“[...]Eu acredito como temos os estereótipos que temos na nossa vida, que a sociedade entrega, da mesma forma, é para o hetero e o homo, segue um padrão e tudo que foge causa estranheza, é algo errado, incerto, dessa forma[...].” (Karline)

Ainda, percebe-se o fato de que grande parte dos estudantes aponta a sexualidade como uma escolha, uma opção que as pessoas fazem, conforme os dizeres mais repetidos “cada um tem sua própria escolha”; “acho que cada um escolha o que quer, não tem essa coisa de ser mais correto ou não”; “não é questão de ser correto ou não, ambas são opções sexuais distintas”; “não existe sexualidade, cada pessoa escolhe ou seu tipo de perfil ou interesse”; “Ambas são certas, as pessoas tem livre arbítrio de escolher o que gosta, sua sexualidade”, “não tem correta e errada”; “Acho que não tem uma “mais” correta é a opção de cada um e deve-se respeitar”; “não é questão de ser correto ou não, ambas são opções sexuais distinta”, “As duas são iguais, cada um escolhe o que quer ser”, “Ambas são formas de amor”; “não, porque cada um gosta do que bem entende” “não vejo uma opinião mais correta ou incorreta”. (Registros dos questionários)

As falas descritas acima denotam a possibilidade de luta e resistência à norma imposta. A resistência aqui encontrada é parte das relações de poder, pois estas não existiriam sem a resistência, pois do contrário haveria uma obediência absoluta. Assim, encontram-se amarrados em uma espécie de jogo e implica a resistência em uma vontade, “A vontade deve poder escolher para que o ato seja moral” (KRAEMER, 2011, p.273). A escolha é do sujeito, e aqui ele pode escolher ser o outro, pois para ele se trataria de uma escolha normal.

Na questão n. 15 que diz: “*Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que a homossexualidade?*” também aparece um movimento de resistência, pois as falas demonstram a possibilidade de existirem sexualidades diferentes da norma e de que não há uma valoração moral da sexualidade em que “A” ou “B” pode ser considerada correta/incorreta, ou até mesmo normal/anormal: “*Não existe nenhuma diferença, cada um tem a sua opção sexual*”; “*não é questão de ser correto ou não, ambas são opções sexuais distintas*”; “*acho que é igual; nada contra nenhum dos dois*”; “*não existe ‘o mais correto’*”; “*Não, nesse caso não tem certo nem errado*”; “*cada um tem o direito de fazer o que quiser da sua vida*”; “*cada um tem suas opções e nenhuma é incorreta*”; “*cada um tem sua própria escolha, é tudo normal*”; “*As duas tem o mesmo peso*”.

A resistência pode servir como condição de possibilidade para que o sujeito consiga realizar uma atitude crítica em relação à norma, pois “a Crítica revela as condições históricas pelas quais a verdade e o sujeito são constituídos e o modo efetivo de sujeição de ambos. A *atitude crítica* implica a ética, o ato de coragem de entrar ativamente no jogo, enfrentar a sujeição” (KRAEMER, 2011, p. 299). Com a crítica entra-se em um jogo em que o sujeito passa a agir sobre si mesmo e a se constituir como sujeito autônomo, uma liberdade acontece e o sujeito passa a ter um cuidado de si.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensei, bem lá no início, estudar a sexualidade, ingenuamente pensava em encontrar sua verdade, retirar os véus que a encobrem e conhecê-la “como ela é”. Ao longo das leituras, simpósios e congressos que participei, discussões e reflexões, fui me dando conta que sexualidade não é um objeto natural e simples, escondido sob os segredos que a moral inventou para encobri-la. Pesquisar sexualidade é enredar-se em meio a multiplicidade e tomar decisões sobre a perspectiva de pensá-la, conceitos para falar dela, autores e sua moral para escrever sobre sexualidade. Longe de ser um objeto natural, ela é movimento moral e político que percorre, de forma instável e plural, as relações sociais. Entre as escolhas para escrever-pensar, ficamos com alguns conceitos de Foucault, cientes de que não alcançamos a verdade da sexualidade, apenas nos inserimos em um campo de práticas sociais.

Ao se falar de sexualidade, como se viu, a norma é um conceito de referência para o estudo da ética e da sexualidade em Foucault. É com a “genealogia da norma” que se passa a pensar a norma como mecanismo de intervenção ou estratégia de poder e, mais especificamente, como mecanismo de normalização de constituição do objeto e do sujeito.

Ao explorar os mecanismos de poder envolvidos na constituição do sujeito e do objeto vê-se que a norma produz o poder e ao produzir o poder produz a si mesma. No entanto, a visão acerca da atuação da norma se aprofunda na medida em que se exploram os mecanismos de poder que constituem os objetos e sujeitos no campo de saber. Os discursos são um verdadeiro jogo em que poder e saber não podem ser separados, e a verdade aparece no interior desse jogo. Vive-se em uma sociedade normalizadora face à biopolítica instalada.

Em meio à massa de discursos sobre sexualidade, no recorte feito para essa pesquisa, verifica-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN’s que tem como função orientar ações educativas sobre sexualidade nas escolas públicas ou particulares, são um dos produtos, mas também produtores de um certo regime de verdade. No modo como os PCN’s orientam a educação sobre sexualidade ocorrem estratégias de poder.

A análise dos PCN’s indicou que eles produzem uma incitação ao discurso sobre o sexo no ambiente escolar. A escola, como instituição sócio-política que é, atua nas formas de disciplina e controle dos sujeitos, de acordo com a norma instituída. Atua-se sobre os corpos e sujeitos de tal modo que a disciplina e a normalização atingem a subjetividade dos sujeitos. A incitação ao discurso sobre o sexo, no modo que a escola o pratica, permite a ela traçar estratégias mais eficazes para que o exercício do controle sobre os corpos aconteça.

Os PCN's inserem uma ordem discursiva e marcam nos corpos dos sujeitos a norma do que concebem como natural e deve ser seguido. Nesse sentido, a escola não liberta, mas produz um assujeitamento. Não se vislumbra a liberdade do sujeito para exercer sua sexualidade para além da moral instituída. Não se historiciza a sexualidade, ao contrário, no documento oficial, a sexualidade aparece como algo natural, da natureza, não como uma invenção da era Moderna. O termo homossexualidade é mencionado no documento apenas em meio ao que ele considera temas polêmicos e que exigiriam um preparo melhor do educador. De outro lado, o termo heterossexualidade sequer é mencionado, o que demonstra a perspicácia das estratégias. Ele trabalha com o pressuposto não afirmado de que a heterossexualidade é a norma natural que necessita ser confirmada pela educação nos corpos dos sujeitos.

No documento a sexualidade não é problematizada e se mostra atravessada por uma rede de comportamento em que impera a heteronormatividade. O documento reforça a autodisciplina, com vistas a uma sexualidade dentro daquilo que é tido como normal, isto é, de acordo com os critérios que lhe são colocados pela moral social. Indicativos normalizados se fazem presentes nos PCN's, abarcando regimes de verdade que estabelecem uma condução das condutas. E é aí que o exercício do poder se efetiva. O documento busca definir os sujeitos de acordo com o regime de verdade imposto.

Durante a construção da análise das falas das entrevistas e dos questionários a surpresa aos dados gerados com a pesquisa empírica acontece. Se de um lado há sujeitos normalizados, de outro, movimentos de resistência podem ser percebidos.

As práticas sociais parecem girar em torno da norma, a qual aparece como natural, em que se padronizam condutas, gestos, atos e pensamentos em consonância com as relações de poder. Nas falas analisadas a escola aparece como importante instituição normalizadora e o professor seria o condutor da norma, aquele que pode imprimir a norma nos corpos, regulando-os. Trata-se do que Foucault chamou de biopolítica.

Em meio à rede discursiva que percorre os espaços escolares, verifica-se, em algumas falas, que a norma encontra-se tão bem incorporada nos sujeitos que eles sequer desconfiam de sua presença e tampouco a recusam. A lógica dicotômica estabelecida homem/mulher aparece e denota uma relação de oposição, isto é, que somente é possível uma relação entre sexos/gêneros opostos. Os sujeitos reproduzem o discurso da heteronormatividade. Eles não se permitem pensar fora do eixo masculino/feminino. Verifica-se que as relações de poder são exercidas e estabelecem um saber que opõe um gênero em relação ao outro. Padrões de diferenciação são disseminados e, mesmo que o sujeito tenha a

noção dos padrões ditados em uma sociedade normalizadora, ele não os problematiza. Inferioriza-se, simultaneamente, a mulher e todos os que não são heterossexuais.

Ao se inferiorizar se estabelece uma ordem sexual. Assim, mais uma estratégia de poder sobre a sexualidade atua na sociedade: o preconceito. Verifica-se que o outro não pode aparecer, deve permanecer escondido, ficar à sombra sob o medo de apanhar, ser ofendido física ou verbalmente. A inferiorização também acontece por meio da injúria. Uma lógica normativa da heterossexualidade se manifesta, pois o sujeito recusa a si e passa a recusar o outro que é igual a ele. Por essa razão, a importância de se problematizar a sexualidade na escola, pois a reusa dos debates sobre a temática possibilita que o estigma e o preconceito continuem ocorrendo. Com o preconceito tem-se os estereótipos, pois o insulto, inclusive às formas de se vestir, denotam a presença da norma social, dos papéis e padrões definidos. Padrões firmam também a hierarquia, tal qual o preconceito.

A normalização estabelece uma linha de comportamentos a ser seguida na sexualidade, em que masculino e feminino são compreensíveis, mas não se reconhece outras sexualidades. Na realidade, como se viu, as sexualidades não reconhecidas são marginalizadas e estereotipadas “[...] tudo viado nojento[...], “[...]odeio viado, bando de demônio[...]”. As sexualidades *desviantes* são marcadas como agressões à moral guiada pela norma.

Os discursos sobre reprodução humana, seja de fundamento criacionista ou amparados na ideia genética da biologia, são disseminados na escola e reiteram uma verdade sobre o sexo, como se fosse neutra e universal. Os sujeitos passam a reproduzir tais verdades como suas, o que os impede de ver a atuação normalizadora do poder. Os papéis sociais do homem e mulher embasam o discurso criacionista e biologicista sobre sexualidade.

Pela análise se verifica que na escola não ocorre a problematização da moral(ética) e nem se questiona ou problematiza a norma em torno do dispositivo da sexualidade. Uma atitude crítica parece ser calada, pois o sujeito reproduz a norma e vê no outro, que não a cumpre, o anormal, o desviante, o transgressor.

Uma vigilância se exerce sob todos de tal maneira que perpassa e age sobre o corpo de cada um dos indivíduos. Nas formas de controle, estes passam a ser vigilantes de si mesmos e dos outros, pois se impõe na sociedade um comportamento normativo que deve ser seguido por todos.

No entanto, com os estudos de Foucault, consegue-se pensar o sujeito de uma forma diferente, não dado, mas constituído. É preciso pensar se existe a possibilidade do sujeito voltar-se para a ética, de maneira que possa se opor ao poder da norma que o constitui e a partir daí, constituir-se de forma diversa.

A pesquisa mostrou a importância de se historicizar para desnaturalizar! Com isso se evidenciam movimentos de resistência que permitem pensar de outra forma, quebrando-se a barreira da moral calcada na ideia de Criação ou de Natureza. O gênero que fulano se atrai não necessariamente será o oposto, mas poderá ser do mesmo gênero. Rompe-se a barreira do binário masculino/feminino. Em algumas falas, o gênero sexual pode ser uma escolha e, ao pensar isso, permite-se ir além da lógica dicotômica estabelecida pela norma, pois tal escolha pode ser alguém do mesmo gênero.

Ao se problematizar, na pesquisa, se a heterossexualidade era mais correta do que a homossexualidade novos movimentos de resistência aparecem. Grande parte das respostas pressupõe a escolha ou a opção que as pessoas teriam. Nesse posicionamento a norma, mais uma vez é contrariada, pois anuncia pensar além dela. Abre-se, assim, um caminho de possibilidades, permitem-se outras sexualidades.

Os discursos possuem fissuras. Em meio a elas é possível um movimento de lutas e resistências em relação ao saberes sujeitados. As resistências podem ser a possibilidade de liberdade do sujeito em que ele pode realizar uma atitude crítica em relação à norma e não mais ser sujeitado. É jogar o jogo e ver a relação existente entre os domínios do poder, do saber e da ética. Com a atitude crítica o sujeito passa a ser sujeito autônomo e a ter uma noção de cuidado de si e de uma estética de existência que o constituirão em um sujeito ético.

Que o sujeito possa construir uma ética que lhe permita o exercício da liberdade e assim constituir-se em um sujeito moral. O caminho? Aponta-se para a resistência... mas podem haver outros caminhos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Um leque que respira: a questão do objeto em história.** In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo. **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 117-137.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O descarado, a cara-metade, o rosto: Michel Foucault e a análise do discurso do movimento homossexual.** Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v.1, n.1, 2014, p. 1-20 (on-line). Disponível em: <https://cadis_letras.catalao.ufg.br/up/595/o/1Durval_Muniz_de_Albuquerque_J%C3%BAnior_Dossi%C3%AA.pdf> Acesso em: 20 mai 2015.

ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, V.9, n.2, p. 575-585, 2001.

BIRMAN, Joel. **A psicanálise na berlinda?** In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo. **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000, p.159-178.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MECSEF, 1998.

CANDIOTO, Cesar. A genealogia da ética de Michel Foucault. **Educação e Filosofia.** Uberlândia, v. 27, n. 53, jan./jun. 2013.p. 217-233.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERRARI, Anderson. Reflexões sobre homofobia na escola. In: CASAGRANDE, Lindamir Salet; LUZ, Nanci Stancki da; CRAVALHO, Marília Gomes de (Orgs.) **Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia.** Curitiba. Editora UTFPR, 2011, p.69-88.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v.35, n.2, 2009, p. 119-134. (on-line). Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8308/5540>> Acesso em: 17 mai 2015.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza.** Chapecó: Argos, 2007.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** São Paulo: EDUC. 2003.

_____. **Michel Foucault e o direito.** São Paulo: Editora Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: _____. **Ética, sexualidade e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, vol. V, 2006, p.264- 287.

_____. Diálogo sobre o Poder. *In*: _____. **Estratégia Poder- Saber**. Coleção Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, vol. IV, 2003, p.253-266.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France(1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 22ª imp. São Paulo: Edições Graal, 2012.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 13 ed., 2ª imp. São Paulo: Edições Graal, 2012a.

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. 11ª imp. São Paulo: Edições Graal, 2011.

_____. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975) tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

_____. **Microfísica do Poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

_____. O que são as Luzes? *In*: _____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Coleção Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, vol. II, 2000, p.335-351.

_____. O Sujeito e o Poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma Trajetória Filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Sexualidade e Poder. *In*: _____. **Ética, sexualidade e política**. Coleção Ditos e Escritos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, vol. V, 2006, p.56-76.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987b.

GADELHA, SYLVIO. (Bio)política, democracia, pluralismo e educação: dilemas que demandam uma politização outra. *In*: PAGNI, Pedro Angelo; BUENO, Sinésio Ferraz;

GELAMO, Rodrigo Peloso (Orgs.). **Biopolítica, arte de viver e educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 77-101.

KRAEMER, Celso. **Ética e liberdade em Michel Foucault: uma leitura de Kant**. São Paulo: Educ FAPESP, 2011.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: o corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos *queer*. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 135-142.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 14ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em Revista, Belo Horizonte: FAE/UFMG, n.46, p. 201-218, 2007.

_____. Pedagogias da sexualidade In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 07-34.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. VII-XXIII.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MISKOLCI, Richard. **Abjeção e desejo**. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 325-338.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade**. 2ª ed., vol. 5, São Paulo: Cortez, 2012.

QUIVY, Raymon; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João Minhoto Marques. Lisboa: Gradiva, 1992.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.20, n.02, p.5-22, jul/dez., 1995 p. 71-99.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SWAIN, Tania Navarro. Quem tem medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade. In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 138-158.

_____. Todo homem é mortal. Ora, as mulheres não são homens; logo, são imortais. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p.389-402.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação em tempos de império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Figuras de Foucault**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 13-38.

_____. **Foucault e a Educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão e Governamentalidade**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100- Especial, p. 947-963, out. 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para você sexualidade é....

O que é ser homossexual? E heterossexual?

Você tem amigos homossexuais? se sim ...eles assumem a homossexualidade?

Para você o que torna uma pessoa ser homossexual?

Você confiaria em uma pessoa homossexual? Por quê?

Na escola onde você trabalha/estuda têm homossexuais?

Por que você os identifica como homossexuais?

Você já viu o preconceito na escola?

E você já sofreu ou presenciou (agressão, violência, rejeição) referente a homossexualidade no ambiente escolar?

Se sim...como foi? Em que situação? Como você reagiu? Como os outros reagiram?

Para você, a escola é importante no combate à homofobia e demais preconceitos?

APÊNDICE B – Questionário de pesquisa

Professores-/alunos - VOZES E SABERES DE SI: Discutindo sexualidade e homoafetividades na educação e na escola

1. Sexualidade é:

2. Homossexualidade é:

3. Homoafetividade é:

4. Para você, as pessoas homossexuais deveriam assumir publicamente sua orientação sexual?

- Sim
- Não
- Outro:

5. Uma pessoa que assume a homossexualidade pode ter prejuízos à sua imagem junto à sociedade?

- Sim
- Não
- Outro:

6. Você acredita que a homossexualidade diminui o valor moral da pessoa?

- Sim
- Não
- Outro:

7. Você sente algum constrangimento na presença de homossexuais?

- Sim
- Não
- Outro:

8. Você já presenciou alguma violência/agressão por questões de gênero e/ou orientação sexual?

- Sim
- Não
- Outro:

9. Na escola já presenciou alguma violência/agressão verbal por questões homoafetivas?

- Sim
- Não
- Outro:

10. Na escola já presenciou alguma violência/agressão física por questões homoafetivas?

- Sim
- Não
- Outro:

11. Você já sofreu alguma forma de violência/agressão por questões de gênero e/ou sexualidade?

- Sim
- Não
- Outro:

12. Você votaria em candidato ou candidata a cargo público sabendo que é homossexual?

- Sim
- Não
- Outro:

13. Você tem amigos homossexuais?

- Sim
- Não
- Outro:

14. Você acha que homossexual pensa mais em sexo?

- Sim
- Não
- Outro:

15. Você acha que a heterossexualidade é mais correta do que a homossexualidade?

- Sim
- Não
- Outro:

16. Você se incomoda com pessoas demonstrando afetos em espaços públicos:

- Sim
- Não
- Outro:

17. Você se incomoda com pessoas heterossexuais se beijando em espaços públicos?

- Sim

- Não
- Outro:

18. Você se incomoda com pessoas homossexuais se beijando em espaços públicos?

- Sim
- Não
- Outro:

19. Você acha que a sexualidade humana, os gêneros sexuais são definidos melhor por:

- criação divina
- fatores genéticos/biológico
- fatores psicológicos
- fatores sócio-culturais
- Outro:

20. Para você, a homossexualidade é:

- escolha pessoal
- traumas
- doenças ou anomalia
- perversão
- uma possibilidade normal em nossa sociedade
- uma forma historicamente construída da sexualidade humana
- Outro:

21. O que você sempre quis saber sobre esse tema e não teve coragem de perguntar?
